

À

Comissão Especial de Avaliação

CEA – 104/2013

Rua Líbero Badaró, 425 – 34º andar

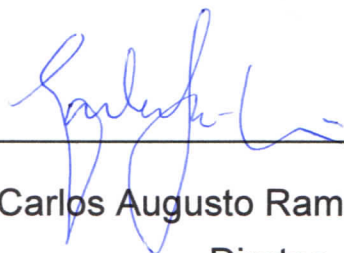
Centro – 01009-000 – São Paulo – SP

Secretaria de Serviços - Prefeitura de São Paulo

Nos termos do Edital de Chamamento Público nº 01/2013 – SES segue em anexo estudos e propostas da Kirchner Consultoria em Energia Ltda. relativo a estudos técnicos e modelagem de projetos de parceria público-privada (PPP) para modernização, otimização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública do Município de São Paulo.

Atenciosamente,

São Paulo, 12 de março de 2014.



Carlos Augusto Ramos Kirchner
Diretor

Kirchner Consultoria em Energia Ltda.

ckirchner@uol.com.br

11-3562-4323 / 11-99419-3346

CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2013 - SES

**ESTUDOS TÉCNICOS E MODELAGEM DE PROJETOS DE
PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP) PARA MODERNIZAÇÃO,
OTIMIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA
INFRAESTRUTURA DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

**ESTUDOS E PROPOSTAS DESENVOLVIDOS
PELA KIRCHNER CONSULTORIA EM ENERGIA**

SUMÁRIO

ESTUDOS E PROPOSTAS DESENVOLVIDOS PELA KIRCHNER CONSULTORIA EM ENERGIA

A contribuição da Kirchner Consultoria em Energia no presente relatório compreende:

I – Considerações sobre a viabilidade da concessão administrativa (PPP) sob o ponto de vista do interesse público

II – Estudos e Propostas sobre:

- Supressão da rede própria de energia elétrica para iluminação pública
- Critério de julgamento das propostas
- Revisão trianual da contraprestação pecuniária e metas de modernização
- Vinculação da receita da COSIP para pagamento da contraprestação
- Pagamento da Fatura de Energia Elétrica – Município ou Concessionária (PPP)?
- Conteúdo nacional
- Iluminação em rodovias em áreas urbanas
- Enterramento de cabos, Lei 14.023/2005
- Aperfeiçoamentos nas Leis da COSIP
- Cabos aéreos em postes próprios
- Serviços acessórios
- Atingimento de metas de qualidade pré-determinadas
- Repartição dos riscos entre as partes
- Redução do consumo de energia elétrica em prédios públicos

Minutas para a Licitação

- Edital
- Contrato de Concessão

A. CONSIDERAÇÕES SOBRE A VIABILIDADE DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA (PPP) SOB O PONTO DE VISTA DO INTERESSE PÚBLICO

Todas contribuições realizadas e que estão sendo apresentadas no presente relatório para os estudos técnicos e modelagem de projetos de Parceria Público-Privada (PPP) para Modernização, Otimização, Expansão, Operação e Manutenção da Infraestrutura da Rede de Iluminação Pública do Município de São Paulo visam subsidiar a melhor decisão a ser tomada pela CEA e pela SES quanto a formatação e modelagem do futuro contrato de concessão e também para propiciar um maior segurança para os investidores e, desta forma, incentivar a maior participação e competitividade de futuro certame licitatório.

As dificuldades são grandes pelo porte de São Paulo e por ser a primeira PPP a se viabilizar no país e caberá uma reflexão a ser ponderada na decisão pois não basta que seja implementada uma PPP mas, para ser a alternativa escolhida, ela tem se mostrar que atende ao interesse público e que não irá ser prejudicial às futuras gerações a ter de amargar um contrato de concessão que possa ter sido mal feito, “engessado” e que possa propiciar ganhos futuros apenas ao Concessionário.

Assim, além das inúmeras opções de modelagem propostas pelos empreendedores há de ser considerada também a opção de não se realizar a contratação na formatação PPP. Não estamos sugerindo que não faça PPP e sim alertando de eventuais falhas em sua modelagem que possam comprometer seus resultados em longo prazo. Desta forma, iremos externar nossas preocupações que entendemos o modelo de contrato de concessão (PPP) a ser adotado necessariamente deverá contemplar o atendimento de alguns requisitos que iremos descrever a seguir.

Por que fazer um contrato de longo prazo de até 35 anos e não contratos administrativos de até 5 anos de duração? Estamos nos referindo a instrumentos de gestão diferentes mas o contrato de longa duração deve ser flexível o suficiente para se adaptar à modernização e atualização. Iremos destacar alguns pontos fundamentais para que, a nosso ver, a contratação se dê de forma acertada.

Os produtos utilizados em iluminação pública estão tendo um avanço tecnológico muito rápido. A própria tecnologia LED vem se desenvolvendo velozmente ano a ano. Já houveram reduções de preços praticados para equipamentos em LED mas os valores vigentes ainda estão elevados. Se tomarmos, por exemplo, o custo de uma luminária LED de cerca de 140 W de potência em valor de R\$ 1.300,00 e se equivocadamente se considerasse que este valor não irá se reduzir ao longo do prazo de concessão, as metas de modernização anuais estabelecidas através de estudos de viabilidade técnica e econômicas seriam pífias, ou seja, pouco se poderia modernizar o parque de iluminação hoje onde predominantemente se utiliza tecnologia de lâmpada de descarga de vapor de sódio.

Uma falha a ser evitada no Edital é que o Concessionário se aproprie da redução de custos dos materiais que haverá ao longo do prazo de concessão. Imaginar que no final de um período de cerca de 5 anos, o valor da luminária citada acima possa passar a custar um terço do que custa hoje, não pode ser considerado uma avaliação despropositada, então, o que se poderia se imaginar, 20 anos após iniciar o prazo de concessão? Lá poderemos ter uma outra tecnologia já substituindo a LED? Talvez sim, talvez não. É absurdo se prospectar desta forma? Entendemos que não é!

Se de um lado, não podemos abrir mão do desenvolvimento tecnológico e da redução de custos em favor do interesse público ao longo dos diversos anos do prazo de concessão, de outro lado não podemos imaginar que o empreendedor vá assumir todos os riscos de um futuro que ainda se mostra um tanto incerto.

Entendemos que a alternativa de se utilizar um contrato de concessão administrativa (PPP) deve ter como meta implícita (não explícita) ao menos a modernização integral da rede de iluminação pública para tecnologia LED e também passar a colocar todos os pontos de iluminação pública comandados pela telegestão.

Por sua vez, ter uma rede de comunicação de dados em todos os pontos de iluminação pública da cidade de São Paulo poderá ensejar no futuro um ganho extremamente expressivo. Não chegam a serem descabidas elucubrações futurísticas que daqui há 20 anos a receita de serviços acessórios possa ser inclusive superior a Contraprestação Pecuniária fixada no contrato de concessão. É possível, mas podemos dizer que ainda pouco provável, mas alguém pode afirmar que isto não tenha nenhuma chance de ocorrer? Exemplificando, Instalar câmeras de monitoramento e segurança por toda a cidade, controle de poluição, rede wifi, rede de telefonia móvel e outras tantas utilidades para a população e para órgãos de fiscalização e controle que no momento são difíceis de prever mas que poderão vir a se transformar em serviços acessórios da iluminação pública, quanto que poderiam vir a captar de recursos financeiros pelo uso da infraestrutura instalada?

De outro lado, atribuir a responsabilidade ao Proponente para que avalie quanto será a receita advinda de serviços acessórios e desde já abata no valor da Contraprestação Pecuniária a ser ofertada na futura licitação é o mesmo de querer atribuir uma condição irrealizável e um poder pré-monitório inexistente que na prática se traduz em entregar ao Concessionário quase de graça um potencial de ganhos extraordinários a ser auferido no futuro como serviços acessórios.

A lógica que a Kirchner Consultoria em Energia propõe é que o valor da Contraprestação Pecuniária e as metas de modernização sejam atualizáveis e estarem sendo revistas a cada 3 anos, através da readequação do equilíbrio econômico e financeiro do contrato de concessão.

O setor elétrico já se utiliza dos procedimentos junto aos Concessionários de Distribuição de Energia de reajustes anuais e revisões tarifárias periódicas a cada 4 anos. Se comparar o setor elétrico com o setor de iluminação pública as

mudanças que vem ocorrendo deste último são relativamente muito mais aceleradas.

Entendemos que o justo para o momento atual os proponentes ofertarem dois itens:

- Contraprestação Pecuniária limitada a um valor máximo constante no Edital.
- Índice de Modernização anual, superior ao mínimo estipulado no Edital e que representaria a quantidade luminárias a serem modernizadas dividida pela quantidade total de luminárias e entendendo que modernização significa cumulativamente migrar para tecnologia LED, ser telecomandada (CCO – telegestão) e removida a rede própria de energia (será explicado ao longo deste relatório).

O Edital deverá ter o mecanismo que a cada 3 anos o valor da contraprestação vá sendo reduzido na mesma medida que os custos dos produtos utilizados na iluminação pública vá baixando.

O Edital deverá ter o mecanismo que a cada 3 anos o Índice de Modernizando vá crescendo na mesma medida que os custos dos produtos utilizados na iluminação vá baixando, os custos para o pagamento das faturas de fornecimento de energia vá reduzindo e ainda na medida do que for auferido com a venda de serviços acessórios vá crescendo.

Se preveja que 75% (setenta e cinco por cento) da redução de custos com o pagamento da energia elétrica seja revertido com aportes do Município para novos investimentos em modernização.

Se preveja que até 25% (vinte e cinco por cento) dos ganhos líquidos do serviços acessórios seja apropriado pelo parceiro privado e o restante seja revertido para aumento do percentual do Índice de Modernização anual.

Serão regras contratuais justas e que se sistematize os parâmetros a serem aferidos para que a relação de equilíbrio econômico financeiro seja mantida durante todo o prazo de concessão. Num primeiro momento, com o índice de Modernização do proponente ganhador não será possível se completar todo o Parque de Iluminação Pública, entretanto, com seu previsível e contínuo crescimento tornará possível se fazer muito mais no futuro, acelerando as obras para modernização.

Por sua responsabilidade perante o Brasil e por a licitação para contratação de uma concessão administrativa passar a ser uma referência nacional, dentro dos estudos e proposições feitos pela Kirchner Consultoria em Energia encontra-se de ser adotado um índice de nacionalização mínimo a ser obedecido para aquisição de materiais e equipamentos a serem utilizados e que também deverão atender as normas técnicas da ABNT / INMETRO / PROCEL.

B. LISTA DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NO PRESENTE ESTUDO E QUE COMPÕE A EQUIPE TÉCNICA

A equipe técnica da Kirchner Consultoria em Energia constituída para o presente estudo pelos seguintes profissionais:

- Engenheiro Mecânico Carlos Augusto Ramos Kirchner, Diretor da Kirchner Consultoria em Energia, especializado em área regulatória de energia e iluminação pública
- Engenheiro Eletricista Luiz Gonzaga Campos Porto, Consultor da Kirchner Consultoria em Energia, perito judicial em iluminação pública
- Engenheiro Eletricista Luiz Antonio Bataglini, Consultor da Kirchner Consultoria em Energia, especialista no setor elétrico
- Adv. André Moraes, Diretor Executivo do Instituto Soma, especialista em geoprocessamento e cadastros multifinalitários
- Adv. Maury Sérgio Lima e Silva, Advogado do Escritório Noé Araújo Advocacia, especialista em direito administrativo e assuntos regulatórios de energia
- Adv. Francisco Ramos Mangieri, Professor de Direito Tributário, Diretor do Departamento Tributário da Secretaria de Finanças da Prefeitura de Bauru/SP, autor de livros sobre Tributos

C. ESTUDO E PROPOSTA: SUPRESSÃO DA REDE PRÓPRIA DE ENERGIA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

São Paulo é uma das poucas cidades remanescentes situadas na área de concessão da antiga Light que dispõe de transformadores próprios para alimentar circuitos exclusivos de iluminação pública, embora exista uma pequena parcela destas instalações, em situação de exceção, ligada diretamente nos circuitos de baixa tensão da rede secundária da AES Eletropaulo.

Isto até poderia significar que o enquadramento como classificação tarifária do Município de São Paulo perante a Distribuidora deveria se dar como consumidor de alta tensão, definido pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) como consumidor do grupo “A”. A Agência Reguladora nunca ofereceu qualquer tratamento tarifário específico e diferenciado para iluminação pública ligada em alta tensão, tanto que as tarifas pagas pelo Município de São Paulo são as mesmas de qualquer outro Município, ou seja, tarifas do Grupo “B” (Baixa Tensão), dentro da Subgrupo tarifa B4a. (ativos de iluminação pública de propriedade do Município) e tarifa B4b (ativos de iluminação pública de propriedade da Distribuidora).

Numa situação normal, quanto maior a tensão de compra de energia pelo consumidor menor é a tarifa, entretanto, esta condição, como iremos demonstrar, não se confirma para a tarifa de iluminação pública.

A questão que se coloca é a seguinte: existe alguma vantagem em ser diferente de outras cidades do país e ter rede de alimentação própria? Ter rede própria significa aumentar o custo de manutenção dos ativos? Ter rede própria contribui para maior ou menor qualidade do serviço prestado? Qual a percepção da população sobre isso?

Um aspecto que se observa ao longo dos anos foi que enquanto que o consumo de energia elétrica “per capita” foi aumentando com uso de quantidade maior de eletrodomésticos e chuveiros com mais de 7.000 W, o consumo de iluminação pública foi diminuindo com cada vez com lâmpadas de menor potência e de maior eficiência. Um sistema de iluminação pública com lâmpadas que podem ter em média 250 W compartilhado na rede da Distribuidora acaba sendo pouco significativo, algo não superior a 3% da energia transportada.

Temos um outro grande problema do mundo real: os marginais e delinquentes descobriram que é muito fácil furtar uma rede desenergizada durante o dia. Os gatunos sabem a percepção dos prejudicados somente vai ocorrer somente de noite. A pergunta não é apenas quanto custa ter uma quantidade grande de ativos a ser mantido que não precisaria ter e não resulta em tarifas menores mas sim quanto custa ter uma quantidade grande de ativos que constantemente vem sendo furtada.

Quando as luminárias são ligadas diretamente na rede de energia da Distribuidora local, o furto dos cabos ficará mais difícil, pois além de estar energizado diuturnamente, qualquer furto de cabo implicará em falta de energia aos consumidores que reclamarão imediatamente para a Distribuidora.

Os furtos de cabos ocorrem quase todos os dias e segundo dados disponibilizados foram 65 quilômetros médios mensais em 2012 e, em 2013, até setembro, atingiu 60 quilômetros médios mensais.

Dentro de uma ampla reforma que se pretende fazer para modernização e efficientização da rede de iluminação pública do Município de São Paulo, uma importante decisão deverá ser tomada pelos Gestores da Secretaria de Serviços e pelo Ilume: se aproveita a oportunidade ou não, para que as intervenções físicas em cada poste para simultaneamente se suprimir estes circuitos de alimentação exclusiva, com a retirada dos transformadores e condutores de alimentação elétrica de propriedade do Município.

Como tese da Kirchner Consultoria em Energia que pleiteamos ser acatada pela Comissão Especial de Avaliação é que a licitação de PPP deve em seu escopo incluir a completa remoção da rede de alimentação própria de forma concomitante que for sendo feita a modernização da iluminação pública em cada poste da Distribuidora.

Isto significa que a maior parte dos transformadores e circuitos de alimentação própria será removida. A rede secundária de distribuição de energia elétrica, exclusiva e de propriedade do município, tem a sua maior parte do tipo “aéreo”, quando, por padrão, os condutores se encontram fixados aos postes de concreto da Distribuidora de energia elétrica, ou do tipo “subterrâneo”, quando os condutores se encontram instalados em eletrodutos ou enterrados diretamente no solo. Tem-se ainda os circuitos em túneis e passagens subterrâneas, com os condutores instalados em eletrodutos, leitos e eletrocalhas. Estamos a nos referir a supressão da rede aérea própria do Ilume passando a alimentação elétrica ser feita da rede secundária da Distribuidora, aliás como é feito em quase todas as cidades do país.

Os materiais a serem retirados (quilômetros de cabos, inúmeros transformadores, chaves, etc.), ainda que se considere apenas a matéria prima reciclada, tem valor comercial e que irá auxiliar o custo da modernização do sistema.

A palavra de ordem é acabar com a rede exclusiva e passar a usar a rede compartilhada com a Distribuidora!

Transformadores	
Potência	Quantidade
10 kVA	13.229
8 kVA	1.228
15 kVA	1.020
25 kVA	391
5 kVA	56
Total:	15.924

REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
Cadastro Técnico - Condutores Instalados

Tipo de Condutor	Quantidade (metros)	Tipo de Condutor	Quantidade (metros)
MULTIPLEX-16 MM2-DUPLEX	7.790.584	PVC PRETO-25 MM2-COBRE	356.063
MULTIPLEX-16 MM2-TRIPLEX	1.899.350	PVC PRETO-16 MM2-COBRE	167.963
PVC VERDE-6 AWG-COBRE	1.473.812	PVC PRETO-10 MM2-ALUMÍNIO	81.802
PVC PRETO-6 AWG-COBRE	686.992	OUTRO	64.902
PVC PRETO-35 MM2-COBRE	378.273		
Total: 12.899.741			

O que também acaba por diferenciar a rede secundária de distribuição de energia elétrica, exclusiva e de propriedade da Prefeitura, do tipo “aérea”, com condutores são fixados aos postes de concreto da Distribuidora com a conexão direta na rede secundária da Distribuidora é o tipo de comando utilizado para ligamento e desligamento, a saber:

- Comando em Grupo: Circuito próprio do Município, controlado por chave magnética acionada por rele fotoelétrico, energizando um conjunto de unidades;
- Comando Individual: Unidades alimentadas diretamente a partir da rede secundária de distribuição da Distribuidora, acionadas por reles fotoelétricos individuais;

No anexo 1, efetuamos uma avaliação comparativas de tarifas donde se deduz que inexistente qualquer vantagem de migrar da tarifa de Iluminação Pública de B4a. para A4 tendo em vista que irá ocorrer um acréscimo de 27%.

Do ponto de vista operativo não ficam reduzidas as taxas de falhas da Distribuidora mas se somam as taxas de falhas dos circuitos de alimentação próprios do Município.

Estes 15.924 transformadores são bastante antigos, já em fim de vida útil e requerem manutenção. Os transformadores que já se encontram superdimensionados para a configuração atual de iluminação pública ficarão ainda mais relativamente com potências nominais exageradas quando foi promovida a efficientização com substituição dos atuais equipamentos por outros de menor potência.

Temos ainda um sério agravante pois se o munícipe pode aceitar como normal uma lâmpada apagada ficará seriamente aborrecido se houver uma sequência de 10 (dez) lâmpadas apagadas em vista comando em grupo do circuito de alimentação próprio do Município.

Consta que nas vias de maior circulação, para maior confiabilidade do serviço de IP, há dois circuitos de alimentação, discriminados sequencialmente em números pares e ímpares, portanto, alternando a alimentação das unidades, o que minimiza mas não elimina a má impressão causada por várias lâmpadas apagadas ainda que de forma alternada.

A título de subsídio para a decisão constatamos que a grande maioria dos Municípios na área de concessão da antiga Light se desfizeram de sua rede própria, donde citamos o Município de Guarulhos. Santo André permanece com rede própria. No Estado do Rio de Janeiro, o único Município que ainda tem rede própria é a capital do Estado.

PROPOSTA DA KIRCHNER CONSULTORIA EM ENERGIA:

Inserir no Termo de Referência a seguinte obrigação e direito do concessionário:

De forma concomitante que for realizada a modernização, efficientização e reforma de cada ponto de iluminação deverá ser removida a rede própria de alimentação composta de transformadores, cabos e acessórios e providenciada a ligação na rede secundária da Distribuidora. Todos os materiais removidos serão de propriedade do Concessionário que poderá dar o fim que desejar, bem como utilizar para reposição e manutenção nos locais da rede de iluminação pública que ainda não sofreu intervenção para modernização, efficientização e reforma. A receita proveniente da alienação destes materiais e equipamentos deve ser considerada para abatimento do valor apresentado como contraprestação pecuniária.

ANEXO DO ESTUDO E PROPOSTA:

SUPRESSÃO DA REDE PRÓPRIA DE ENERGIA

COMPARAÇÃO TARIFAS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A seguir são efetuados cálculos de gastos com energia elétrica referente a iluminação pública. As tarifas foram obtidas a partir da Resolução Homologatória da ANEEL nº 1.563, de 02 de julho de 2013, da AES Eletropaulo. Os gastos diários são estimados em 11 horas e 52 minutos (art. 24 da Resolução Normativa da ANEEL nº 414/2010, o que corresponde a 11,86667 horas por dia. Os dados são estimados considerando o consumo médio mensal de energia elétrica da Rede Municipal de IP da ordem de 50 GWh (item 3.17.2. do Esclarecimento SES de 10 /12/2013). Tendo em vista que o atual percentual de cobrança de energia elétrica relativo pontos ligados 24 horas por dia ser menor de 1% da fatura total (instalações em túneis e passagens subterrâneas) será desconsiderada nesta comparação. Também será desconsiderado que cerca de 9.000 luminárias ainda são ativos da AES Eletropaulo e com tarifa B4b.

TARIFAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (BAIXA TENSÃO)

Vamos estimar os dados, considerando uma potência instalada de 49.500 MW.

As tarifas atualmente vigentes e estipuladas pela ANEEL são:

Subgrupo B4a. ponto de entrega na rede da Distribuidora (ativo de IP de propriedade do Município):

- TUSD (tarifa do uso de distribuição) – R\$ 54,21
- Tarifa de energia – R\$ 84,56
- Total sem tributos – R\$ 138,77

Para cálculo dos tributos foram considerados:

- ICM – 18%
- PIS – 0,86% (estimado)
- COFINS – 3,97 (estimado)

Total com tributos = $138,77 / [1 - (0,18 + 0,0086 + 0,0397)] = R\$ 179,82 / MWh$

Subgrupo B4b – ponto de entrega no bulbo da lâmpada (ativo de IP de propriedade da Distribuidora):

- TUSD (tarifa do uso de distribuição) – R\$ 59,13
- Tarifa de energia – R\$ 92,25
- Total sem tributos – R\$ 151,38

Total com tributos = R\$ 196,16 / MWh

O cálculo será realizado considerando todos os ativos com sendo do Município.

Gasto Mensal com Iluminação Pública:

50.000 MWh x R\$ 179,82 / MWh

R\$ 8.991.000,00 / mês

TARIFA PODER PÚBLICO – BAIXA TENSÃO

Apenas a título comparativo, o Município paga como tarifa em seus prédios públicos, a tarifa Poder Público, enquadrada como Subgrupo B3 (demais classes):

- TUSD (tarifa do uso de distribuição) – R\$ 91,10
- Tarifa de energia – R\$ 147,82
- Total sem tributos – R\$ 238,92

Para cálculo dos tributos foram considerados:

- ICM – 0% (Poder Público)
- PIS – 0,86% (estimado)
- COFINS – 3,97 (estimado)

Total com tributos = $238,92 / [1 - (0 + 0,0086 + 0,0397)] = R\$ 251,05 / MWh$

Observa-se que as Tarifas Iluminação Pública (B4a e B4b) são bem inferiores.

Gasto Mensal com Iluminação Pública:

50.000 MWh x R\$ 251,05 / MWh

R\$ 12.552.500,00 / mês

TARIFA PODER PÚBLICO – ALTA TENSÃO

Não existe uma tarifa específica de Iluminação Pública em alta tensão. Iremos adotar a tarifa A4 (2,3 a 25 KV) modalidade azul

Consumo de 50.000 MW / mês

Para se saber a demanda, devemos dividir o consumo por 30 dias e depois dividir por 11,86667 horas (11 horas e 52 minutos).

O que se resulta numa demanda de 140,45 MW

Ponta das 17:30 até 20:30 h

Estimado:

- 2,5 h na ponta

- 9,36667 fora de ponta

Tarifa de Demanda:

- R\$ 9,15 / kW na ponta
- R\$ 5,63 / kW fora de ponta

Valor da demanda sem tributos = $140,45 \times 1.000 \times (9,15 + 5,63)$
R\$ 2.075.851,00

Tarifa de Consumo na Ponta:

- TUSD – R\$ 16,94 / MWh
- TE – R\$ 231,39 / MWh

Tarifa de Consumo Fora da Ponta:

- TUSD – R\$ 16,94 / MWh
- TE – R\$ 139,93 / MWh

Valor do Consumo na Ponta:

$140,45 \times (16,94 + 231,29) \times 2,5 \text{ h} \times 30 \text{ dias}$
R\$ 2.614.792,76

Valor do Consumo Fora de Ponta:

$140,45 \times (16,94 + 139,93) \times 9,36667 \text{ h} \times 30 \text{ dias}$
R\$ 6.169.397,66

Gasto Mensal sem Tributos:

R\$ 2.075.851,00 + R\$ 2.614.792,76 + R\$ 6.169.397,66
R\$ 10.860.041,42

Para cálculo dos tributos foram considerados:

- ICM – 0% (Poder Público)
- PIS – 0,86% (estimado)
- COFINS – 3,97 (estimado)

Gasto Mensal com Tributos:

R\$ 11.411.202,50 / mês

RESUMO E CONCLUSÃO

A ANEEL somente estipulou as tarifas sub-classe Iluminação Pública B4a. e B4b. (Baixa Tensão), os cálculos feitos são apenas ilustrativos.

Gastos mensais com energia elétrica:

- Tarifa Iluminação Pública (baixa tensão): R\$ 8.991.000,00
- Tarifa Poder Público (baixa tensão): R\$ 12.552.500,00 – Acréscimo 40%
- Tarifa Poder Público (alta tensão): R\$ 11.411.202,50 – Acréscimo 27%

Portanto, inexistente qualquer vantagem para o Município de São Paulo mudar o enquadramento tarifário hoje existente para grupo “A” ainda que de fato seja um consumidor de alta tensão.

D. ESTUDO E PROPOSTA: CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Sugere-se com critério para escolha da melhor proposta, a combinação do critério do menor valor da Contraprestação Pecuniária anual a ser paga pelo Ilume com o de maior percentual de Índice de Modernização anual, como os pesos de 70 e 30, respectivamente.

Ganhador da Licitação será o Proponente que receber a maior pontuação, obtida através do cálculo:

$$\text{Pontuação} = [(\text{CP Max} / \text{CP Proponente}) * 70] + [(\text{IM proponente} / \text{IM Mín}) * 30]$$

Onde:

CP Max – contraprestação anual máxima aceitável definida no Edital (em reais)

CP Proponente – contraprestação anual ofertada pelo Proponente (em reais)

IM Proponente – Índice de Modernização anual ofertado pelo Proponente (em %)

IM Mínimo – Índice de Modernização mínimo definido no Edital (em %)

Deverá encontrar-se associado ao Índice de Modernização anual pelo Proponente:

- o valor anual de investimento total inicial.
- o valor correspondente de investimento para um ponto de iluminação. Deverá se encontrar associado uma cesta de materiais e serviços, média e típica.

PROPOSTA DA KIRCHNER CONSULTORIA EM ENERGIA:

Inserir no Edital de Licitação o critério de julgamento acima.

E. ESTUDO E PROPOSTA: REVISÃO TRIANUAL DA CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA E METAS DE MODERNIZAÇÃO

Teremos como dados iniciais do contrato:

CP Inicial – CP o - Contraprestação anual ofertada pelo Proponente (em reais) e estipulada no Contrato de Concessão.

IM Proponente – IM o - Índice de Modernização anual ofertado pelo Proponente (em %) e estipulado no Contrato de Concessão.

A Contraprestação será reajustada a cada período de 12 meses e com revisão de valor a cada período de 36 meses.

Assim, no final do primeiro ciclo de 12 meses recebe reajuste contratual, no final do segundo ciclo de 12 meses recebe novo reajuste contratual. No final do terceiro ciclo de 12 meses, o valor da Contraprestação é alterado com base em revisão de preços.

Para se obter o novo valor da Contraprestação anual e que vigorará pelo novo prazo de 36 meses (reajustados a cada 12 meses) será aplicada a seguinte fórmula.

$$CP \text{ rev.} = (CP \text{ o}) \times [(IPC \text{ rev} / IPC \text{ o}) \times 0,30 + (CM \text{ rev} / CM \text{ o}) \times 0,70]$$

Onde:

CP rev – Contraprestação anual calculada para o triênio

IPC – Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (IPC-FIPE).

IPC rev – Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (IPC-FIPE) para o mês anterior ao início do triênio.

IPC o – Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (IPC-FIPE) para o mês anterior ao início de vigência do Contrato de Concessão.

CM rev – Valor da cesta de matérias e equipamentos de iluminação pública no mês anterior ao início do triênio.

CM o – Valor inicial da cesta de matérias e equipamentos de iluminação pública no mês anterior para o mês anterior ao início de vigência do Contrato de Concessão.

O Índice de Modernização anual vigorará para os primeiros 36 meses do prazo de concessão, sendo revisto, passando o novo indicar percentual mínimo a vigorar para cada novo período de 36 meses do prazo de concessão.

O Índice de Modernizado será revisado com base em novo patamar de investimentos anuais mínimos necessários:

- valor anual de investimento total inicial atualizado pela variação do IPC – Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (IPC-FIPE).
- Valor correspondente a 75% do valor arrecadado líquido pela Concessionária para Serviços Acessórios no último triênio e atualizado pela variação do IPC, a partir do mês de arrecadação.
- Valor a ser aportado pelo ILUME e correspondente a 75% do valor economizado no pagamento da fatura de consumo de energia elétrica no último triênio, atualizado pela variação do IPC, a partir do mês de pagamento da fatura, calculado com base nas modernizações (eficientizações) realizadas desde o início do prazo de concessão.

O cálculo do Índice de Modernização mínimo a vigorar para o triênio será obtido pela seguinte fórmula:

$$IM\ rev = [(Investimento\ Total / Investimento\ Unitário)] / Q\ T$$

Onde:

Investimento Total – correspondente a soma de investimentos como explicado

Investimento Unitário – correspondente para um ponto de iluminação. Deverá se encontrar associado uma cesta de materiais e serviços, média e típica.

Q.T. – quantidade total de pontos de iluminação.

O que for suplantado no Índice de Modernização anual mínimo de um triênio pode ser abatido 80% no triênio seguinte.

O que deixar de ser atendido em um triênio, além das sanções contratuais, deverá ser adicionado ao Índice de Modernização do triênio seguinte.

F. ESTUDO E PROPOSTA: VINCULAÇÃO DAS RECEITAS DA COSIP PARA PAGAMENTO DA CONTRAPRESTAÇÃO

A arrecadação da COSIP – Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública deverá se constituir na principal segurança para que as contraprestações ajustadas contratualmente sejam adimplidas.

Nos termos da Lei Municipal nº 13.479, de 30/12/2002, com recursos somente podem ser aplicados em iluminação pública sob pena do Administrador Municipal incorrer em crime por improbidade administrativa. Neste sentido, é da maior importância se dar conhecimento aos empreendedores interessados em participar da concorrência pública para serviços de manutenção, efficientização, modernização e expansão que existe o Acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, de número 03636781, datado de 27/06/2011.(cópia em anexo), declarando a constitucionalidade da Lei Municipal nº 13.479, de 30/12/2002, o que veio a ocorrer nos autos de Arguição de Inconstitucionalidade nº 0431908-64.20108.26.0000.

Da mesma forma, sendo a arrecadação da COSIP efetuada pela Distribuidora de energia, AES Eletropaulo, com base na atribuição de responsabilidade tributária estabelecida pelo art. 4º da Lei nº 14.125, de 29 de dezembro de 2005, portanto, sem utilizar o instrumento de convênio o que implicaria em ser onerada por taxa administrativa para arrecadação, deve-se destacar a existência de Acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, de número 03532254, datado de 26/04/2011.(cópia em anexo), negou provimento ao pedido da AES Eletropaulo quanto a declaração de ilegalidade e inconstitucionalidade do referido dispositivo legal, o que veio a ocorrer nos autos de Apelação 9151625-84.2007.8.26.0000.

O FUNDIP – Fundo Municipal de Iluminação Pública foi instituído como Fundo Especial pelo artigo 8º da referida lei:

Art. 8º O montante arrecadado pela Contribuição será destinado a um Fundo especial, vinculado exclusivamente ao custeio do serviço de iluminação pública, tal com definido no parágrafo único do artigo 1º desta lei, conforme regulamento a ser expedido pelo Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único O Poder Executivo fica obrigado a encaminhar à Câmara Municipal de São Paulo programa de gastos e investimentos e balancete anual do Fundo Especial a ser criado para custear o serviço de iluminação pública.

O FUNDIP se encontra regulamentado pelo artigo 11 do Decreto nº 43.143, de 29/04/2003, posteriormente alterado pelo Decreto nº 45.044, de 22/07/2004 e pelo Decreto nº 45.886, de 10/05/2005.

A avaliação e estudo que fazemos é quanto:

- O uso do FUNDIP como garantia da concessão, nos mesmos moldes do Fundo Garantidor.

- Sua vinculação para pagamento da contraprestação do parceiro privado, com prioridade em relação ao pagamento da fatura de energia elétrica.

A Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, elencou alguns meios que podem ser utilizados como garantias ainda deixando em aberto a utilização de outros:

Art. 8º As obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública em contrato de parceria público-privada poderão ser garantidas mediante:

I – vinculação de receitas, observado o disposto no inciso IV do art. 167 da Constituição Federal;

II – instituição ou utilização de fundos especiais previstos em lei;

III – contratação de seguro-garantia com as companhias seguradoras que não sejam controladas pelo Poder Público;

IV – garantia prestada por organismos internacionais ou instituições financeiras que não sejam controladas pelo Poder Público;

V – garantias prestadas por fundo garantidor ou empresa estatal criada para essa finalidade;

VI – outros mecanismos admitidos em lei.

Iremos comentar sobre o inciso I e II. Sobre o inciso V, garantias prestadas por fundo garantidor, este possui natureza diversa daquela do FUNDIP, que, como outros fundos especiais, designa o produto de receitas específicas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços. Por meio do Fundo Garantidor não ocorre vinculação de receitas, mas a separação de um patrimônio antes pertencente ao Município ou suas autarquias e fundações. Ele não visa viabilizar a consecução de determinados fins, mas a garantia de obrigações assumidas pelo Município.

Em relação ao inciso I (vinculação de receitas) em nosso entender é possível pelos motivos que passaremos a expor.

O artigo 167 e seu inciso IV da Constituição Federal dispõe que:

Art. 167. São vedados:

...

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

Em nosso entendimento, a vedação de vinculação de receitas de impostos não tem qualquer alcance em relação a vedação de vinculação de receitas de Contribuição para Custeio para Serviços de Iluminação Pública.

No voto do Relator Ministro Ricardo Lewandowski, do Recurso Extraordinário 573.675-0 do Município de São José do Estado de Santa Catarina, com Repercussão Geral, datado de 25/03/2009 constou:

É bem verdade que a aludida contribuição guarda alguma semelhança com os impostos. No entanto, ela não se identifica com esta espécie tributária, por força do disposto no art. 167, IV, da Constituição Federal, que veda a vinculação de receita de impostos a qualquer órgão, fundo ou despesa, exceto nos casos expressamente previstos no próprio texto magno.

Na Ementa do Acórdão aprovado em Plenário no mesmo processo constou:

III - Tributo de caráter “sui generis” que não se confunde com um imposto, porque sua receita se destina a finalidade específica, nem com uma taxa, por não exigir contraprestação individualizada de um serviço ao contribuinte.

Portanto, é possível e não afronta a legislação e a Constituição a vinculação da Contribuição à finalidade específica que é a de servir de garantia para pagamento das obrigações pecuniárias contraídas pelo Município em contrato de parceria público-privada.

A utilização do FUNDIP como garantia da concessão também se encaixa no inciso II do artigo 8º da Lei da PPP (instituição ou utilização de fundos especiais previstos em lei).

Os recursos arrecadados de Contribuição para Custeio de Serviços de Iluminação Pública – COSIP são vinculados unicamente ao serviço de iluminação pública. Irá se caracterizar como improbidade administrativa o uso destes recursos pelo gestor público para fim diverso, mesmo se for para pagar conta de luz de prédios públicos, como ocorreu com o ex-prefeito de Boa Vista, condenado que foi a pagar multa e a perda de direitos políticos.

Os recursos arrecadados mensalmente até o montante da contraprestação mensal não podem ir diretamente para a conta do parceiro privado, ou seja, estes créditos não podem ser cedidos, pois além das vedações da legislação municipal, a Lei Federal da PPP dispõe em seu artigo 6º:

Art. 6º A contraprestação da Administração Pública nos contratos de parceria público-privada poderá ser feita por:

I – ordem bancária;

II- cessão de créditos não tributários;

III – outorga de direitos em face da Administração Pública;

IV – outorga de direitos sobre bens públicos dominicais;

V – outros meios admitidos em lei.

O receio ou o risco que o parceiro privado supõe possa vir a acontecer ao longo dos anos de concessão é dos recursos arrecadados para a COSIP serem insuficientes para pagamento da contraprestação junto ao parceiro privado somado com o valor a ser despendido para pagamento da fatura de energia da AES Eletropaulo, adicionalmente considerando que o Município não disponha de recursos próprios para fazer frente a diferença a descoberto.

É possível o Ilume privilegiar um pagamento de um credor em detrimento de outro? Deve pagar proporcionalmente aos recursos disponíveis em relação as obrigações assumidas? Tais questões entendemos possam serem definidas através de um ajuste no Decreto que regulamenta o uso dos recursos do FUNDIP (Decreto nº 43.143, de 29/04/2003) e no contrato de concessão da PPP.

É importante que se avalie quais as consequências de se deixar de pagar, ao menos parcialmente cada um dos credores.

Em relação ao atraso no pagamento da fatura de energia elétrica, embora a Resolução Normativa da ANEEL nº 414/2010, artigo 126, preveja as penalidades financeiras para a inadimplência (multa de 2%, atualização monetária pelo IGPM e juros de mora de 1% ao mês), os tribunais tem jurisprudência firmada que não se pode interromper o fornecimento de energia elétrica para iluminação pública. Neste sentido, destaca-se o Agravo de Instrumento 854.430 (Rio de Janeiro) não acatado pelo STF em 08/05/2012 contra a decisão determinando que a Distribuidora se abstenha de suspensão do fornecimento de energia elétrica para iluminação pública e que a concessionária apelante utilize outras formas de cobrança para ver a dívida adimplida. Da mesma forma, o STJ, através do Recurso Especial REsp 649746 SP em 26/10/2006 se posicionou que o interesse coletivo que autoriza a solução de continuidade do serviço deve ser relativizado em favor do interesse público maior: a segurança pública e a proteção da vida.

Dentro do mesmo enfoque consagrado pelos Tribunais a consequência de não se pagar o parceiro privado pode levar, por insuficiência financeira do agente privado, ao descumprimento integral das obrigações contratuais e, por consequência, a precarização dos serviços públicos de iluminação pública de forma que a conclusão da Kirchner Consultoria em Energia Ltda. é a de promover ajuste no Decreto Municipal e inserir uma cláusula no Edital e Contrato de Concessão, conforme a seguir exposto.

PROPOSTA DA KIRCHNER CONSULTORIA EM ENERGIA:

Como proposta quando for feita pela primeira vez menção a Lei Municipal nº 13.479, de 30/12/2002, fazer constar que foi declarada a sua constitucionalidade em Acórdão nº 03636781 proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em 27/06/2011:

Inserir no Termo de Referência:

A Lei Municipal nº 13.479, de 30/12/2002, que institui a COSIP no Município de São Paulo, teve declarada a sua constitucionalidade em

Acórdão nº 03636781 proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em 27/06/2011:

Inserir no Termo de Referência:

O art. 4º da Lei Municipal nº 14.125, de 29/12/2005, que atribui a responsabilidade tributária à empresa concessionária de serviços públicos de distribuição de energia teve declarada a sua legalidade e constitucionalidade em Acórdão nº 03532254 proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em 26/04/2011.

Como sugestão adicional deverão ser juntados os 2 citados Acórdãos junto com a legislação a ser entregue aos participantes da futura licitação.

Como proposta de modificação em relação ao Decreto nº 43.143, de 29/04/2003, com as redações dadas pelo Decreto nº 45.044, de 22/07/2004 e pelo Decreto nº 45.886, de 10/05/2005, deverá ser inserido o parágrafo 3º ao artigo 14:

§ 3º Havendo insuficiência de recursos no FUNDIP será priorizado o pagamento de serviços e fornecimento de materiais e equipamentos em detrimento da fatura de energia elétrica.

§ 4º A critério da Secretaria Municipal de Serviços, o FUNDIP poderá ser constituir em garantia para pagamento de contratação para prestação de serviços de iluminação pública.

Inserir no Termo de Referência a seguinte obrigação do Poder Concedente:

Os recursos arrecadados como Contribuição de Custeio para Serviços de Iluminação Pública, de acordo com as disposições constitucionais e legais (Lei nº 13.479/2002) encontram-se vinculados e somente podem ser utilizados para a iluminação de vias, logradouros, e demais bens públicos, e a instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública, além de outras atividades a ela correlatas. A alocação de recursos para fazer frente as obrigações desta concessão serão priorizados em relação a outras obrigações possíveis de utilizar os mesmos recursos vinculados.

Observação, os documentos abaixo, se encontram anexados e ao final do presente relatório:

- voto do Relator Ministro Ricardo Lewandowski, do Recurso Extraordinário 573.675-0 do Município de São José do Estado de Santa Catarina
- Acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, de número 03636781
- em Acórdão nº 03532254 proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em 26/04/2011

G. ESTUDO E PROPOSTA: PAGAMENTO DA FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA – MUNICÍPIO OU CONCESSIONÁRIA?

Deve o Município transferir a obrigação de pagamento da fatura mensal de energia elétrica para a Concessionária do PPP. Fizemos a seguir considerações a este respeito.

A título ilustrativo, se a Contraprestação do Ilume perante o parceiro privado fosse 100, sendo que a parte de 60 fosse destinada a fazer frente ao pagamento da fatura de energia elétrica perante a AES Eletropaulo, portanto, sobriam os outros 40 para amortização de investimentos de expansão e efficientização e para custeio de serviços de operação e manutenção, além do lucro. A dúvida que surge é se sobre estes 60 incide tributos, de forma que fosse mais vantajoso no todo que o próprio Ilume (Departamento de Iluminação Pública da PMSP) pagasse a fatura da AES Eletropaulo pois dar esta missão ao parceiro privado contratado significaria ter de ressarcir impostos que incidem adicionalmente na operação.

Quem pagar a fatura de energia elétrica, inclusa nela, vai recolher os 3 tributos que incidem, sendo os 2 primeiros federais e o terceiro estadual:

- PIS - Programa de Integração Social;
- COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
- ICMS – Imposto de Circulação de Mercadoria e Serviços

As duas primeiras contribuições são exigidas pela União por meio de lei e asseguram recursos para que o Governo desenvolva atividades voltadas ao trabalhador e sociais do Governo Federal.

À Distribuidora, mediante as atividades prestadas em sua área de concessão, lhe cumpre a tarefa de arrecadar as quantias incidentes sobre o faturamento das Notas Fiscais/Conta de Energia Elétrica e repassá-las ao cofre Estadual e Federal.

Antigamente, o PIS/COFINS estavam embutidos nas tarifas de energia elétrica e eram reajustadas quando dos reajustes periódicos das tarifas.

A partir da edição das Leis Federais nº 10.637/2002, 10.833/2003 e 10.865/2004, o PIS/COFINS tiveram suas alíquotas fixadas em 1,65% e 7,6%, respectivamente, passando a ser apuradas de forma não cumulativa.

O regime anterior, denominado “cumulativo”, define-se pela aplicação das alíquotas de 0,65% para PIS e de 3,00% para COFINS sobre o total de receita bruta auferida e o novo regime, denominado “não cumulativo”, define-se pela aplicação das alíquotas de 1,65% para PIS e de 7,6% para COFINS sobre o total líquido entre a receita bruta e determinados abatimentos permitidos nas bases legais citadas.

O Setor Elétrico, de um modo geral, a exemplo de outros segmentos da economia, enquadra-se no regime não cumulativo.

As alterações na forma de cálculo e de recolhimento destas contribuições implicaram em retirar da tarifa de energia o PIS e COFINS quando da

homologação pela ANEEL das tarifas a serem praticadas, e sendo transferida a responsabilidade pelo cálculo e repasse diretamente às Distribuidoras de Energia Elétrica.

Por conta desse novo critério de cálculo as alíquotas de PIS/COFINS apuradas a serem repassadas via faturamento na conta de luz variam de um mês para o outro, são apresentadas na própria conta de energia elétrica e calculadas com base no conceito universal de formação de preço: “cálculo por dentro”.

A variação deve-se ao fato de estar diretamente relacionado ao volume de créditos (custos) e débitos (vendas) apurados mensalmente pelas Distribuidoras.

A metodologia de cálculo do repasse dessas contribuições estão em conformidade com as especificações da Nota Técnica nº 115/2005-SFF/SER/ANELL de 18/04/2005, em substituição ao modelo de repasse de custos de PIS e COFINS até então praticado.

Em suma, as Distribuidoras de Energia Elétrica adotam a aplicação das normas estabelecidas pela Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, observando-se a sistemática de cálculo estabelecida.

Deve ser observado que o PIS/COFINS compõem o valor do ICMS.

Em relação ao ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, regulamento aprovado pelo Decreto Estadual nº 45.490/2000.

Para fins tributários, a energia elétrica é considerada mercadoria, sendo o imposto instituído no âmbito do Estado do SP através da Lei 6.374/89, e que posteriormente foi substituída pela atual Lei nº 13.918/2009.

Previsto no artigo 155 da Constituição Federal de 1988, o ICMS incide sobre as operações relativas à circulação de mercadorias e serviços e é de competência dos governos Estaduais e do Distrito Federal.

É regulamentado pelo Código Tributário Nacional- CTN, ou seja, é um conjunto de leis que instituiu as principais normas de direito tributário exigidas pela Constituição Federal.

A Distribuidora tem a obrigação de realizar a cobrança do ICMS direto na fatura e repassá-lo integralmente ao Governo Estadual.

É um imposto calculado "por dentro", conforme prevê o artigo 33 do Convênio ICM66/88.

O montante do imposto integra sua própria base de cálculo, constituindo o destaque mera indicação para fins de controle. Tal dispositivo refletido na lei estadual não é inovação, pois o próprio CTN - Código Tributário Nacional, na redação dada pelo artigo 1º do Ato Complementar nº 27, de 08.12.66, já definia dessa forma o cálculo do ICMS, em seu artigo 53, parágrafo 4º.

Segue tabela com os percentuais de cobrança do ICMS por faixa de consumo em kWh, conforme a classe da unidade consumidora:

Classes	Faixa de consumo (kWh)	Alíquota
Residencial	0 a 90	Isenta

	91 a 200	12%
	Acima de 200	25%
Poder Público e Autarquias	Isento	
Demais classes	Qualquer consumo	18%

A Prefeitura arca com o ICMS de 18% para a classe Iluminação Pública.

O valor da tarifa, incluindo os tributos passa a ser:

Valor da tarifa publicada pela ANEEL

1- (PIS + COFINS + ICMS)

Para cálculo dos tributos temos considerado:

- ICM – 18%
- PIS – 0,86% (estimado, pode variar bastante a cada mês)
- COFINS – 3,97 (estimado, pode variar bastante a cada mês)

A ANEEL, através de sua resolução 414/2010, não veda a utilização da classe iluminação pública (que é uma tarifa mais baixa subsidiada) quando se trata de delegação mediante concessão:

Art. 5º

§6º A classe iluminação pública, de responsabilidade de pessoa jurídica de direito público ou por esta delegada mediante concessão ou autorização, caracteriza-se pelo fornecimento para iluminação de ruas, praças, avenidas, túneis, passagens subterrâneas, jardins, vias, estradas, passarelas, abrigos de usuários de transportes coletivos, logradouros de uso comum e livre acesso, inclusive a iluminação de monumentos, fachadas, fontes luminosas e obras de arte de valor histórico, cultural ou ambiental, localizadas em áreas públicas e definidas por meio de legislação específica, exceto o fornecimento de energia elétrica que tenha por objetivo qualquer forma de propaganda ou publicidade, ou para realização de atividades que visem a interesses econômicos.

Pagamento da Fatura de Energia Elétrica – Município ou Concessionária (PPP)?

Tanto um quanto outro pode ficar com este encargo e o valor a ser pago mensalmente a AES Eletropaulo é o mesmo mas é evidente que for mais oneroso por gerar recolhimento adicional de tributos pelo parceiro privado deve ser evitado de lhe incumbir desta obrigação no edital de licitação e contrato.

PROPOSTA DA KIRCHNER CONSULTORIA EM ENERGIA:

A Kirchner Consultoria em Energia recomenda que o pagamento da fatura de energia elétrica deva continuar a ser realizado pelo Município, uma vez que, em situação diferente do pagamento da fatura pelo fornecimento de energia elétrica ser realizado pela Concessionária, as despesas tributárias aumentarão, na medida

em que todas as entradas financeiras, a priori, acabarão sendo gravadas pelos tributos federais, resultando, por conseguinte, resultando em aumento do preço do serviço a ser prestado.

H. ESTUDO E PROPOSTA: CONTEÚDO NACIONAL

O setor industrial de fabricação de lâmpadas se desnacionalizou de forma acelerada nos últimos anos com o fechamento de muitas fábricas no país. A importação de lâmpadas e equipamentos de iluminação de países asiáticos, principalmente da China, tem ocorrido de forma intensa e crescente nesta última década.

Desde 2003, o Governo Federal, através do Decreto nº 4.925, do dia 19 de dezembro de 2003, instituiu o Prominp - Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural e, neste sentido, vem implementando uma política de conteúdo local no setor de petróleo e gás natural, com o intuito de ampliar a participação da indústria nacional no fornecimento de bens e serviços, e colocá-la em um patamar de competitividade de classe mundial, de forma a traduzir os massivos programas de investimentos do setor em geração de emprego e renda para o país.

A partir de iniciativas desenvolvidas no âmbito do Prominp para promover a capacitação de fornecedores nacionais, a atração de empresas estrangeiras para produzir no Brasil, e a associação de empresas nacionais e estrangeiras, parte do que outrora era produzido no exterior passou e passará a ser fabricado aqui, melhorando a competitividade do mercado fornecedor nacional.

Atualmente, empresas do setor elétrico, nacionais ou estrangeiras, com fábricas no país, vem também se movimentando junto ao Governo Federal no sentido de ser implementada uma política de conteúdo local. Mecanismos em defesa das indústrias locais são adotados por muitos países, inclusive pelo Mercado Comum Europeu.

Em sentido oposto a desnacionalização vem sendo implantadas no Brasil diversas fabricas de luminárias que utilizam a tecnologia LED, com boa parte de conteúdo nacional, seja nas luminárias e nos drivers, com a exceção para alguns fabricantes apenas em relação ao diodo emissor de luz que é importado.

Pelo porte do Município de São Paulo e pela influência que exerce sobre outros municípios, uma exigência colocada de forma adequada num edital de concessão pode ter grande significado no futuro quantos aos empregos que poderão ser gerados no país, no desenvolvimento da indústria nacional e no melhor equilíbrio da balança de pagamentos.

A proposta que está aqui sendo feita não é inédita para o Município de São Paulo, em vista de que em pelo menos um Contrato de Concessão, o de nº 0141291600, firmado em 17/12/2012, com prazo de 25 anos, com objeto o serviço de utilidade pública, com outorga onerosa, compreendendo a manutenção e conservação de abrigos em pontos de paradas de ônibus, ficou estabelecido um índice mínimo de nacionalização ainda que reduzido:

2.1.5. O mobiliário urbano deverá ser fabricados no Brasil, devendo possuir índice mínimo de nacionalização de 40% (quarenta por cento) em valor, obtido por meio das seguintes fórmulas:

$$Iv = [1-(x/y)]*100 \text{ (índice em valor)}$$

Onde:

x = CUSTO DOS COMPONENTES IMPORTADOS, inclusive matéria-prima, somando-se: a) custo total dos componentes importados (valor CIF, acrescido do respectivo Imposto de Importação, dos componentes importados diretamente pelo fabricante ou pelo comprador, e incorporados ao equipamento); b) valor dos componentes importados por terceiros e adquiridos no mercado interno pelo fabricante, excluindo-se IPI e ICMS.

y = PREÇO DE VENDA EFETIVAMENTE PRATICADO, excetuando-se IPI e ICMS. Nos casos em que os equipamentos não forem comercializados pelo próprio fabricante, deve-se considerar o preço de venda para o respectivo distribuidor ou empresa que venha a comercializá-los.

PROPOSTA DA KIRCHNER CONSULTORIA EM ENERGIA:

Inserir no Termo de Referência a seguinte obrigação da Concessionária:

Todos os equipamentos a serem utilizados nos serviços de manutenção, eficientização, modernização e expansão deverão ser fabricados no país, deverão ter índices mínimos de nacionalização fixados a seguir em em valor, obtido por meio das seguintes fórmulas:

$$Iv = [1-(x/y)]*100 \text{ (índice em valor)}$$

Onde:

x = CUSTO DOS COMPONENTES IMPORTADOS, inclusive matéria-prima, somando-se: a) custo total dos componentes importados (valor CIF, acrescido do respectivo Imposto de Importação, dos componentes importados diretamente pelo fabricante ou pelo comprador, e incorporados ao equipamento); b) valor dos componentes importados por terceiros e adquiridos no mercado interno pelo fabricante, excluindo-se IPI e ICMS.

y = PREÇO DE VENDA EFETIVAMENTE PRATICADO, excetuando-se IPI e ICMS. Nos casos em que os equipamentos não forem comercializados pelo próprio fabricante, deve-se considerar o preço de venda para o respectivo distribuidor ou empresa que venha a comercializá-los.

Os índices mínimos de nacionalização fixados, a serem observados durante todos o prazo de concessão, são os seguintes:

- *Para postes: 100% (cem por cento).*
- *Para conjuntos de luminárias, lâmpadas e acessórios: 65% (sessenta e cinco por cento).*
- *Para equipamentos utilizados para telegerenciamento e para o Centro de Controle de Operação: 35% (trinta e cinco por cento).*

I. ESTUDO E PROPOSTA: ILUMINAÇÃO DE RODOVIAS EM ÁREAS URBANAS

De quem é a responsabilidade de iluminação pública em rodovias em áreas dentro do perímetro urbano? Quem é responsável pelo investimento para implantação? Quem é o responsável pelos serviços de manutenção? No caso de modernização com efficientização, quem é o responsável pelos investimentos?

Em se tratando de concessão de serviços públicos de iluminação pública com duração de vários anos estas questões e atribuições de responsabilidade deve estar perfeitamente estabelecidas.

Pelo que pudemos averiguar a prática hoje tem sido do DER/DERSA/DNIT fazer os investimentos de implantação da iluminação e transferir a responsabilidade de manutenção e pagamento da fatura de energia elétrica para o Ilume. Também pudemos constatar que não tem sido imposto ao DER/DERSA/DNIT, pelo menos formalmente, os tipos de equipamentos padronizados que poderiam ser aceitos e também com a grave omissão de se fazer a exigência de utilização de cabos para alimentação elétrica do tipo anti-furto.

Com o objetivo de subsidiar e fortalecer a posição do Ilume iremos discorrer com algumas considerações sobre as responsabilidades envolvidas pelo Município e pelas entidades responsáveis por administrar e manter as rodovias no âmbito estadual e federal.

A Procuradoria Federal Especializada do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte), em 2009, emitiu o PARECER/FMRD/PFE/DNIT nº 01444/2009 no bojo do processo nº 50606.002518/2009-13, donde extraímos:

*9. Com efeito, de acordo com o disposto na Lei nº 10.233, de 05/06/2001, o DNIT é a entidade responsável pela execução da política rodoviária federal, devendo atender os objetivos essenciais do Sistema Nacional de Viação, especialmente aqueles que visem garantir a operação racional e **segura** dos transportes de pessoas e bens (art. 80, c/c art. 4º, inciso II).*

*10. Por outro lado, o Código de Trânsito Brasileiro prescreve que o trânsito **em condições seguras** é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito a estes cabendo no âmbito das respectivas competências adotarem as medidas destinadas a assegurar esse direito sob pena de responderem por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do **direito ao trânsito seguro**. (art. 1º e §§ 2º e 3º)*

...

*13. Forte nessas diretrizes legais, tanto o extinto DNER como o próprio DNIT sempre se ocuparam de promover a iluminação de trechos rodoviários quando necessários à **garantia da segurança de trânsito**,*

especialmente, em trechos urbanos, onde a concentração de pessoas e atividades das mais variadas impõe e exige maior cuidado, bem assim em túneis, pontes ou viadutos. Não é em vão que o Glossário de Termos Técnicos Rodoviários em vigor na Autarquia contenha o seguinte verbete:

“Iluminação em Rodovia. Iluminação aplicada a trechos rodoviários, quando necessária à segurança de trânsito.”

Este posicionamento da Procuradoria Federal Especializada do DNIT é exatamente o oposto que é o adotado pela mesma Autarquia em contestação a Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal que se encontra em apreciação da Sexta Vara da Seção Judiciária do Estado de Goiás, processo 0040383-45.2011.4.01.3500. Segundo Decisão de 27.02.2012:

Contestação do DNIT (fls.203/29), aduzindo, em sede de preliminar, sua ilegitimidade para figurar no pólo, posto quem nos termos do art. 30, V, da Constituição Federal, o serviço de iluminação pública é de competência exclusiva dos entes municipais, mormente porque a rodovia, ao ingressar no perímetro urbano da cidade, deixa de ter os requisitos de via expressa, perdendo assim a sua finalidade rodoviária; a perda de objeto da ação, eis que a iluminação pretendida do trecho já foi veiculada no jornal de maior circulação da capital aos 26.10.2011, pela autoridade municipal competente. Relativo ao pedido de antecipação de tutela, aduz que possui verba orçamentária apenas para a sua atividade-fim, de modo que a efetivação das obras de iluminação está fora de suas atribuições legais e de sua previsão orçamentária. Ainda, que a falta de iluminação não figura como única causa de acidentes uma vez que todos os veículos são, obrigatoriamente, dotados de faróis, e que, segundo especialistas, a falta de educação para o trânsito dos motoristas e pedestres que não obedecem às leis de trânsito é a maior causa. Os delitos, continua, constituem uma questão de segurança pública e podem ocorrer tanto em vias iluminadas ou não. Afirma a impossibilidade de concessão de antecipação de tutela em face da Fazenda Pública.

Na ação civil pública consta como pedido do MPF:

O DNIT deve instalar no prazo de três meses o conjunto de equipamentos a serem utilizados exclusivamente na prestação de serviços de iluminação pública ou recuperar os já existentes no trecho urbano da rodovia.

Por sua vez, o Município deverá providenciar a manutenção, a conservação, a restauração e a reposição das instalações de iluminação pública da rodovia, bem como custear o serviço de iluminação, pagando a fatura diretamente a empresa de distribuição de energia em Goiás (Celg).

De acordo com a Resolução Normativa nº 414/2010 da ANEEL:

Art. 5º A aplicação das tarifas deve observar as classes e subclasses estabelecidas neste artigo.

...

§3º A classe comercial, serviços e outras atividades caracteriza-se pelo fornecimento à unidade consumidora em que seja exercida atividade comercial ou de prestação de serviços, à exceção dos serviços públicos ou de outra atividade não prevista nas demais classes, devendo ser consideradas as seguintes subclasses:

...

VII – iluminação em rodovias: solicitada por quem detenha concessão ou autorização para administração em rodovias;

...

IX – outros serviços e outras atividades.

§6º A classe iluminação pública, de responsabilidade de pessoa jurídica de direito público ou por esta delegada mediante concessão ou autorização, caracteriza-se pelo fornecimento para iluminação de ruas, praças, avenidas, túneis, passagens subterrâneas, jardins, vias, estradas, passarelas, abrigos de usuários de transportes coletivos, logradouros de uso comum e livre acesso, inclusive a iluminação de monumentos, fachadas, fontes luminosas e obras de arte de valor histórico, cultural ou ambiental, localizadas em áreas públicas e definidas por meio de legislação específica, exceto o fornecimento de energia elétrica que tenha por objetivo qualquer forma de propaganda ou publicidade, ou para realização de atividades que visem a interesses econômicos.

As tarifas vigentes da AES Eletropaulo, publicadas na Resolução Homologatória da ANEEL de nº 1.563, de 02/07/2013, aplicáveis são:

- Tarifa classe Iluminação Pública (B4a.) – TUSD – R\$ 54,21/MWh e TE – R\$ 84,56/MWh, Total sem Tributos – R\$ 138,77/MWh – Total com Tributos – R\$ 179,82/MWh.
- Tarifa classe Comercial (B3) – TUSD – R\$ 91,10/MWh e TE – R\$ 147,82/MWh, Total sem Tributos – R\$ 238,92 /MWh – Total com Tributos – R\$ 309,60/MWh.

Isto significa se a fatura de energia no caso que viesse a ser paga por quem detenha a concessão de rodovia, iria ser onerada em 72% a mais da importância a ser paga pelo Município ou pela sua concessionária de serviço de iluminação pública.

Isto posto, vimos sugerir os seguintes procedimentos a serem adotados e que tem sua repercussão no edital da contratação de empresa concessionária:

- Que seja firmado convênio pelo Ilume junto as entidades estaduais e federais que possuem jurisdição das rodovias que atravessam o perímetro urbano no sentido de que respondem e arcam pelos investimentos iniciais e pelos relativos as obras de modernização e efficientização, restando ao Ilume a responsabilidade e ônus pelos serviços de manutenção e pelo pagamento da fatura de energia elétrica junto à Distribuidora. A mudança

do padrão tecnológico das rodovias ocorrerá concomitantemente com a mudança no restante do Município.

- Que os equipamentos a serem implantados pelas entidades estaduais e federais ou que detenham a concessão e que possuem jurisdição das rodovias em perímetro urbano deverão atender às especificações técnicas e padronizações definidas pelo Ilume, com a utilização de cabos e dispositivos anti-furto, como condição para incorporação destes bens pelo Ilume e consequente prestação de serviços de manutenção.

PROPOSTA DA KIRCHNER CONSULTORIA EM ENERGIA:

Inserir no Termo de Referência a seguinte obrigação do Poder Concedente:

Para novas incorporações de pontos de iluminação de rodovias em áreas urbanas pelo Concessionário os equipamentos instalados deverão atender às especificações técnicas e padronizações aprovadas para o programa de modernização, bem como com a utilização de cabos e dispositivos anti-furto.

J. ESTUDO E PROPOSTA: ENTERRAMENTO DE CABOS

Encontra-se vigente, apesar de não colocada em prática, a Lei Municipal nº 14.023, de 8 de julho de 2005, que determina que as concessionárias, empresas estatais e prestadores de serviço que operam com cabeamento na cidade de São Paulo ficam obrigados a tornar subterrâneo o cabeamento ora existente, sem no entanto fixar prazo para consecução deste objetivo.

O Decreto nº 47.817, de 26 de outubro de 2006 que regulamenta a citada lei determina que os concessionários de serviços públicos, as empresas estatais e as prestadoras de serviços que operam ou utilizam cabos aéreos deverão tornar subterrâneo o cabeamento aéreo existente na extensão de até 250 km (duzentos e cinquenta quilômetros) lineares de via por ano. Observe-se que o Decreto não estipula um montante mínimo e sim um montante máximo de enterramento anual.

O desordenamento de fios pendurados pelos postes nas ruas de São Paulo não apenas polui a paisagem, como também implica em dificuldades crescentes de manutenção. O enterramento de fios e cabos viria a reduzir significativamente os problemas causados por chuvas, temporais e quedas de árvores. De acordo com a AES Eletropaulo, os clientes que dependem de fiação aérea hoje sofrem de 4 a 5 vezes mais interrupções no fornecimento de energia elétrica que os que contam com fiação enterrada. A iluminação pública padece das mesmas falhas do sistema de distribuição de energia.

Hoje apenas 7% dos cerca de 30 mil quilômetros de fios e cabos estão enterrados.

Além de um perímetro importante no centro e de alguns eixos como a Av. Paulista e os corredores da Rebouças, 9 de Julho e Faria Lima – onde a prefeitura investiu no enterramento da fiação quando realizou reformas mais amplas –, algumas ruas comerciais tiveram sua fiação enterrada, a partir de projetos bancados pelos próprios comerciantes, caso da Oscar Freire e da Av. Nogueira Faria. Mas um programa geral para a cidade, com cronograma e responsabilidades definidos, ainda não foi implementado.

Entretanto, a Lei Municipal nº 14.023, de 8 de julho de 2005 e o Decreto nº 47.817, de 26 de outubro de 2006 poderão vir a ser questionados no Judiciário da mesma forma que a Light fez em relação ao Município do Rio de Janeiro. Do site do Superior Tribunal Federal (STF) extraímos a notícia:

Segunda-feira, 02 de setembro de 2013.

Ministra suspende decisão que obrigou Light a substituir fiação aérea por subterrânea.

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu liminar na Ação Cautelar (AC) 3420, ajuizada pela Light Serviços de Eletricidade S/A (concessionária de energia elétrica no Estado do Rio de Janeiro), para atribuir efeito suspensivo ao Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 764029, no qual questiona decisão do Tribunal de Justiça fluminense (TJRJ) relativa à imposição de enterramento de toda fiação aérea do município do Rio de Janeiro.

A empresa ajuizou ação ordinária contra o município com o objetivo de declarar inconstitucionais o artigo 326 da Lei Complementar Municipal 111/2011, o Decreto Municipal 34.442/2011 e a Resolução 8/2011 da Secretaria Municipal de Conservação. Segundo a Light, os atos criam obrigações que não constam do contrato de concessão, como o enterramento de todos os cabos e demais estruturas da rede elétrica até então aparentes, no prazo de cinco anos.

O juízo da 14ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro julgou improcedente a ação. Contra essa decisão, a concessionária interpôs apelação, não provida pela 15ª Câmara Cível do TJ-RJ. No ARE 764029, a empresa afirma que o tribunal estadual teria contrariado os artigos 21, inciso XII, alínea “b”; 22, inciso IV; 30, inciso I e VIII; 37, inciso XXI, e 175 da Constituição da República e ressalta que o custo estimado para o enterramento alcançaria R\$ 20 bilhões e importaria em um aumento de cerca de 50% na tarifa dos consumidores de todas as cidades do estado atendidas pela companhia.

A remessa do recurso extraordinário ao STF foi inadmitida sob os fundamentos de incidência das Súmulas 279 e 284 do STF e a circunstância de que a ofensa à Constituição, se tivesse ocorrido, seria indireta. Contra essa decisão, a Light interpôs agravo, alegando que a matéria seria constitucional e não incidiriam as súmulas citadas. Argumentou ainda que as normas municipais avançaram na gestão do contrato de concessão firmado entre a empresa e a União.

Decisão

A ministra Cármen Lúcia verificou, na AC 3420, os dois requisitos para a concessão da liminar: o perigo da demora e a fumaça do bom direito. Em relação ao primeiro, a relatora destacou que os custos com as obras poderia causar desequilíbrio na equação econômico-financeira do contrato de concessão.

Quanto à fumaça do bom direito, a ministra apontou que o STF assentou a impossibilidade de interferência dos entes da federação nas relações jurídico-contratuais estabelecidas entre a União e as empresas concessionárias, especificamente no que se refere a alterações das condições do contrato de concessão de serviço público federal, por lei local. Na sua avaliação, o legislador municipal interferiu no contrato entre a União e a Light no caso em questão.

“Portanto, para efeito de liminar, tem-se como plausível que o legislador municipal tenha interferido nas condições estabelecidas entre a União Federal e a concessionária de serviço público, alterando o equilíbrio econômico e financeiro do contrato administrativo, em contrariedade ao artigo 37, inciso XXI, da Constituição da República, o que impõe exame aprofundado e prioritário da matéria”, concluiu a ministra Cármen Lúcia, que determinou o apensamento da AC 3420 aos autos do ARE 764029.

Se é duvidoso a obrigatoriedade ou não de cumprimento da referida lei municipal não resta dúvidas que pelo menos uma parte do centro expandido poderá sofrer o processo de enterramento de cabos.

Como já esclarecido pela Secretaria de Serviços não ser objeto da concessão de serviços de iluminação pública o enterramento de cabos. Trata-se de decisão acertada pois as galerias subterrâneas a serem implantadas não se destinam apenas a iluminação pública e para serem viabilizadas depende de uma decisão conjunta de seus usuários: Distribuidora de energia elétrica, empresas de telefonia e de TV a cabo / internet.

Nossa proposta é que a Concessão dos Serviços de Iluminação Pública não deva ser imposta as obras em relação ao enterramento de cabos, tais como, galerias, a rede de energia subterrânea e o posteamento.

A instalação de luminárias poderá ser realizada pela Concessionária e sendo considerada em atendimento ao Índice de Modernização.

PROPOSTA DA KIRCHNER CONSULTORIA EM ENERGIA:

Inserir no Termo de Referência a seguinte obrigação do Concessionário:

Em caso de obras de enterramento de cabos, ficará a cargo da Prefeitura obras tais como, galerias, a rede de energia subterrânea e o posteamento, de outro lado, ficará a cargo da Concessionária a instalação de luminárias cujos serviços serão considerados como em atendimento aos Índices de Modernização.

K. ESTUDO E PROPOSTA: APERFEIÇOAMENTOS NAS LEIS DA COSIP

A atualização do valor arrecadado da COSIP, ao longo dos anos de concessão, deve acompanhar não apenas o reajuste da tarifa de energia elétrica, mas também e na proporção adequada, o valor da contraprestação da Administração ao parceiro privado! Não se sabe se ao longo dos anos a tarifa de energia elétrica irá subir muito acima ou abaixo da inflação, entretanto, ela não representa todos os custos do serviço público de iluminação pública.

Ajustar o marco legal da fonte que irá prover os recursos ao longo da concessão evita situações que poderão comprometer a estabilidade financeira necessária para custear serviços executados.

A Lei nº 13.479, de 30 de dezembro de 2002, instituiu no Município de São Paulo a Contribuição para Custeio da Iluminação Pública – COSIP.

A Lei nº 14.125, de 29 de dezembro de 2005, trata de questões tributárias gerais do município, sendo que em seu artigo 3º concede isenção de COSIP para os contribuintes residentes ou instalados em vias ou logradouros que não possuam iluminação pública e o artigo 4º atribui responsabilidade tributária à empresa concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica.

Consta no artigo 4º da Lei nº 13.379/2002:

Art. 4º - O valor da Contribuição será incluído no montante total da fatura mensal de energia elétrica emitida pela concessionária desse serviço e obedecerá a classificação abaixo:

I – R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos) para os consumidores residenciais

II – R\$ 11,00 (onze reais) para os consumidores não residenciais

Parágrafo único – O valor da Contribuição será reajustado anualmente pelo mesmo índice da tarifa de energia elétrica.

Reconhecendo as dificuldades de se alterar lei vigente, vamos destacar pontos deficientes ou falhos da lei:

- Em lugar de valores fixos, se houvessem sido definidos diferentes valores e que se elevam de acordo com a faixa de consumo mensal poderia se cobrar valores que a população, via de regra, iria sentir menos, pois seriam valores menores para quem consome pouco e valores maiores na medida que se consome mais energia. Desde março de 2009, existe jurisprudência do STF no sentido reconhecer a constitucionalidade da cobrança progressiva, dentro da capacidade contributiva da população. É uma questão delicada e merece avaliação se deve ou não efetuar modificações quanto a este aspecto.

- O fato do valor cobrado ser atualizado anualmente pelo mesmo índice da tarifa de energia elétrica e como a Lei nº 13.479 foi sancionada no final de dezembro, os reajustes anuais da COSIP vigoram a partir de 1º de janeiro de cada ano, de forma desconcatenada com a data de reajuste da ANEEL para a AES Eletropaulo (todo ano a partir do dia 4 de julho). Temos a partir de 2015 um outro significativo agravante quando começará a vigorar o sistema de bandeiras tarifárias sendo que as tarifas poderão ser majoradas mensalmente. Entendemos que o aperfeiçoamento deve ser feito quanto a este aspecto.

Encontram-se isentos de pagamento da COSIP os consumidores baixa renda e os consumidores em cujas vias ou logradouros que não possuam iluminação pública.

O primeiro caso, a isenção abrange 350.000 unidades consumidoras, e se encontra concedida pelo art. 5º da Lei 13.479/2002:

Art. 5º Ficam isentos da Contribuição os contribuintes vinculados às unidades consumidoras classificados como “tarifa social de baixa renda” pelo critério da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A ANEEL atualizou suas normativas com base do disposto na Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, acabando com o benefício automático para quem consumia até 80 kWh/mês, e ainda vinculando o enquadramento que o consumidor já seja beneficiário dos programas sociais do Governo Federal.

Segundo a Lei nº 12.212/2010 que dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica:

Art. 1º A Tarifa Social de Energia Elétrica, criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para os consumidores enquadrados na Subclasse Residencial Baixa Renda, caracterizada por descontos incidentes sobre a tarifa aplicável à classe residencial das distribuidoras de energia elétrica, será calculada de modo cumulativo, conforme indicado a seguir:

I - para a parcela do consumo de energia elétrica inferior ou igual a 30 (trinta) kWh/mês, o desconto será de 65% (sessenta e cinco por cento);

II - para a parcela do consumo compreendida entre 31 (trinta e um) kWh/mês e 100 (cem) kWh/mês, o desconto será de 40% (quarenta por cento);

III - para a parcela do consumo compreendida entre 101 (cento e um) kWh/mês e 220 (duzentos e vinte) kWh/mês, o desconto será de 10% (dez por cento);

IV - para a parcela do consumo superior a 220 (duzentos e vinte) kWh/mês, não haverá desconto.

Nosso entendimento é que deveria seguir o critério da tarifa baixa renda no que se refere o percentual de desconto faixa mas não a isenção integral, uma vez que todos os que são beneficiários coletivamente da iluminação pública deveriam ajudar a custeá-la.

O fato de todos os consumidores de energia pagarem a COSIP, ainda com valores reduzidos facilita a fiscalização tributária quanto a efetiva cobrança por abranger todos os consumidores.

Nossa sugestão é que os beneficiários da Tarifa Social Baixa Renda sejam contemplados com desconto de 50% (cinquenta por cento) do valor da COSIP.

O segundo caso, a isenção abrange 500 unidades consumidoras, e se encontra concedido pelo art. 3º da Lei nº 14.125, de 29/12/2005:

Art. 3º Ficam isentos da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública, instituída pela Lei nº 13.479, de 30 de dezembro de 2002, os contribuintes residentes ou instalados em vias ou logradouros que não possuam iluminação pública.

...

Este artigo da lei deveria ser revogado pois afronta o conceito tributário de “contribuição” que não pode se confundir com “taxa” já que não exige contraprestação individual ao contribuinte. Existe representação do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo junto a Procuradoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo para que este artigo seja revogado (cópia em anexo) onde se encontram outros fundamentos.

Ressalte-se que ainda que sejam apenas 500 consumidores indevidamente beneficiados por isenção, existe um gasto grande administrativo quanto ao controle de quem pode vir a ter o benefício (caso de uma nova ligação de energia) e também alguém que passou a ser servido pela rede de iluminação pública.

Tendo em vista que o artigo 8º da Lei nº 11.079/2004 prevê que as obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública em contrato de parceria público-privada poderão ser garantidas mediante a vinculação das receitas seria muito desejável que a atualização dos valores arrecadados da COSIP e os valores desembolsados na compra de energia e junto ao parceiro privado contratado tivessem a mesma evolução ao longo dos anos de concessão.

Como visto, o reajuste da COSIP encontra-se atrelado ao aumento das tarifas de energia mas de forma defasada e que não capta as variações mensais de tarifas, entretanto, como a COSIP não se destina apenas a custear a fatura de energia elétrica mas também a instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei 13.479/2002, o reajuste para atualização do valor da COSIP deveria ser através de uma fórmula paramétrica que, de fato, captasse todas as variações de custos ocorridas, seja para pagamento da fatura mensal junto a AES Eletropaulo seja para pagamento da contraprestação mensal junto ao parceiro privado.

PROPOSTA DA KIRCHNER CONSULTORIA EM ENERGIA:

Ficam propostas modificações na Lei nº 13.479/2002 nos termos expostos a seguir.

Primeira modificação:

O artigo 5º da Lei nº 13.479/2002 passa a ter a seguinte redação:

Art. 5º Os contribuintes vinculados a unidades consumidoras classificadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL como “tarifa social de baixa renda”, segundo critérios da Lei nº 12.212/2010, usufruirão do desconto de 50% (cinquenta por cento) no valor vigente da COSIP:

Segunda modificação:

O parágrafo único do art. 4º da Lei nº 13.479/2002 passa a ter a seguinte alteração:

O valor da Contribuição será reajustado através da seguinte fórmula paramétrica:

$$VC = VCo \times [(0,60 \times TEIP/TEIPo) + (0,40 \times IPC/IPCo)]$$

Onde:

TEIP – tarifa de energia de iluminação pública subclasse B4a, publicada pela ANEEL.

IPC – Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (IPC-FIPE).

Sempre que houver alteração no valor da tarifa publicada pela ANEEL a nova tarifa passará a ser considerada para efeito de reajuste.

O reajuste de IPC-FIPE será anual e considerado a partir de 1º de janeiro de cada ano.

Entendemos que o mesmo indexador utilizado no contrato de parceria público-privada deve ser o adotado na lei municipal, de forma que sugerimos constar de forma ponderada na fórmula de atualização da COSIP (no caso, sugerido IPC da FIPE).

Fica proposta modificação na Lei nº 13.479/2002 nos termos expostos a seguir.

Fica revogado o art. 3º da Lei nº 14.125, de 29/12/2005

L. ESTUDO E PROPOSTA: CONDUTORES AÉREOS EM POSTES PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO



O Município dispõe de cerca de 44 mil postes utilizados atualmente unicamente para iluminação pública.

Uma parte destes postes, em lugar de se utilizar eletrodutos subterrâneos para alimentação elétrica, a alimentação é feita por fiação aérea. Segundo informações obtidas tratam-se de locais que foram sujeitos a furto de condutores e a forma escolhida para evitar nova ocorrência, como alternativa provisória, foi a reinstalação dos condutores como do tipo aéreo.

Nos parece inconcebível que num processo de modernização de instalações possa permanecer o que no setor elétrico se denomina como “gambiarra” e até pelo motivo que podem ser utilizados outros dispositivos e materiais para evitar novos furtos.

A problemática crescente do furto do cobre levou a indústria de condutores elétricos a desenvolver cabos bimetálicos, dissuasores do furto. Os cabos são constituídos pela alma condutora em cobre estanhado, protegida e oculta por um emaranhado externo em aço galvanizado. Estes cabos são difíceis de cortar com ferramentas manuais e o emaranhado exterior é magnético, induzindo em erro quem recorre a imãs para localizar e identificar ferro ou cobre. Caso o furto

ocorra, os fios de cobre e aço são muito difíceis de separar, tornando inviável economicamente a sua reciclagem, de forma que o produto furtado não tem valor comercial.

Favorece a ação de larápios os cabos estarem desenergizados durante o dia. O uso de sistemas de alimentação compartilhados com a Distribuidora de energia irá também reduzir drasticamente os furtos que atualmente são realizados.

PROPOSTA DA KIRCHNER CONSULTORIA EM ENERGIA:

Inserir no Termo de Referência a seguinte obrigação do Concessionário:

Na medida que forem serem executadas as obras de modernização deverão se removidos todo o cabeamento aéreo existente provisoriamente nos postes próprios do Município, com a substituição dos cabos atuais por cabos anti-furto.

M. ESTUDO E PROPOSTA: SERVIÇOS ACESSÓRIOS

O parceiro privado poderá explorar fontes de receitas acessórias, alternativas, complementares, ou de projetos associados à Concessão, desde que a exploração não comprometa os padrões de qualidade e demais pressupostos do serviço concedido.

A Kirchner Consultoria em Energia propõe seja revisto o que constou do Edital de Chamamento Público pelos motivos que a seguir serão expostos:

Item 3.3.1

c) Descrição e dimensionamento das fontes de receitas acessórias, alternativas ou complementares, caso haja, capazes de reduzir o montante de contraprestação necessária para a viabilidade do projeto;

Será um erro fazer constar no Edital da PPP nestes termos tendo em vista que:

- Embora se reconheça o enorme potencial que poderá ser a prestação de serviços acessórios com a possibilidade de se colher informações em centenas de milhares de pontos no Município de São Paulo, usando o mesmo monitoramento do telegerenciamento, não há como se ter uma previsão com segurança e acertada para participação da licitação.
- O montante de contraprestação necessária não deverá ser reduzido e sim o parceiro privado deverá compartilhar os ganhos dos serviços acessórios com a Administração nas condições estipuladas pelo Edital e depositando os recursos devidos em conta especialmente destinada a este fim. Pode parecer um detalhe insignificante mas não é! Os recursos para pagamento do montante da contraprestação vem do FUNDIP e trata-se de recursos vinculados e que não podem serem utilizados para outro fim. Se sobrar recursos do FUNDIP, com a redução da contraprestação, a única providência a ser tomada possível será a reduzir os valores a serem arrecadados através de modificação na Lei da COSIP. Ao contrário, as receitas de serviços acessórios podem ser usadas para outro fim já que não são vinculadas.
- A Administração não pode simplesmente abdicar de receber uma parte das fontes de receitas acessórias que estarão por vir ao longo de anos e de décadas.

Medir a poluição do ar em toda a cidade, dispor de câmeras de segurança que permitirão controlar trânsito, seguir fugitivos da polícia, melhor distribuir e potencializar sinais de telefonia celular de operadoras são algumas aplicações que poderão gerar novas receitas mas o futuro é inimaginável com tantos avanços tecnológicos que certamente ocorrerão nos próximos anos de forma que surgirão outras fontes de receita.

PROPOSTA DA KIRCHNER CONSULTORIA EM ENERGIA:

Nossa proposta para fazer constar no Edital / Minuta de Contrato de Concessão:

O parceiro privado poderá explorar fontes de receitas acessórias, alternativas, complementares, ou de projetos associados à Concessão, desde que a exploração não comprometa os padrões de qualidade e demais pressupostos do serviço concedido.

As receitas acessórias, alternativas, complementares, ou de projetos associados à Concessão, líquidas, serão 25% (vinte e cinco por cento) apropriadas pelo Parceiro Privado, ficando o restante, ou seja, 75% (setenta e cinco por cento) utilizados em investimentos de modernização do Parque de Iluminação Pública, passando a serem considerados no cálculos dos Índices de Modernização.

N. ESTUDO E PROPOSTA: ATINGIMENTO DE METAS DE QUALIDADE

Segundo inciso VII do artigo 5º da Lei nº 11.079/2004, as cláusulas dos contratos de parceria público-privada deverão prever os critérios objetivos de avaliação do desempenho do parceiro privado;

Segundo o § 1º do artigo 6º da Lei nº 11.079/2004, o contrato poderá prever o pagamento ao parceiro privado de remuneração variável vinculada ao seu desempenho, conforme metas e padrões de qualidade e disponibilidade definidos no contrato.

Isto significa que a modelagem do contrato de concessão deverá prever uma contraprestação do Ilume variável e de acordo com metas pré-estabelecidas, ou seja, sua performance será mensalmente avaliada.

PROPOSTA DA KIRCHNER CONSULTORIA EM ENERGIA:

Inserir no Termo de Referência a seguinte obrigação do Poder Concedente:

Será de responsabilidade da Contratada definir rotinas de atendimento para a parque de iluminação da Prefeitura, a fim de obter índices de taxas de falha inferiores aos permissíveis.

Será apurado pelo Ilume em conjunto com a Contratada, no mínimo uma vez por mês, os Índices de Taxas de Falhas do Sistema de Iluminação, a serem utilizados na verificação da qualidade dos serviços prestados. A escolha de conjunto de quadras anexas onde se localizam os pontos de iluminação a serem inspecionados será feita de forma aleatória e não repetitiva em que concorram todas as quadras da cidade, ficando excluídas apenas as quadras situadas na região da cidade avaliada no mês imediatamente anterior. O critério de elegibilidade da área a ser inspecionada deverá previamente ser ajustado entre as partes, assegurando a não interferência pessoal na escolha tanto por parte da empresa Contratada como por parte da Fiscalização.

A avaliação noturna e diurna do Índice de Falha será realizada numa amostra mínima de 300 (trezentas) lâmpadas para a apuração percentual de lâmpadas apagadas a noite ou acesas durante o dia.

Nas avaliações noturna e diurna, serão verificadas as luminárias que se encontram em mal estado, com seu refrator sujo ou faltando o refrator.

Em cada avaliação dos Índices de Taxa de Falha serão considerados os seguintes limites:

- A quantidade de lâmpadas apagadas no período noturno não deverá ultrapassar 3% (três por cento);***
- A quantidade de lâmpadas acesas no período diurno não deverá ultrapassar 3% (três por cento).***

- ***A quantidade de luminárias em mal estado de conservação, com seu refrator ou refletor sujo, com juntas de vedação ou fecho de pressão inoperantes, não deverá ultrapassar 6% (seis por cento).***
- ***A quantidade de luminárias danificada, defeituosa ou faltando componente, como por exemplo o refrator, não deverá ultrapassar a 2% (dois por cento).***

A partir do segundo mês consecutivo de ultrapassagem de qualquer um destes índices de Falha limites ensejará a aplicação de fator redutor de 99% a incidir o sobre o valor da Contraprestação Pecuniária.

Se no mês seguinte consecutivo persistir a ultrapassagem de um destes Índices de Falha limite ensejará a aplicação de fator redutor de 99% a incidir o sobre o valor da Contraprestação Pecuniária e assim sucessivamente para os meses seguintes até o fator redutor máximo de 94% a incidir sobre o valor da Contraprestação Pecuniária.

Se nesta progressão, tivermos na sequência apenas um mês com índices de Taxas de Falha dentro dos limites e no seguinte voltar a ter ultrapassagem, o fator redutor a ser aplicado será o mesmo que foi aplicado pela última vez.

Se nesta progressão, tivermos dois meses com Índices Taxa de Falha dentro dos limites e no seguinte consecutivo houver ensejará a aplicação de fator redutor de 99% a incidir o sobre o valor da Contraprestação Pecuniária.

Se nesta progressão, tivermos três meses com Índices de Falhas dentro dos limites, portanto com serviços de boa qualidade, se retorna a condição inicial.

Será de responsabilidade da Contratada implementar rotinas de procedimentos visando atender os Índices de Taxas de Falha limites, incluindo a execução de rondas periódicas nas diversas ruas e praças, devendo manter o registro destas atividades para apresentação à Fiscalização quando solicitado.

Será efetuado controle quanto ao tempo de resposta das solicitações de reparo.

Para um ponto luminoso fora de funcionamento, a Contratada deverá efetuar o conserto no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da comunicação, não considerados domingos e feriados.

Para dois pontos luminosos ou mais, consecutivos e que estejam fora de funcionamento num mesmo logradouro, a Contratada deverá efetuar o conserto no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da comunicação, não considerados domingos e feriados.

Para cada 24 horas completadas de atraso ensejará o pagamento de multa de R\$ 300,00 por cada comunicação atendida fora do prazo.

O. ESTUDO E PROPOSTA: REPARTIÇÃO DOS RISCOS ENTRE AS PARTES

Ainda que a instituição das parcerias público-privadas claramente tenha como objetivo assegurar uma redução de riscos aos agentes privados, existe um dispositivo na lei que tem o efeito inverso. O inciso VI do art. 4º da Lei nº 11.079/2004 prevê a repartição objetiva de riscos entre as partes e o inciso III do art. 5º da mesma lei prevê a repartição dos riscos entre as partes, inclusive os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária.

Aqui deve se diferenciar a concessão administrativa (PPP) da concessão comum (Lei nº 8.987/1995), pois para a concessão administrativa da PPP inexistente o princípio do equilíbrio econômico financeiro a ser mantido durante todo o transcorrer do contrato, estando consagrado como excludentes de responsabilidade caso fortuito e força maior, também reconhecidos como excludentes de responsabilidade nos contratos administrativos (Lei nº 8.666/1993).

Deve ser estabelecida a clara definição dos direitos e obrigações de cada parte, dando equilíbrio entre os dois lados. Principalmente para defesa do interesse público e até para prevenir questionamentos judiciais, há de se evitar que o setor privado fique com o todo lucro e setor público com todos os riscos. Da mesma forma, o inverso afastará os possíveis interessados em participar da licitação.

Segundo o autor Luiz Alberto Blanchet, em seu livro “Parcerias Público-Privadas” o vocábulo “repartição” não pode ser interpretado em sua acepção corrente de simples divisão ao meio dos efeitos decorrentes de riscos a que está exposta a execução do contrato de parceria. Segundo o autor, a distribuição dos riscos deve ser proporcional a previsibilidade do fator que represente o risco, ou da inevitabilidade do próprio fator ou de seus efeitos.

Segundo definições adotadas por doutrinadores:

Caso fortuito: em que um evento da natureza imprevisível e inevitável, como o tufão, a inundação e o terremoto, o agravante do evento que constitui o caso fortuito é impossibilidade total criada pelo fato da natureza que impede a Concessionária de cumprir suas obrigações caracterizadas pela sua imprevisibilidade, aliada a inevitabilidade de seus efeitos.

Força maior: evento humano imprevisível e inevitável, como a greve e a grave perturbação da ordem, qualificada pelo caráter impeditivo absoluto para o cumprimento das obrigações da Concessionária.

Fato do príncipe: Medida de ordem geral, praticada pela autoridade máxima da Administração Pública, não relacionada diretamente com os contratos, mas que neles repercute, provocando desequilíbrio econômico-financeiro em possível detrimento do contratado.

Álea econômica extraordinária: são atos externos, imprevisíveis ou inevitáveis que repercutem no contrato. Como exemplo tem-se as crises econômicas.

PROPOSTA DA KIRCHNER CONSULTORIA EM ENERGIA:

Inserir na Minuta de Contrato a seguinte cláusula sobre Repartição de Riscos:

REPARTIÇÃO DE RISCOS

1. Com exceção das hipóteses da Subcláusula 17.2 abaixo, a CONCESSIONÁRIA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados à Concessão, inclusive, mas sem limitação, pelos seguintes riscos:

1.1. obtenção de licenças, permissões e autorizações relativas à Concessão, ressalvada a hipótese da Subcláusula 6.1.3 acima;

1.2. custos excedentes relacionados aos serviços objeto da Concessão, exceto nos casos previstos na Subcláusula 17.2 abaixo;

1.3. atraso no cumprimento dos cronogramas previstos no Anexo 3 deste Contrato ou de outros prazos estabelecidos entre as Partes ao longo da vigência deste Contrato, exceto nos casos previstos na Subcláusula 17.2 abaixo;

1.4. tecnologia empregada pela CONCESSIONÁRIA nos serviços da Concessão;

1.5. perecimento, destruição, roubo, furto, perda ou quaisquer outros tipos de danos causados aos Bens da Concessão, responsabilidade que não é reduzida ou excluída em virtude da fiscalização do PODER CONCEDENTE. Para tanto, se necessário, deve a CONCESSIONÁRIA contratar os seguros pertinentes;

1.6. gastos resultantes de defeitos ocultos em Bens da Concessão;

1.7. modificações na legislação, exceto aquelas mencionadas na subcláusula 2.7 abaixo;

1.8. caso fortuito e força maior que, em condições de mercado, possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil à época de sua ocorrência e que não estejam segurados em razão de decisão da CONCESSIONÁRIA;

1.8.1. riscos que possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil na data de sua ocorrência, mas que deixem de ser cobertos como resultado direto ou indireto de ação ou omissão da CONCESSIONÁRIA;

1.9. recuperação, prevenção, remediação e gerenciamento do passivo ambiental relacionado à destinação final dos equipamentos utilizados nos serviços prestados;

1.10. inflação superior ou inferior ao índice utilizado para reajuste da Contraprestação Anual Máxima ou de outros valores previstos neste Contrato para o mesmo período, sem prejuízo da possibilidade de sua revisão (ordinária e/ou extraordinária);

1.11. prejuízos causados a terceiros, pela CONCESSIONÁRIA ou por seus administradores, empregados, prepostos ou prestadores de serviços

ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades abrangidas pela Concessão; e/ou

1.12. imperícia ou falhas na prestação dos serviços da Concessão.

2. A CONCESSIONÁRIA não é responsável pelos seguintes riscos relacionados à Concessão, cuja responsabilidade é do PODER CONCEDENTE:

2.1. decisão judicial ou administrativa que impeça ou impossibilite a CONCESSIONÁRIA de prestar os serviços, ou que interrompa ou suspenda o pagamento da Contraprestação ou impeça seu reajuste e revisão de acordo com o estabelecido neste Contrato, exceto nos casos em que a CONCESSIONÁRIA houver dado causa a tal decisão;

2.2. descumprimento, pelo PODER CONCEDENTE, de suas obrigações contratuais ou regulamentares, incluindo, mas não se limitando, ao descumprimento de prazos aplicáveis ao PODER CONCEDENTE previstos neste Contrato e/ou na legislação vigente;

2.3. atrasos ou inexecução das obrigações da CONCESSIONÁRIA causados pela demora ou omissão do PODER CONCEDENTE e dos demais órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal nas providências que lhe cabem na relação contratual;

2.4. atraso no cumprimento do cronograma previsto no Anexo 3 deste Contrato, por razões imputáveis aos responsáveis pela finalização;

2.5. caso fortuito ou força maior que, em condições de mercado, não possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil à época de sua ocorrência;

2.6. alteração, pelo PODER CONCEDENTE, dos encargos atribuídos à CONCESSIONÁRIA neste Contrato, incluindo serviços descritos no Anexo 3 deste Contrato;

2.7. alterações na legislação e regulamentação, inclusive acerca de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos e das exigências para gestão e operação de unidades gestoras energéticas, que alterem a composição econômico-financeira da CONCESSIONÁRIA, excetuada a legislação dos impostos sobre a renda;

2.8. interrupções do sistema de distribuição de energia que comprometam o atingimento das Metas Quantitativas e dos Indicadores de Desempenho da Concessão; e

2.9. fatores externos e imprevisíveis a este Contrato que acabem impactando na demanda prevista e, conseqüentemente, no desempenho da CONCESSIONÁRIA na apuração da Meta Quantitativa estabelecida no Anexo 3 deste Contrato.

3. A CONCESSIONÁRIA declara: (i) ter pleno conhecimento da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos neste Contrato; e (ii) ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua Proposta.

4. A CONCESSIONÁRIA não fará jus à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro caso quaisquer dos riscos por ela assumidos neste Contrato venham a se materializar.

P. ESTUDO E PROPOSTA: REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA EM PREDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

Entendemos que é extremamente relevante e produtivo para a Prefeitura se avaliar e implementar reduções de consumo em prédios públicos municipais. Entretanto, nos manifestamos contrariamente que tais atividades sejam agregadas ao contrato de concessão de iluminação pública pelos motivos:

- Os recursos arrecadados pela COSIP são vinculados exclusivamente à iluminação pública e existem exemplos de Administradores Públicos condenados, já em segunda instância, por improbidade administrativa, por ter desviado estes recursos para pagamento de energia elétrica em prédios públicos municipais.
- Uma Concessionária tomar conta de iluminação de prédios e dar manutenção elétrica acaba por concentrar atividades que deveriam ser descentralizadas por áreas usuárias. Prédios públicos constantemente sofrem mudanças e adaptações e é melhor que quem cuide disso sejam seus próprios usuários. Ficará difícil posteriormente separar o que é de responsabilidade da Concessionária e o que não é.
- Os serviços de efficientização de iluminação de prédios tem como característica a licitação e contrato administrativo regido pela Lei nº 8.666, com prazo de duração máximo de 5 anos e é descabido fazer um contrato com este fim com duração de cerca de 30 anos. A nosso ver, tal contratação não é passível de ser caracterizada como PPP.
- A iluminação pública e o próprio porte de São Paulo, a nosso ver, já recomendariam não se desviar o foco do serviço público de interesse da população.

PROPOSTA DA KIRCHNER CONSULTORIA EM ENERGIA:

Não incluir no objeto da licitação para concessão administrativa os serviços de redução de custos em prédios próprios do Município.

ANEXO 1

Voto do Relator Ministro Ricardo Lewandowski, do STF do
Recurso Extraordinário 573.675-0 do Município de São José
do Estado de Santa Catarina

25/03/2009

TRIBUNAL PLENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 573.675-0 SANTA CATARINA

RELATOR : **MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
RECORRENTE(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RECORRIDO(A/S) : MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ
ADVOGADO(A/S) : WILLIAM RAMOS MOREIRA
INTERESSADO(A/S) : MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE
ADVOGADO(A/S) : CAROLINA CARDOSO GUIMARÃES LISBOA

EMENTA: CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. RE INTERPOSTO CONTRA DECISÃO PROFERIDA EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE ESTADUAL. CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP. ART. 149-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. LEI COMPLEMENTAR 7/2002, DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, SANTA CATARINA. COBRANÇA REALIZADA NA FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA. UNIVERSO DE CONTRIBUINTES QUE NÃO COINCIDE COM O DE BENEFICIÁRIOS DO SERVIÇO. BASE DE CÁLCULO QUE LEVA EM CONSIDERAÇÃO O CUSTO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA E O CONSUMO DE ENERGIA. PROGRESSIVIDADE DA ALÍQUOTA QUE EXPRESSA O RATEIO DAS DESPESAS INCORRIDAS PELO MUNICÍPIO. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA. INOCORRÊNCIA. EXAÇÃO QUE RESPEITA OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO EXTRAORDINÁRIO IMPROVIDO.

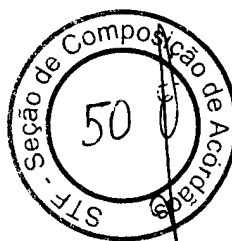
I - Lei que restringe os contribuintes da COSIP aos consumidores de energia elétrica do município não ofende o princípio da isonomia, ante a impossibilidade de se identificar e tributar todos os beneficiários do serviço de iluminação pública.

II - A progressividade da alíquota, que resulta do rateio do custo da iluminação pública entre os consumidores de energia elétrica, não afronta o princípio da capacidade contributiva.

III - Tributo de caráter *sui generis*, que não se confunde com um imposto, porque sua receita se destina a finalidade específica, nem com uma taxa, por não exigir a contraprestação individualizada de um serviço ao contribuinte.

IV - Exação que, ademais, se amolda aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

V - Recurso extraordinário conhecido e improvido.



A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por maioria e nos termos do voto do Relator, conhecer e desprover o recurso extraordinário, vencido o Senhor Ministro Marco Aurélio, que o conhecia e provia, declarando incidentalmente a inconstitucionalidade da norma. Votou o Presidente, Ministro Gilmar Mendes. Ausentes, justificadamente, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa e, neste julgamento, a Senhora Ministra Ellen Gracie.

Brasília, 25 de março de 2009.



RICARDO LEWANDOWSKI - RELATOR

25/03/2009**TRIBUNAL PLENO****RECURSO EXTRAORDINÁRIO 573.675-0 SANTA CATARINA**

RELATOR : **MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
RECORRENTE(S) : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**
RECORRIDO(A/S) : **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ**
ADVOGADO(A/S) : **WILLIAM RAMOS MOREIRA**
INTERESSADO(A/S) : **MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**
ADVOGADO(A/S) : **CAROLINA CARDOSO GUIMARÃES LISBOA**

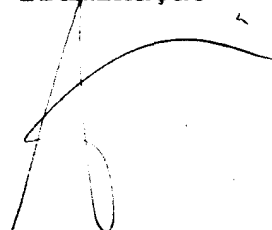
R E L A T Ó R I O

O Sr. Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**: - Trata-se de recurso extraordinário interposto pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça daquele Estado que, em ação direta de inconstitucionalidade, julgou improcedente o pedido.

A ADI estadual foi proposta contra a Lei Complementar 7, de 30 de dezembro de 2002, editada pelo Município de São José, Estado de Santa Catarina, que instituiu a Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP.

Eis o teor do diploma legal impugnado:

"Art. 1º - Fica instituída, nos termos do art. 149-A da Constituição Federal de 1988, a Contribuição para Custeio de Serviço de Iluminação



RE 573.675 / SC

Pública - COSIP, devida pelos consumidores residenciais e não residenciais de energia elétrica, destinada ao custeio do serviço de iluminação pública.

§ 1º - Considera-se serviço de iluminação pública aquele destinado a iluminar vias e logradouros, bem como quaisquer outros bens públicos de uso comum, assim como de atividades acessórias de instalação, manutenção e expansão da respectiva rede de iluminação, inclusive a realização de eventos públicos.

§ 2º - São contribuintes da COSIP os consumidores situados tanto na área urbana como na área rural.

Art. 2º - A contribuição de que trata o artigo anterior corresponderá ao custo mensal do serviço de iluminação pública, rateado entre os contribuintes, de acordo com os níveis individuais de consumo mensal de energia elétrica, conforme as tabelas a seguir:

I - CONSUMIDOR RESIDENCIAL

FAIXA DE CONSUMO (%) Percentual sobre a
TARIFA de I.P./Mês

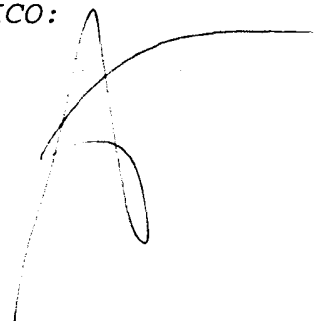
0 a 30 KWh	Isento
31 a 50 KWh	0,8
51 a 100 KWh	2,0
101 a 200 KWh	3,0
201 a 500 KWh	5,0
501 a 1000 KWh	12,0
1001 a 1500 KWh	20,0
Acima de 1500 KWh	25,0

II - CONSUMIDORES COMÉRCIO, INDÚSTRIA E EMPR.
SERVIÇOS PÚBLICOS

FAIXA DE CONSUMO (%) Percentual sobre a
TARIFA de I.P./Mês

0 a 30 KWh	3,0
31 a 50 KWh	6,0
51 a 100 KWh	9,5
101 a 200 KWh	12,0
201 a 500 KWh	16,0
501 a 1000 KWh	22,0
Acima de 1001 KWh	30,0

III - CONSUMIDORES PODER PÚBLICO:



RE 573.675 / SC

FAIXA DE CONSUMO (%) Percentual sobre a
TARIFA de I.P./Mês

0 a 30 KWh 50,0
31 a 50 KWh 50,0
51 a 100 KWh 50,0
101 a 200 KWh 50,0
201 a 500 KWh 50,0
Acima de 1001 KWh 50,0

IV - CONSUMIDORES PRIMÁRIOS

FAIXA DE CONSUMO (%) Percentual sobre a
TARIFA de I.P./Mês

0 a 2000 KWh 56,0
2001 a 5000 KWh 112,0
5001 a 10000 KWh 150,04
10001 a 50001 KWh 186,0
Acima de 50001 KWh 223,0

§ 1º - Os percentuais das tabelas acima serão aplicados sobre o valor de Tarifa de Iluminação Pública, em R\$/MWh.

§ 2º - O valor da Contribuição, estabelecido na forma deste artigo, será apurado e cobrado, mensalmente, por meio de nota fiscal fatura, emitida pela concessionária responsável pelo serviço de energia elétrica.

§ 3º - O Poder Público Municipal estará isento do recolhimento da COSIP, quando se tratar de prédio de uso próprio.

Art. 3º - O Valor da contribuição de que trata esta Lei Complementar será reajustado, na mesma ocasião e percentual aplicado às tarifas de fornecimento de energia elétrica, definido pela Centrais Elétricas de Santa Catarina S. A. - CELESC.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC, para operacionalizar a apuração e cobrança da contribuição de que trata esta Lei Complementar, bem como a respectiva prestação de serviços de iluminação pública de interesse do Município.

§ 1º - A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC deverá contabilizar mensalmente, o produto

RE 573.675 / SC

de arrecadação da COSIP, em conta própria, e fornecerá, à Secretaria Municipal de Finanças, até o dia 15 do mês subsequente ao do recolhimento, o demonstrativo de arrecadação.

§ 2º - O saldo verificado no balanço da contabilidade da COSIP deverá ser aplicado pela Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC, em serviços, de acordo com a programação e autorização da Prefeitura Municipal de São José.

Art. 5º - Compete à Secretaria de Finanças a administração e fiscalização da contribuição de que trata esta Lei Complementar.

Art. 6º - A Prefeitura Municipal de São José poderá aplicar os recursos arrecadados pela COSIP em eventos e atividades de caráter público.

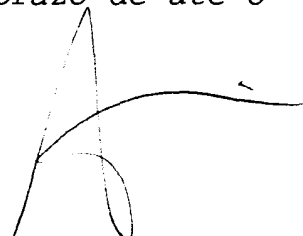
Art. 7º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 01/01/2003."

A Lei Complementar 11/2003 alterou os arts. 4º e 6º da LC 7/02, nos seguintes termos:

"Art. 1º Os artigos 4º e 6º da Lei Complementar nº 007 de 30 de dezembro de 2002 passam a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC, para operacionalizar a apuração e cobrança de que trata esta Lei Complementar, podendo também realizar prestação de serviços de iluminação pública do interesse do Município.

§ 1º - A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC, quando responsável pela cobrança e recolhimento da contribuição, deverá transferir o montante arrecadado para a conta do Tesouro Municipal especialmente designada para tal fim, no prazo de até o



RE 573.675 / SC

quinto dia útil do mês subsequente ao do recolhimento, sob pena de responder civil e criminalmente pelo não cumprimento do aqui disposto.

§ 2º - A concessionária deverá manter cadastro atualizado dos contribuintes que deixarem de efetuar o recolhimento da Contribuição, fornecendo os dados constantes naquele para a autoridade administrativa competente pela administração da Contribuição.

Art. 6º - O Executivo Municipal fica autorizado a constituir Fundo de Iluminação Pública - FUNDIP - e Comissão de Administração e Fiscalização do FUNDIP, para fiscalizar e administrar os recursos provenientes da contribuição, vinculado ao custeio do serviço de iluminação pública, tal como definido no artigo 1º desta Lei, conforme regulamento a ser expedido pelo Poder Executivo no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º - O Poder Executivo fica obrigado a encaminhar à Câmara Municipal de São José programa de gastos e investimentos, balancete anual do Fundo de Iluminação Pública - FUNDIP a ser criado para custear a iluminação pública.

§ 2º - A Prefeitura Municipal de São José poderá aplicar os recursos arrecadados pela COSIP em eventos e atividades de interesse público.

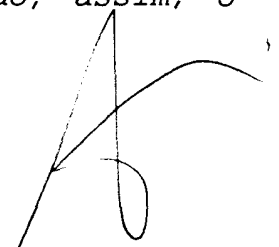
§ 3º - As eventuais despesas decorrentes da implantação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias, suplementadas se necessário'.

Art. 2º - Revogando-se disposições em contrário, permanecendo inalteradas as demais.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Consta do acórdão recorrido que o MP local, na referida ação, sustentou-se que

"por ser a hipótese de incidência do tributo o consumo de energia elétrica, restringindo, assim, o



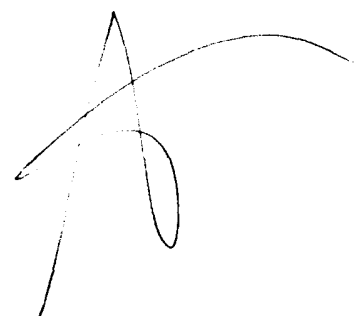
RE 573.675 / SC

sujeito passivo da obrigação aos respectivos consumidores, há violação ao princípio da igualdade tributária, porquanto os beneficiários do serviço de iluminação pública não são apenas aqueles; a distinção entre os contribuintes residenciais e os não residenciais importa em ofensa ao princípio da isonomia ante a ausência de razão plausível para diferenciação na distribuição do ônus do pagamento, pois o serviço é prestado indistintamente a todos os cidadãos".

E ainda:

"o fato de um contribuinte consumir mais ou menos energia elétrica não significa que ele será mais ou menos beneficiado pela iluminação pública, não há nenhuma relação entre o que a lei chama de 'níveis individuais de consumo mensal de energia elétrica' com o custo de serviço de iluminação pública."

A Corte a quo, contudo, reportando-se a vários precedentes seus sobre a matéria, concluiu que a LC 7/2002 não padece do vício apontado pelo Parquet local, porquanto foi editada em consonância com o art. 149-A da Carta Magna, acrescentado pela Emenda Constitucional 39/2002, que exige apenas que a contribuição em tela se amolde aos incs. I e III do art. 150 da Carta Magna, sem fazer alusão ao inc. II do mesmo dispositivo, o qual abriga o princípio da isonomia tributária.



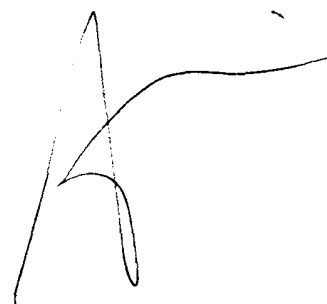
RE 573.675 / SC

Neste RE, interposto com fundamento no art. 102, III, **a**, da Constituição, o recorrente alega ofensa aos arts. 149-A e 150, II, da mesma Carta Política.

Sustenta, em suma, que o princípio da isonomia tributária deve ser observado mesmo que o art. 149-A não tenha feito menção expressa ao inciso II do art. 150. Isso porque as limitações constitucionais ao poder de tributar, expressas nos arts. 150 a 152 da Lei Maior, *"reclamam observância pelas leis dos respectivos entes políticos dotados de competência para a instituição de cada um dos tributos"*.

O recorrente insiste na inconstitucionalidade da LC 7/2002, do Município de São José, por ofensa ao princípio da isonomia

"primeiramente, por não abarcar como contribuintes todos os efetivos beneficiários do serviço custeado pelo tributo e, em segundo lugar, por discriminar os contribuintes indicados pela norma impositiva sem que se tenha um critério preciso de medida de capacidade contributiva que meça o quantum devido por cada um dos sujeitos passivos, não sendo autorizado, portanto, o discríme efetuado pela malfadada lei complementar"



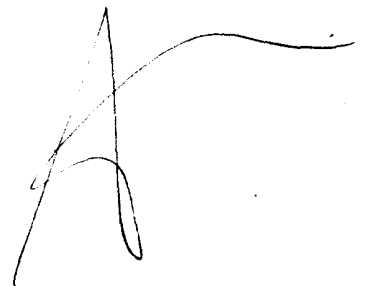
RE 573.675 / SC

Com relação ao critério de cobrança da COSIP adotado pelo legislador municipal, o recorrente aduz que

"a base de cálculo, por ser própria do ICMS, deve revelar certa capacidade contributiva do sujeito passivo, fato que autoriza a aplicação de subprincípios como o da proporcionalidade, progressividade e da seletividade, com tendência à realização da isonomia. Porém, recorde-se que o pressuposto da instituição da contribuição é o custeio de serviço de iluminação pública, uti universi, o que significa dizer que não há critério seguro de discriminação para se conferir a determinado contribuinte uma carga tributária maior simplesmente porque consome mais energia elétrica. A base de cálculo deve guardar relação com o fato gerador, e o consumo de energia elétrica não é fato gerador da COSIP, logo o critério de diferenciação entre contribuintes embasado no consumo de energia elétrica é inconstitucional por ferimento à isonomia tributária".

Alega, ainda, que a progressividade das alíquotas previstas na citada Lei Complementar também afronta o princípio da isonomia tributária, visto que "não há diferenciação na situação dos contribuintes que enseje a razoável discriminação da regra impositiva".

Em contrarrazões, o Município de São José, em síntese, defendeu a constitucionalidade do diploma legal atacado, afirmando que não se registrou a alegada violação ao princípio da isonomia tributária.



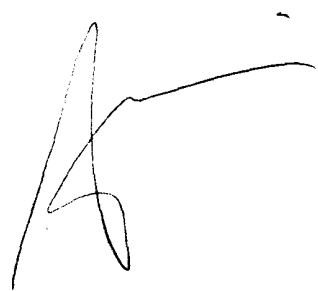
RE 573.675 / SC

Diz o recorrido, em resumo, que a COSIP não se confunde com a extinta Taxa de Iluminação Pública - TIP, considerada inconstitucional pelos tribunais, à falta de previsão no texto magno. Acrescenta que a contribuição atacada neste recurso não apenas encontra expressa previsão constitucional, como pode ser cobrada, a teor do que dispõe o parágrafo único do art. 149-A da Constituição Federal, na fatura de consumo de energia elétrica.

Assenta, ainda, que a COSIP não configura um imposto nem uma taxa, cuidando-se de uma contribuição especial cuja base de cálculo não se confunde com a do ICMS. Isso porque ela não incide sobre o consumo da energia elétrica, mas corresponde ao *"rateio do custo de iluminação pública municipal entre os contribuintes"*.

Afirma, finalmente, que *"nada impede que o Município distribua desigualmente esse rateio da COSIP, segundo a maior ou menor capacidade contributiva indicada pelo maior ou menor consumo de energia elétrica, com total respeito aos princípios da isonomia geral e da isonomia tributária"*.

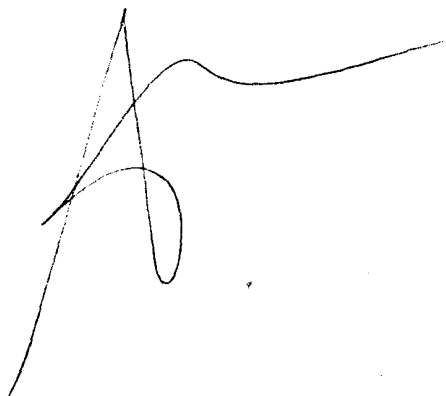
Esta Corte, em decisão publicada no DJE de 11/4/2008, reconheceu a repercussão geral da questão constitucional ora discutida.



RE 573.675 / SC

O Ministério Público Federal, em parecer de lavra do Subprocurador-Geral da República Francisco Adalberto Nóbrega, opinou pelo conhecimento e o desprovimento do recurso (fls. 198-202).

É o relatório.

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized capital letter 'A' followed by a horizontal line that curves upwards at the end.

TRIBUNAL PLENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 573.675

ANTECIPAÇÃO AO VOTO

O SR. MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Senhor Presidente, cumprimento o Advogado, mas tenho a impressão que Sua Excelência cometeu um ato falho, porque, na verdade, não se trata da taxa de iluminação pública, que Sua Excelência quer ver confirmada por esta Corte, mas sim daquela exação que a substituiu e está sendo adotada por um grande número de Municípios neste nosso Brasil, que é exatamente a contribuição para o custeio dos serviços de iluminação pública, que no Município de São José, em Santa Catarina, assumiu este nome de COSIP.

* * * * *

Obs.: Texto sem revisão do Exmo. Sr. Ministro Ricardo Lewandowski. (§ 3º do artigo 96 do RISTF, com a redação dada pela Emenda Regimental nº 26, de 22 de outubro de 2008)

25/03/2009

TRIBUNAL PLENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 573.675-0 SANTA CATARINA**V O T O**

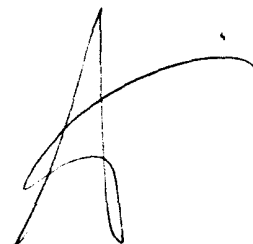
O Sr. Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI** (Relator):

I - Cabimento do Recurso Extraordinário

Inicialmente, manifesto-me pelo conhecimento do presente recurso extraordinário, interposto contra acórdão proferido em ação direta de inconstitucionalidade em face de lei municipal que teria violado dispositivos da Constituição estadual, notadamente aquele que abriga o princípio da isonomia.

Na linha de remansosa jurisprudência desta Corte,¹ assento que é cabível o ajuizamento de ADI estadual que tem como parâmetro de controle preceito da Constituição do ente federado que veicula norma de reprodução obrigatória constante da Carta Magna, admitindo-se recurso extraordinário contra a decisão proferida pelo respectivo Tribunal de Justiça.

¹ Rcl 383/SP e Rcl 358/SP, Rel. Min. Moreira Alves; ADI-QO 1.529/MT, Rel. Min. Octavio Gallotti; RE 161.390/AL, Rel. Min. Sepúlveda Pertence; Rcl 3.853/MG, Rel. Min. Gilmar Mendes, dentre outros.



RE 573.675 / SC

De resto, verifico que os dispositivos da Constituição Federal tidos por violados foram devidamente prequestionados, bem assim observados os demais pressupostos de admissibilidade do RE.

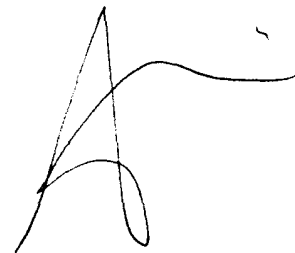
II - Natureza e tipologia da contribuição

A doutrina é praticamente unânime quanto à natureza tributária da exação em comento, intitulada "contribuição" pelo constituinte derivado. Isso porque, além de ter sido o art. 149-A inserido no capítulo da Constituição Federal referente ao Sistema Tributário Nacional, o dispositivo estabelece que os Municípios e o Distrito Federal, ao instituí-la, devem observar o disposto nos incs. I e III do art. 150.

Os estudiosos assentam, ainda, que ela se amolda a todos os elementos contidos no conceito de tributo estabelecido pelo art. 3º do Código Tributário Nacional, embora haja discordância entre eles quanto à espécie a que pertence.

Marco Aurélio Greco, por exemplo, observa que

"As exações cujos contornos mais nitidamente se definiram no âmbito do Estado de Direito foram os impostos e as taxas. Como tal, os mecanismos de proteção e controle sobre a sua instituição apoiaram-se numa



RE 573.675 / SC

visão causalista de mundo (a denominada teoria do fato 'gerador') própria do Estado de Direito e que prestigia os meios definidos (só os fatos legalmente qualificados).

Por outro lado, a assunção pelo Estado de um papel intervencionista, nitidamente identificado neste Século XX, fez surgir a figura das 'contribuições', cuja preocupação não é tanto com as causas (fatos geradores), mas predominantemente com as finalidades buscadas (de caráter social, de intervenção no domínio econômico etc.) próprias do Estado Social".²

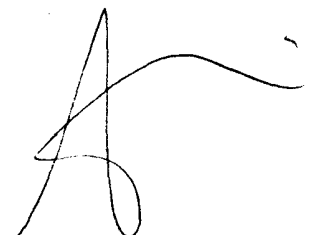
Por essa razão, o referido especialista critica parte da doutrina que pretende enquadrar as contribuições nas figuras clássicas correspondentes aos impostos e às taxas, "como se tudo só pudesse pertencer a uma dessas categorias, formuladas a partir dos respectivos 'fatos geradores' (meios)".³ Para Greco, é preciso buscar o perfil específico das contribuições para que se possa elaborar um modelo teórico consentâneo com os seus fins.

O saudoso Geraldo Ataliba, de seu turno, classifica os tributos segundo as hipóteses de incidência legalmente estabelecidas, assentando com relação às contribuições que

"Nenhum tributo, até agora, designado contribuição, no Brasil - salvo a de melhoria - é

² GRECO, Marco Aurélio. *Contribuições: (uma figura "sui generis")*. São Paulo: Dialética, 2000, p. 101.

³ *Idem*, p. 101.



RE 573.675 / SC

contribuição verdadeira, no rigoroso significado do conceito, que se centra na materialidade da h.i.". ⁴

Ao diferenciar taxa de contribuição, ensina o citado mestre que a hipótese de incidência da primeira corresponde a uma atuação estatal diretamente referida ao obrigado, ou seja, ao sujeito passivo. Na segunda, a hipótese de incidência refere-se a uma atuação estatal apenas indiretamente ligada ao contribuinte. Assim, nas contribuições

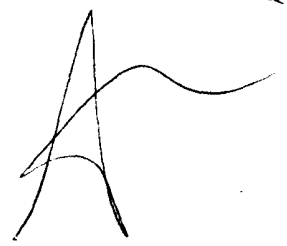
"não basta a atuação estatal. Só há contribuição quando, entre a atuação estatal e o obrigado, a lei coloca um termo intermediário, que estabelece a referibilidade entre a própria atuação e o obrigado. Daí o distinguir-se a taxa da contribuição pelo caráter (direto ou indireto) da referibilidade entre a atuação e o obrigado". ⁵

Ives Gandra da Silva Martins, por sua vez, sustenta que a natureza de um tributo é dada por seu perfil e não por sua denominação. Em razão disso, apesar de reconhecer a deficiência conceitual da exação estabelecida no art. 149-A, define-a como taxa, por tratar-se de uma contraprestação a um serviço público. ⁶

⁴ ATALIBA, Geraldo. *Hipótese de Incidência Tributária*. 6ª ed. 8ª tiragem. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 182.

⁵ ATALIBA, Geraldo. op. cit., p. 147.

⁶ MARTINS, Ives Gandra da Silva. A contribuição para a Iluminação Pública. In *Revista Dialética de Direito Tributário*, nº 90, São Paulo, Dialética, 2003, p. 62-70.



RE 573.675 / SC

De outro lado, existem especialistas que entendem que a contribuição em comento configura um imposto. Roque Antonio Carrazza é um deles, por considerar que se cuida de tributo não vinculado a uma atuação estatal

"já que tem por materialidade o fato de uma pessoa, física ou jurídica, estar fixada no local (Município ou Distrito Federal) onde é prestado o serviço de iluminação pública".⁷

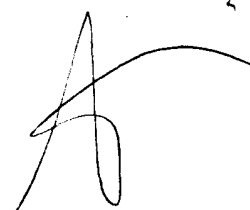
Kiyoshi Harada, igualmente, afirma cuidar-se de um imposto, pois

"para caracterização da contribuição social ou da taxa de serviços, não basta a destinação específica do produto da arrecadação do tributo. É preciso que se defina o beneficiário específico desse tributo, que passará a ser o seu contribuinte. Se a comunidade inteira for a beneficiária, como no caso em estudo, estar-se-á diante de imposto, e não de contribuição".⁸

Márcio Maia de Britto, de outra parte, afirma que a contribuição de iluminação pública apresenta as características que são próprias das contribuições de intervenção no domínio econômico. Lembra que a prestação do serviço de iluminação pública

⁷ CARRAZZA, Roque Antonio, op. cit., p. 603-607. O entendimento de Carrazza é acompanhado por TROMBINI JUNIOR, Nelson. *As Espécies Tributárias na Constituição Federal de 1988*. São Paulo: MP Editora, 2006, p. 170-183.

⁸ HARADA, Kiyoshi. Contribuição para Custeio da Iluminação Pública. In *Repertório IOB de Jurisprudência: Tributário e Constitucional*, nº 6, p. 218-215.



RE 573.675 / SC

vinha sendo custeada pelos Municípios, de forma precária, com a receita advinda da arrecadação de impostos, dada a inexistência de permissivo constitucional específico, embora caracterizasse uma interferência no domínio econômico de outrem, no caso do setor elétrico.⁹

Por fim, há autores que pensam tratar-se de uma contribuição *sui generis*, tendo em conta a sua finalidade específica. Esse é o entendimento de Paulo Roberto Lyrio Pimenta, que classifica a exação em tela como uma quarta espécie de contribuição especial, ao lado das contribuições sociais, interventivas e corporativas.¹⁰ Hugo Thamir Rodrigues também é da mesma opinião.¹¹

Feitas essas considerações de cunho doutrinário, trago à baila a conhecida tipologia tributária elaborada pelo Ministro Carlos Velloso em voto que proferiu na ADI 447, Relator o Ministro Octavio Gallotti:

⁹ TROMBINI JUNIOR, Nelson. *Op. cit.*, p. 172-174.

¹⁰ PIMENTA, Paulo Roberto Lyrio. Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública. In *Revista Dialética de Direito Tributário*, n. 95, São Paulo, Dialética, 2003, p. 101-108. Do mesmo autor, Controle Jurisdicional sobre Receitas das Contribuições Especiais. In *Revista Dialética de Direito Tributário*, n. 95, São Paulo, Dialética, 2003, p. 53-54.

¹¹ REIS, Jorge Renato dos e LEAL, Rogério Gesta (orgs.). *Direitos Sociais e Políticas Públicas: Desafios Contemporâneos*, t. 6. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006, p. 1677-1702.

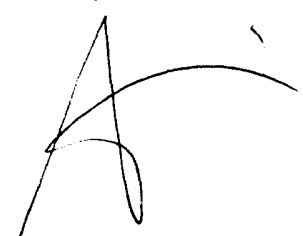
RE 573.675 / SC

"As diversas espécies tributárias, determinadas pela hipótese de incidência ou pelo fato gerador da respectiva obrigação (CTN, art. 4º), são a) os impostos (C.F., art. 145, I, arts. 153, 154, 155 e 156), b) as taxas (C.F., art. 145, II), c) as contribuições, que são c.1) de melhoria (C.F., art. 145, III), c.2) sociais (C.F., art. 194), que, por sua vez, podem ser c.2.1) de seguridade social (C.F., art. 195, C.F., 195, § 4º) e c.2.2) salário educação (C.F., art. 212, § 5º) e c.3) especiais: c.3.1.) de intervenção no domínio econômico (C.F., art. 149) e c.3.2) de interesse de categorias profissionais ou econômicas (C.F., art. 149). Constituem, ainda, espécie tributária, d) os empréstimos compulsórios (C.F., art. 148)".

Ora, partindo-se do pressuposto de que a contribuição para o custeio de iluminação pública configura um tributo, mas consideradas as suas especificidades, forçoso é convir que ela não se enquadra em qualquer das espécies tributárias enunciadas no voto do Ministro Carlos Velloso.

É bem verdade que a aludida contribuição guarda alguma semelhança com os impostos. No entanto, ela não se identifica com esta espécie tributária, por força do disposto no art. 167, IV, da Constituição Federal, que veda a vinculação da receita de impostos a qualquer órgão, fundo ou despesa, exceto nos casos expressamente previstos no próprio texto magno.

E, embora apresente certa afinidade com as taxas, com elas não se confunde, eis que decorrem, a teor do art. 145, II, da



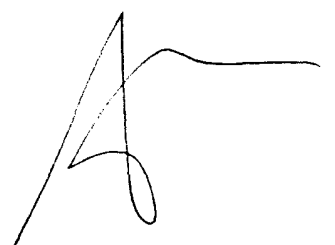
RE 573.675 / SC

Constituição Federal, do exercício do poder de polícia ou da utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.

É que a exação prevista no art. 149-A configura uma atividade estatal *uti universi*, e não *uti singuli*, que dá ensejo à cobrança das taxas, exatamente por ser prestada em unidades autônomas de utilização e, por isso mesmo, quantificáveis em relação a cada contribuinte.

A meu ver, a COSIP constitui um novo tipo de contribuição, que refoge aos padrões estabelecidos nos arts. 149 e 195 da Constituição Federal. Cuida-se, com efeito, de uma exação subordinada a disciplina própria, qual seja, a do art. 149-A da CF, sujeita, contudo, aos princípios constitucionais tributários, visto enquadrar-se inequivocamente no gênero tributo.

De fato, como ela ostenta características comuns a várias espécies de tributos, não há como deixar de reconhecer que os princípios aos quais estes estão submetidos também se aplicam, *modus in rebus*, à contribuição para o custeio de iluminação pública.



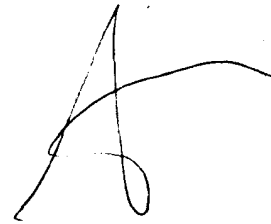
III - Princípios tributários aplicáveis

Não obstante o art. 149-A da Carta Magna faça menção apenas aos incs. I e III do art. 150, penso que o legislador infraconstitucional, ao instituir a contribuição sob exame, considerada a natureza tributária da exação, está jungido aos princípios gerais que regem o gênero, notadamente ao da isonomia (art. 150, II) e ao da capacidade contributiva (art. 145, § 1º).

A melhor doutrina encampa tal entendimento. Leandro Paulsen, *verbi gratia*, ao discorrer sobre o *caput* do art. 149, que autoriza a União a instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, ¹² assim se pronuncia sobre as limitações constitucionais ao poder de tributar, estendendo suas ponderações à contribuição de iluminação pública:

"De pronto, faz-se necessário tornar fora de dúvida que a remissão feita ao art. 150, I e III, da CF não dispensa a observância dos incisos II, IV e V, que tratam da isonomia tributária, da vedação do confisco e da proibição de tributo interestadual ou intermunicipal que implique limitação ao tráfego de pessoas ou bens. A isonomia tributária constitui princípio decorrente do princípio geral da isonomia, aplicado à matéria

¹² Desde que observe o disposto nos arts. 146, III, e 150, I e III, da CF.



tributária. A vedação do confisco, por sua vez, impede que as ingerências tributárias venham a comprometer o direito de propriedade e do livre exercício de profissão e de atividade econômica que implicam, por óbvio, o direito à manutenção da propriedade e aos frutos da atividade profissional e econômica, sujeitas apenas à tributação que seja razoável, suportável, não excessivamente onerosa (...)"¹³

Roque Antonio Carrazza,¹⁴ Paulo Roberto Lyrio Pimenta,¹⁵ Luiz Fernando Maia¹⁶ e Hugo Thamir Rodrigues¹⁷ não divergem dessa opinião.

E não poderia ser diferente, tendo em vista a natureza tributária da contribuição de iluminação pública. Ademais, algumas dessas limitações constitucionais ao poder de tributar constituem cláusulas pétreas, por se inserirem no contexto dos direitos e garantias individuais, em especial no que toca aos princípios da igualdade tributária e da vedação ao confisco.

No mais, a despeito de o art. 145, § 1º, da Constituição Federal, que alude à capacidade contributiva, fazer referência apenas aos impostos, não há negar que ele consubstancia uma

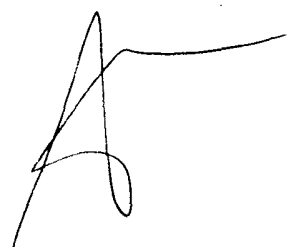
¹³ PAULSEN, Leandro. *Direito Tributário*. 8ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006, p. 150.

¹⁴ CARRAZZA, Roque Antonio. *Op. cit.*, p. 604.

¹⁵ PIMENTA, Paulo Roberto Lyra. *Op. cit.*, p. 104.

¹⁶ MAIA, Luiz Fernando. *Op. cit.*, p. 59.

¹⁷ RODRIGUES, Hugo Thamir. *Op. cit.*, p. 1684-1688.



RE 573.675 / SC

limitação ao poder de imposição fiscal que informa todo o sistema tributário.

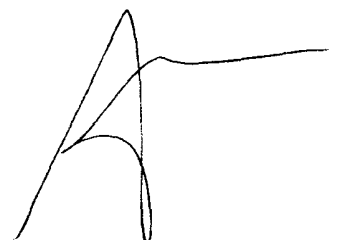
É certo, contudo, que o princípio da capacidade contributiva não é aplicável, em sua inteireza, a todos os tributos. É o que entende o citado Marco Aurélio Greco:

"Ao dizer que ela aplica-se aos impostos, está a Constituição prevendo que este é um elemento essencial (embora sujeito à cláusula do 'sempre que possível'), enquanto, nos demais tipos de exigência, ela não surtirá sempre, e em todas as hipóteses, como elemento constitucionalmente indicado, embora possa surgir no âmbito legal e em algumas situações em que há previsão constitucional expressa...".¹⁸

Como se sabe, existe certa dificuldade em aplicá-lo, por exemplo, às taxas, que pressupõem uma contraprestação direta em relação ao sujeito passivo da obrigação. Na hipótese das contribuições, todavia, o princípio em tela, como regra, encontra guarida, como ocorre no caso das contribuições sociais previstas no art. 195, I, **b** e **c**, devidas pelo empregador.

Com relação ao princípio da isonomia, vale lembrar que este foi, dentre outros, o fundamento utilizado por esta Suprema Corte para dar parcial provimento à ADI 3.105, Relator para o

¹⁸ GRECO, Marco Aurélio. *Op. cit.*, p. 185.



RE 573.675 / SC

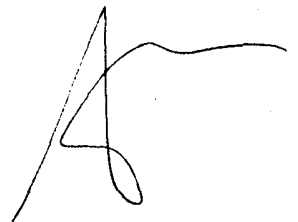
acórdão o Ministro Cezar Peluso, na qual se debateu a constitucionalidade da contribuição previdenciária cobrada dos servidores públicos inativos.

IV - A determinação dos contribuintes da COSIP

O art. 1º da LC 7/2002 elegeu como contribuintes da COSIP os consumidores residenciais e não residenciais de energia elétrica (*caput*), situados tanto na área urbana como na área rural (§ 2º) do Município de São José.

Para o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, ora recorrente, a ofensa ao princípio da isonomia reside, precisamente, no fato de o citado diploma legal não ter incluído no rol de contribuintes da COSIP todos aqueles que efetivamente se beneficiam do serviço de iluminação pública, que é de caráter geral e indivisível.

Com a devida vênia, porém, creio que, uma vez admitida a constitucionalidade do art. 149-A (mesmo porque jamais foi contestado nesta Suprema Corte), o qual previu a possibilidade de cobrança da contribuição para o custeio de iluminação pública na própria fatura de energia elétrica, o princípio da isonomia, em



RE 573.675 / SC

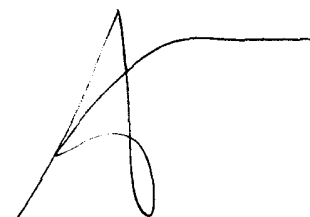
razão das particularidades da exação em tela, há de ser aplicado com o devido temperamento.

Entendo, ainda, que, respeitados os demais princípios tributários e os critérios de razoabilidade e proporcionalidade, nada há de inconstitucional em identificarem-se os sujeitos passivos da obrigação em função de seu consumo de energia elétrica.

Esta foi, aliás, a intenção do constituinte derivado ao criar o novo tributo, conforme se pode verificar a partir da leitura do seguinte trecho do relatório apresentado pelo Deputado Custódio Mattos à PEC 559/2002:

"A proposta, para viabilizar e facilitar a efetiva implementação da contribuição, deixa explícita a faculdade legal de cobrança na própria fatura de consumo de energia elétrica dos contribuintes, que, fica implícito, seriam as pessoas físicas e jurídicas consumidoras de energia elétrica".

Com efeito, sendo a iluminação pública um serviço público *uti universi*, ou seja, de caráter geral e indivisível, prestado a todos os cidadãos, indistintamente, não se afigura possível, sob o aspecto material, incluir todos os seus beneficiários no pólo passivo da obrigação tributária.



RE 573.675 / SC

Transcrevo, nesse aspecto, interessante passagem das informações prestadas pelo recorrido ao TJ/SC, verbis:

"Pode o município criar postos de fiscalização e de controle de veículos e pedestres que transitem pelas vias iluminadas, arrecadando destes pelo fato de ali passarem?"

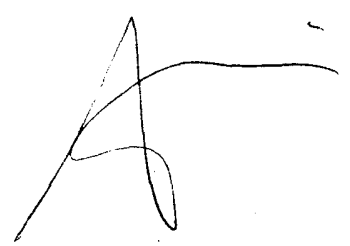
Como seriam cobrados os cidadãos dos municípios vizinhos que circulam livremente entre um e outro?"

Seriam criados novos tipos de pedágio?"

De qualquer modo, cumpre notar que os principais beneficiários do serviço serão sempre aqueles que residem ou exercem as suas atividades no âmbito do Município ou do Distrito Federal, isto é, pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, identificáveis por meio das respectivas faturas de energia elétrica.

V - Base de cálculo e alíquotas

O art. 2º da Lei Complementar municipal sob análise estabeleceu como base de cálculo da contribuição o valor da Tarifa de Iluminação Pública, apurado mês a mês (TARIFA de I.P./Mês), correspondente ao custo mensal do serviço de iluminação pública,



RE 573.675 / SC

variando as alíquotas conforme a qualidade dos consumidores de energia elétrica e quantidade de seu consumo.

Explicando melhor, a "Tarifa de I.P./Mês" é aferida a cada trinta dias, levando-se em conta o valor gasto pelo Município com a iluminação pública. Esse montante é rateado pelos contribuintes, segundo alíquotas que variam conforme o tipo de usuário do serviço, classificado em consumidor primário, residencial, comercial, industrial e serviço público, e de acordo com respectivo gasto de energia elétrica.

Não resta dúvida de que a LC 7/2002, nesse sentido, instituiu um sistema progressivo de alíquotas, mas o fez sem ofensa ao princípio da isonomia e com respeito à capacidade contributiva dos sujeitos passivos.

É que, como ensina Hugo de Brito Machado, a igualdade, no direito tributário, deve ser compreendida no sentido de proporcionalidade, pois constituiria um verdadeiro absurdo pretender-se que todos pagassem o mesmo tributo.¹⁹

¹⁹ MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de Direito Tributário*. 27. ed. São Paulo, Malheiros, 2006, p. 289.



RE 573.675 / SC

Também para o já mencionado Marco Aurélio Greco, a igualdade, na seara tributária,

"tem como núcleo típico a idéia de equilíbrio no tratamento das relações e situações. Haverá isonomia se o ordenamento assegurar um regime equilibrado entre situações e posições distintas. Ou seja, tem por pressuposto a existência de situações diferentes (não idênticas) às quais, no entanto, deve ser assegurado um tratamento jurídico equilibrado e não discriminatório.

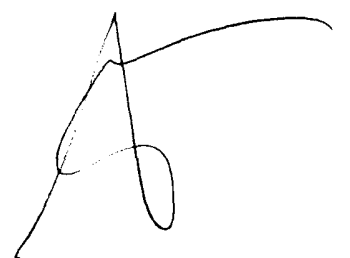
*Por isso, a função principal do princípio é evitar a existência de previsões discriminatórias injustificadas".*²⁰

Quanto à aplicabilidade do postulado da isonomia às contribuições, o referido especialista entende que elas estão submetidas ao princípio da igualdade geral, que, todavia, não incide no momento de sua instituição, mas **na forma de rateio do respectivo encargo financeiro** (grifos meus).²¹

Embora não deixe de ter certa plausibilidade a assertiva do recorrente segundo a qual "não há um critério seguro de discriminação para se conferir a determinado contribuinte uma carga tributária maior", diante do silêncio da Constituição Federal no que toca à hipótese de incidência da contribuição de iluminação pública, liberando, assim, o legislador local a eleger

²⁰ GRECO, Marco Aurélio. *Op. cit.*, p. 115.

²¹ GRECO, Marco Aurélio. *Op. cit.*, p. 204.

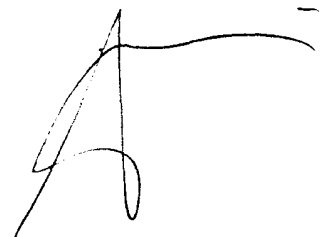


RE 573.675 / SC

a melhor forma de cobrança do tributo, e tendo em conta o caráter *sui generis* da exação, considero que se mostram razoáveis e proporcionais os critérios escolhidos pelo diploma legal impugnado para estabelecer a sua base de cálculo, discriminar os seus contribuintes e estabelecer as alíquotas a que estão sujeitos.

Sim, porque o Município de São José, ao empregar o consumo mensal de energia elétrica de cada imóvel, como parâmetro para ratear entre os contribuintes o gasto com a prestação do serviço de iluminação pública, buscou realizar, na prática, a almejada justiça fiscal, que consiste, precisamente, na materialização, no plano da realidade fática, dos princípios da isonomia tributária e da capacidade contributiva, porquanto é lícito supor que quem tem um consumo maior tem condições de pagar mais.

Por fim, cumpre repelir o último argumento do recorrente, segundo o qual a base de cálculo da COSIP se confunde com a do ICMS. Tal hipótese, *permissa venia*, não ocorre no caso, porque a contribuição em tela não incide propriamente sobre o consumo de energia elétrica, mas corresponde ao rateio do custo do serviço municipal de iluminação pública entre contribuintes

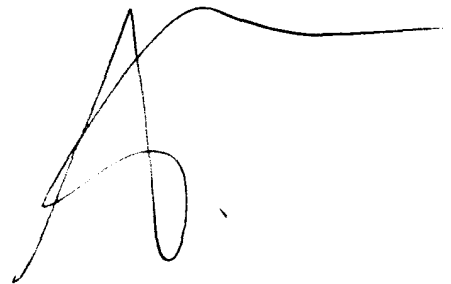


RE 573.675 / SC

selecionados segundo critérios objetivos, pelo legislador local, com amparo na faculdade que lhe conferiu a EC 39/2002.

VI - Conclusão

Diante de todo o exposto, por não vislumbrar, na espécie, ofensa a qualquer princípio constitucional, em particular aos postulados da isonomia e da capacidade contributiva, e por entender, ainda, que os parâmetros empregados pela Lei 7/2002 do Município de São José para instituir a Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP não excederam os lindes da razoabilidade e da proporcionalidade, conheço do presente recurso extraordinário, negando-lhe provimento.

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized capital letter 'A' followed by a horizontal line extending to the right.

25/03/2009

TRIBUNAL PLENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 573.675-0 SANTA CATARINA

VOTO

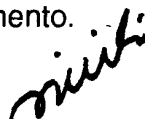
O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:

Senhor Presidente, diante do voto do Ministro Relator e do adiantado da hora, eu vou simplificar o raciocínio, porque, na realidade, o que se está atacando são os artigos 1º e 2º da lei impugnada, que é a lei complementar municipal. E o eixo da impugnação está em torno da isonomia tributária e da capacidade contributiva.

Na minha concepção, o que ocorre é que o artigo 149-A da Constituição Federal, explicitamente, pôs à disposição do legislador municipal a possibilidade da vinculação dessa cobrança da contribuição ao contribuinte de energia elétrica, com o que se retira especificamente, pelo menos na minha avaliação, essa impugnação de afronta ao dispositivo constitucional.

Por outro lado, eu tenho manifestado o entendimento de que não enxergo nenhuma violação da Constituição na progressividade do imposto. Pelo contrário, ao meu sentir, essa progressividade, e, no caso, de acordo com o consumo de energia elétrica, que não é o fato gerador da contribuição, mas é apenas um padrão suficiente exatamente para fazer respeitar a capacidade contributiva do contribuinte.

Eu creio que esses dois fundamentos centrais, que estão brilhantemente expostos no voto do eminente Ministro **Ricardo Lewandowski**, pelo menos na minha compreensão, servem para que eu possa acompanhar Sua Excelência, conhecendo do recurso extraordinário, porque existem os pressupostos de admissibilidade, mas negando-lhe provimento.




25/03/2009

TRIBUNAL PLENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 573.675-0 SANTA CATARINA

VOTO

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Senhor Presidente, ouvi atentamente o belíssimo voto do Ministro-Relator e não vislumbro, aqui, nem agressão aos princípios da isonomia, nem à cláusula, como foi por ele apelidada, de capacidade econômica do contribuinte, como nenhum dos outros argumentos tão bem levantados e respondidos. Eu o acompanho às inteiras 

25/03/2009

TRIBUNAL PLENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 573.675-0 SANTA CATARINA

VOTO

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU: - Senhor Presidente, acompanho, nada tendo a aditar ao voto substancial do Ministro Ricardo Lewandowski.



25/03/2009**TRIBUNAL PLENO****RECURSO EXTRAORDINÁRIO 573.675-0 SANTA CATARINA**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Presidente, devemos perquirir, em primeiro lugar, a origem da emenda que introduziu, na Carta da República - não sei se pela primeira vez -, quanto a artigo, a numeração seguida de letra do alfabeto, ou seja, artigo 149-A.

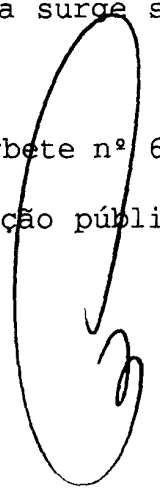
Qual teria sido a origem dessa emenda? Respondo e faço-o com desassombro: a jurisprudência do Supremo, no que veio o Tribunal a pacificar certa matéria ligada à iluminação pública - e receio que, daqui a pouco, estejamos pagando também pela segurança pública, e o preço será bem maior, a não ser que acionemos as milícias.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:

Ministro **Marco Aurélio**, se Vossa Excelência me permitir, nesse caso, pagando inutilmente.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - E essa origem, Presidente, confirma uma máxima dos antigos filósofos materialistas gregos que chegou até nós ante fragmento de Leucipo: nada surge sem uma causa.

A causa da emenda não foi outra senão o Verbete nº 670 da Súmula do Supremo, a revelar que o serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.



RE 573.675 / SC

Não se tem aqui algo enquadrável, como proclamou e assentou o Supremo, em termos de espécie de tributo, que é a taxa, no artigo 145 da Constituição Federal, no que define - e penso que a Constituição Federal ainda está em vigor - como taxa o tributo decorrente do:

"exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e" - aí vem o elemento inafastável - "divisíveis" - a iluminação pública não é um serviço divisível - "prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;"

Presidente, vislumbro, com a devida vênua, flagrantemente inconstitucional a emenda que introduziu o artigo 149-A - e já devo acostumar-me com essa singular forma de enumerar artigo da Constituição - na Carta de 1988 - que parece que, pouco a pouco, vai deixando de ser uma Carta Cidadã, como proclamada por Ulysses Guimarães. Em primeiro lugar, porque afastou garantia constitucional que, para mim, era uma cláusula pétrea quanto aos contribuintes: a exclusividade da União para instituir contribuições sociais e contribuição - essa contribuição seria, mas não é, ou é, sob o ângulo estritamente formal e não considerado o conteúdo - no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais. É algo que o legislador constituinte originário quis concentrado, tendo em conta a extravagância, a excepcionalidade que é a criação de contribuições outras além das previstas no corpo inicial da Carta. A possibilidade foi alargada para atribuir-se a competência



RE 573.675 / SC

visando à criação não apenas ao Distrito Federal, mas também aos 5.564 municípios existentes no País. Isso equivale a dizer que se pode ter esse ônus - que inicialmente só podia ser criado pela União, pelo Congresso Nacional - colocado nas costas dos contribuintes por 5.564 Câmaras de Vereadores existentes no País.

Mas, Presidente, como disse - e repito -, daqui a pouco, talvez estejamos diante de uma contribuição para nos proporcionar o que não temos: a segurança pública. Sempre soube que atividades essenciais da máquina administrativa são suportadas e tem-se, portanto, as despesas próprias a cargo de receita advinda de um tributo específico: o imposto.

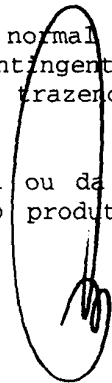
Presidente, valho-me da doutrina - da melhor doutrina - e começo por citar Kiyoshi Harada, em artigo publicado sobre a matéria, quando ressaltou que, no caso de iluminação pública:

"(...) pergunta-se, onde a particular vantagem propiciada aos contribuintes, se todos os munícipes são beneficiários desse serviço público?"

Não estou preconizando aqui a volta à caverna. Não é isso!

"Seria legítimo considerar a população normal como beneficiários específicos, em confronto com o contingente de pessoas cegas a quem o serviço público não estaria trazendo os mesmos benefícios?"

Para caracterização da contribuição social ou da taxa de serviços, não basta a destinação específica do produto da



RE 573.675 / SC

arrecadação do tributo. É preciso que se defina o beneficiário específico desse tributo, que passará a ser o seu contribuinte. Se a comunidade inteira for a beneficiária, como no caso sob estudo, estar-se-á diante de imposto, e não de contribuição.

[...]

A contribuição social, instituída pela Lei nº 13.479/2002, é de uma inconstitucionalidade solar."

Creio que versava a problemática da contribuição alusiva a São Paulo:

"Ela é cobrada de apenas uma parcela da população, para custear um serviço público genérico, que beneficia a sociedade como um todo. Por isso ofende duplamente o princípio da isonomia tributária. Primeiramente, quando cobra apenas de uma parte dos beneficiários da iluminação pública; pela vez segunda, quando discrimina os usuários de relojinhos não-residenciais, que pagam mais do que os usuários dos relojinhos residenciais como se aqueles" - titulares dos relojinhos não-residenciais - "consumissem mais iluminação pública do que os últimos.

Contorna e ofende o princípio da discriminação de rendas tributárias, instituindo imposto fora do elenco taxativo do artigo 156 da CF."

E pouco importa - e recorro a um princípio muito caro ao Direito do Trabalho: o princípio da realidade - o rótulo, a forma. Relevante, em termos de tributos, é o conteúdo a revelar certo figurino que, para ser válido, há de guardar sintonia com a Constituição Federal:

"(...) ao destinar o produto da arrecadação desse imposto a um Fundo Especial."

Também autor mencionado pelo relator - não para acompanhá-lo no pensamento possuído, mas para contrariar a conclusão

RE 573.675 / SC

neste caso concreto -, Ives Gandra da Silva Martins, varão insuplantável desta sofrida República, teve oportunidade de se debruçar sobre a matéria. Ressaltou Sua Excelência em artigo:

"Ora, o artigo 149-A cuida da quinta espécie tributária, que são as contribuições de intervenção do domínio econômico, sociais gerais e no interesse das categorias profissionais e econômicas - já, em parte desperfilada, pela E.C. nº 33/01.

Nada obstante o canhestrismo conveniente desta última, há de se concluir que as contribuições lá mencionadas são, de rigor, contribuições de intervenção no domínio econômico, justa sendo sua inclusão no corpo do referido artigo.

A atual" - aí veio a ela - "contribuição não é, entretanto, contribuição. Tem o perfil de uma taxa, mas com insuficiências que demonstrarei adiante. Não representa qualquer intervenção no domínio econômico, nem é cobrada no interesse das categorias, nem tem qualquer função social."

A previsão constitucional visou, na verdade - temos de admitir -, a fazer caixa, não fosse suficiente o que já arrecadado e, ao que tudo indica, muito mal administrado:

"É, pura e simplesmente, tributo destinado a cobrir prestação de serviço, nem se furtando, o desajeitado constituinte," - que emendou o texto primitivo da Carta - "a reconhecer que sua cobrança 'é para o custeio do serviço de iluminação pública'.

O pouco versado legislador supremo em teoria ou doutrina constitucional - e, possivelmente, desconhecedor das decisões do pretório Excelso sobre o conteúdo dos vocábulos utilizados na elaboração legislativa - não percebeu que chamar de 'contribuição' uma 'taxa', isto é, uma contraprestação a um serviço público," - de iluminação pública - "não transforma a taxa em contribuição, visto que a natureza do tributo é dada por seu perfil e não por sua denominação.

[...]

Ora, no presente caso, em verdade o que criou, o constituinte - pressionado pela sanha arrecadatória dos entes federativos, especializados em gerar despesas inúteis e

RE 573.675 / SC

incapazes de cortá-las -, foi uma 'taxa de iluminação pública', como contrapartida de um serviço, cujo custo não é coberto pela escandalosa carga tributária que suporta o brasileiro, já no fantástico nível de 37,2% do PIB.

Ora, se não é **contribuição**, mas 'taxa', nada obstante sua colocação topográfica no artigo 149, à evidência, deveria ter seu perfil jurídico, conformato pelo inciso II do artigo 145 da Constituição Federal...

[...]

Ora, em vez de ofertar ao intérprete o desenho, a escultura, da referida taxa, que rotulou - apenas nomenclatura, vitrine - "de 'contribuição', apenas declarou (...) que esta contribuição - que não é contribuição, mas taxa - poderia ser cobrada na fatura de consumo de energia elétrica, o que vale dizer, cuidou apenas da 'forma' de cobrança, mas não da conformação do tributo.

Em outras palavras, a contribuição - que não é contribuição, mas seria taxa - à falta de outro referencial, só pode ser perfilada pela postura constitucional definida no já retrocitado dispositivo (145, inciso II), " - e volto ao verbete da Súmula a que me referi quando glosamos essa cobrança sob o título de 'taxa', e pacificamos a jurisprudência editando um verbete - "ou seja, com o instrumental exegetico de que dispõe o intérprete, ofertado pela própria Lei Suprema."

Presidente, mais do que isso - e aqui lanço uma profissão de fé diante do quadro atual: qualquer acréscimo na carga tributária, hoje, configura confisco, pouco importando a nomenclatura que se dê ao tributo criado ou ao acréscimo de tributo já existente.

Peço vênica ao relator e aos colegas que o acompanharam para, no caso, conhecer e prover o extraordinário.

Excelência, o processo é objetivo?

O SR. MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Não, é uma repercussão geral, mas evidentemente se transformará num paradigma.

RE 573.675 / SC

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Não, refiro-me ao processo formalizado na origem. Revelou representação de inconstitucionalidade?

O SR. MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Era uma ação direta de inconstitucionalidade.

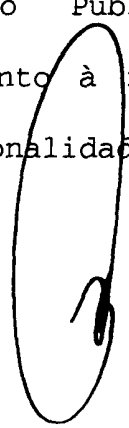
O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Porque estou constatando como recorrente o Ministério Público.

O SR. MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Sim, porque ele ingressou com uma ADI estadual.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Ficaria até muito alegre se o Tribunal tivesse avançado para admitir que ele pode atuar - e na defesa de interesses homogêneos -, o que o Tribunal sempre refutou. Mas aqui, não. Aqui o Ministério Público atua em processo objetivo.

O SR. MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Exatamente, eu observei esse aspecto.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Peço vênia, Presidente, para prover o recurso do Ministério Público, subscrevendo as lições a que me referi, inclusive quanto à forma vernacular em que versadas, e declarar a inconstitucionalidade do ato normativo atacado.




Obs.: Texto sem revisão do Exmo. Sr. Ministro Ricardo Lewandowski. (§ 3º do artigo 96 do RISTF, com a redação dada pela Emenda Regimental nº 26, de 22 de outubro de 2008)

25/03/2009

TRIBUNAL PLENO


RECURSO EXTRAORDINÁRIO 573.675-0 SANTA CATARINAV O T O

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Senhor Presidente, vou **pedir vênia** ao eminente Ministro MARCO AURÉLIO, **não obstante** o belíssimo voto que Sua Excelência acaba de proferir, **para acompanhar** os fundamentos **em que se apóia** o excelente pronunciamento do eminente Relator.



O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Apresentarei depois o elogio de Vossa Excelência aos dois doutrinadores que citei.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Somente desejo registrar, Senhor Presidente, que se revelava plenamente admissível, na espécie, **o ajuizamento** de representação de inconstitucionalidade, perante o Tribunal de Justiça local, contra lei municipal (a **Lei Complementar** nº 7/2002 do Município de São José/SC, **no caso**) **que teria transgredido** norma da Constituição estadual consubstanciadora de preceitos de observância compulsória, veiculadores dos postulados da capacidade contributiva e da isonomia (inclusive da isonomia em matéria tributária), inscritos no texto da Constituição da República.



RE 573.675 / SC

Esse entendimento encontra apoio na jurisprudência que esta Suprema Corte firmou na matéria, como resulta claro de diversos precedentes (alguns dos quais referidos pelo eminente Relator):

"FISCALIZAÇÃO NORMATIVA ABSTRATA. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. TRIBUNAL DE JUSTIÇA. COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA. POSSIBILIDADE (CF, ART. 125, § 2º). PARÂMETRO ÚNICO DE CONTROLE: A CONSTITUIÇÃO DO PRÓPRIO ESTADO-MEMBRO OU, QUANDO FOR O CASO, A LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. IMPOSSIBILIDADE, CONTUDO, TRATANDO-SE DE JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL 'IN ABSTRACTO' DO ESTADO-MEMBRO (OU DO DISTRITO FEDERAL), DE ERIGIR-SE A PRÓPRIA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA À CONDIÇÃO DE PARADIGMA DE CONFRONTO. A QUESTÃO DA INCORPORAÇÃO FORMAL, AO TEXTO DA CARTA LOCAL, DE NORMAS CONSTITUCIONAIS FEDERAIS DE OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA. 'ESTADUALIZAÇÃO', NESSA HIPÓTESE, DE TAIS NORMAS CONSTITUCIONAIS, NÃO OBSTANTE O SEU MÁXIMO COEFICIENTE DE FEDERALIDADE. LEGITIMIDADE DESSE PROCEDIMENTO. HIPÓTESE EM QUE AS NORMAS 'ESTADUALIZADAS' PODERÃO SER CONSIDERADAS COMO PARÂMETRO DE CONFRONTO, PARA OS FINS DO ART. 125, § 2º DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. PRECEDENTES. AÇÃO DIRETA QUE IMPUGNA, PERANTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA, DIPLOMA NORMATIVO LOCAL, CONTESTANDO-O, EM TESE, EM FACE DE NORMAS DA CONSTITUIÇÃO DO PRÓPRIO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DECISÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUE, AO DEFERIR A LIMINAR NA AÇÃO DIRETA, SUSPENDE A EFICÁCIA DA LEI ESTADUAL (LEI Nº 4.946/2006). ADMISSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECLAMAÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE." (Rcl 5.049/RJ, Rel. Min. CELSO DE MELLO, "in" Informativo/STF nº 525/2008)

"Controle abstrato de constitucionalidade: ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal, perante o Tribunal de Justiça, fundada em violação de preceitos da Constituição do Estado, ainda que se cuide de reprodução compulsória de normas da Constituição da República: admissibilidade afirmada na Rcl. 383,

RE 573.675 / SC

10.6.92: aplicação do precedente, com ressalva do relator."

(RTJ 155/974, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - **grifei**)

"**COMPETÊNCIA** - AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI MUNICIPAL **CONTESTADA** EM FACE DA CARTA DO ESTADO, **NO QUE REPETE** PRECEITO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. O § 2º do artigo 125 da Constituição Federal **não contempla** exceção: **define** a competência para a ação direta de inconstitucionalidade, a causa de pedir lançada na inicial; **sendo esta** o conflito da norma atacada com a Carta do Estado, **impõe-se concluir** pela competência do Tribunal de Justiça, **pouco importando que ocorra repetição de preceito da Carta da República de adoção obrigatória** (...)." **grifei**

(RE 177.865/SP, Rel. Min. MARCO AURÉLIO - **grifei**)

"**COMPETÊNCIA** - AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - **BALIZAS - NORMA LOCAL - CARTA DO ESTADO**. A competência para julgar a ação direta de inconstitucionalidade em que impugnada norma local **contestada** em face de Carta Estadual é do Tribunal de Justiça respectivo, **ainda que o preceito atacado revele-se como pura repetição de dispositivos da Constituição Federal de observância obrigatória pelos Estados** (...)." **grifei**

(RTJ 163/836, Rel. Min. MARCO AURÉLIO - **grifei**)

Vê-se, portanto, Senhor Presidente, considerados os diversos precedentes **existentes** na matéria, que o Supremo Tribunal Federal reconhece possível a instauração da jurisdição constitucional "in abstracto" dos Estados-membros, a ser exercida pelos respectivos Tribunais de Justiça (CF, art. 125, § 2º), mesmo que se cuide de impugnação a leis ou a atos normativos estaduais e/ou municipais, desde que contestados em face da Constituição estadual (ou, se for o caso, da Lei Orgânica do Distrito Federal), ainda que a norma de parâmetro - necessária e formalmente

RE 573.675 / SC

incorporada ao texto da Constituição local - seja reprodução de dispositivos constitucionais federais de observância compulsória pelas unidades federadas (RTJ 155/974), admitindo-se, nessa específica hipótese, tal como se verifica neste caso, a possibilidade de controle recursal extraordinário da decisão local, por parte do Supremo Tribunal Federal (RTJ 147/404, Rel. Min. MOREIRA ALVES - RTJ 152/371-373, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA - RTJ 158/3, Rel. Min. MOREIRA ALVES - RTJ 177/1084, Rel. Min. MOREIRA ALVES - RTJ 183/936, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - ADI 1.529-QO/MT, Rel. Min. OCTAVIO GALLOTTI - Rcl 526/SP, Rel. Min. MOREIRA ALVES - Rcl 1.701-MC/RJ, Rel. Min. CELSO DE MELLO - Rcl 2.129-Agr/SP, Rel. Min. NELSON JOBIM).


Vale mencionar, neste ponto, que esta Suprema Corte também tem admitido, como parâmetro de confronto, para os fins a que alude o art. 125, § 2º, da Constituição da República, a referência constante de dispositivos, que, inscritos no texto da Constituição estadual, limitam-se a fazer mera remissão normativa a regras positivadas na Constituição Federal, como se vê, p. ex., de decisão que possui a seguinte ementa:

"(...) A questão da parametricidade das cláusulas constitucionais estaduais, de caráter remissivo, para fins de controle concentrado, no âmbito do Tribunal de

RE 573.675 / SC

Justiça local, de leis e atos normativos estaduais e/ou municipais contestados em face da Constituição Estadual.

Revela-se legítimo invocar, como referência paradigmática, para efeito de controle abstrato de constitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais e/ou municipais, cláusula de caráter remissivo, que, inscrita na Constituição Estadual, remete, diretamente, às regras normativas constantes da própria Constituição Federal, assim incorporando-as, formalmente, mediante referida técnica de remissão, ao plano do ordenamento constitucional do Estado-membro.

Com a técnica de remissão normativa, o Estado-membro confere parametricidade às normas, que, embora constantes da Constituição Federal, passam a compor, formalmente, em razão da expressa referência a elas feita, o 'corpus' constitucional dessa unidade política da Federação, o que torna possível erigir-se, como parâmetro de confronto, para os fins a que se refere o art. 125, § 2º da Constituição da República, a própria norma constitucional estadual de conteúdo remissivo. (...)." 

(ADPF 100-MC/TO, Rel. Min. CELSO DE MELLO, "in" Informativo/STF nº 532/2008)

O que não se revela possível, Senhor Presidente, considerados os limites estabelecidos no art. 125, § 2º, da Lei Fundamental da República, é erigir-se, à condição de referência paradigmática, regra consubstanciada no texto da própria Constituição Federal, para efeito de legitimar a atuação do Tribunal de Justiça local em sede de controle abstrato (Rcl 3.436-MC/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, "in" Informativo/STF nº 394/2005).

RE 573.675 / SC

É que, em tema de fiscalização abstrata perante os Tribunais de Justiça locais, o parâmetro de controle a ser invocado (e considerado) nas ações diretas somente pode ser a Constituição do próprio Estado-membro (ou, quando for o caso, a Lei Orgânica do Distrito Federal) e não a Constituição da República (RTJ 135/12 - RTJ 181/7 - RTJ 185/373-374, v.g.):

"- A Constituição de 1988, ao prever o controle concentrado de constitucionalidade no âmbito dos Estados-membros, erigiu a própria Constituição estadual à condição de parâmetro único e exclusivo de verificação da validade das leis ou atos normativos locais (art. 125, § 2º). Precedente da Corte (...)." (RTJ 134/1066, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno)

Com estas observações, Senhor Presidente, tenho por inteiramente cabível, no caso, a interposição de recurso extraordinário, tal como o reconheceu o eminente Relator desta causa, razão pela qual conheço do apelo extremo deduzido pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

No mais, quanto ao fundo da controvérsia material, e como já assinalado no início deste meu voto, peço vênias para acompanhar os doutíssimos fundamentos expostos no magnífico voto proferido pelo eminente Relator desta causa.

É o meu voto.


/Fr.




25/03/2009**TRIBUNAL PLENO****RECURSO EXTRAORDINÁRIO 573.675-0 SANTA CATARINA**

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (PRESIDENTE) - Eu também peço vênia ao Ministro Marco Aurélio e acompanho o eminente Relator.

Ressalto que Sua Excelência o Ministro Marco Aurélio trouxe aspectos inteiramente interessantes, especialmente no que diz respeito à eventual inconstitucionalidade da Emenda Constitucional. Mas o que acontece aqui é um fenômeno que sói acontecer também no Direito americano, que é o fenômeno de um tipo de correção legislativa de uma decisão judicial por emenda constitucional. Salvo melhor juízo, aqui não há cláusula pétrea envolvida. Nós temos tido esse fenômeno nos casos, por exemplo, de lei ordinária e lei complementar.


O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Poderia dizer que não há razoabilidade em se contornar uma decisão do Supremo mediante emenda constitucional.

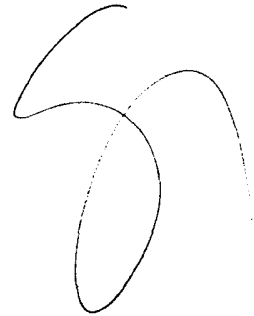
O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (PRESIDENTE) - Sim. Nós temos tido, por exemplo, naqueles casos de dúvida sobre a exigência ou não de lei complementar, que depois vem o constituinte ou o derivado estabelecendo que a exigência pode ser de lei



RE 573.675 / SC

ordinária, é bastante costumeiro, especialmente na área tributária. Foi o que ocorreu aqui; não me parece que haja violação a cláusula pétrea. Mas, de qualquer forma, é extremamente relevante que se coloque o tema, tendo em vista essa perspectiva.

Eu acompanho o eminente Relator, com as vênias devidas.

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized 'S' or 'G' shape with a loop at the bottom.

PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 573.675-0

PROCED.: SANTA CATARINA

RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI

RECTE.(S): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

RECDO.(A/S): MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ

ADV.(A/S): WILLIAM RAMOS MOREIRA

INTDO.(A/S): MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

ADV.(A/S): CAROLINA CARDOSO GUIMARÃES LISBOA

Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, conheceu e desproveu o recurso extraordinário, vencido o Senhor Ministro Marco Aurélio, que conhecia e o provia, declarando incidentalmente a inconstitucionalidade da norma. Votou o Presidente, Ministro Gilmar Mendes. Ausentes, justificadamente, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa e, neste julgamento, a Senhora Ministra Ellen Gracie. Falou pelo interessado o Dr. Eduardo Augusto Vieira de Carvalho, Procurador do Município. Plenário, 25.03.2009.

Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Ellen Gracie, Cezar Peluso, Carlos Britto, Eros Grau, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia e Menezes Direito.

Vice-Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos.



r Luiz Tomimatsu
Secretário

ANEXO 2

Acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, de
número 03636781

2x



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

12

ACÓRDÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA
REGISTRADO(A) SOB Nº



03636781

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Arguição de Inconstitucionalidade nº 0431908-64.2010.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que é suscitante 14ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO sendo interessados PEDRO A D BARROS INCORPORAÇÕES S/C LTDA e MUNICIPALIDADE DE SÃO PAULO.

ACORDAM, em Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: " CONHECERAM DA ARGUIÇÃO E JULGARAM IMPROCEDENTE. V.U.", de conformidade com o voto do(a) Relator(a), que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores JOSÉ ROBERTO BEDRAN (Presidente sem voto), BARRETO FONSECA, CARLOS DE CARVALHO, LUIZ PANTALEÃO, MAURÍCIO VIDIGAL, DAVID HADDAD, WALTER DE ALMEIDA GUILHERME, XAVIER DE AQUINO, ANTÔNIO CARLOS MALHEIROS, ARMANDO TOLEDO, MÁRIO DEVIENNE FERRAZ, JOSÉ SANTANA, JOSÉ REYNALDO, CAUDURO PADIN, GUILHERME G. STRENGER, RENATO NALINI, CAMPOS MELLO, ROBERTO MAC CRACKEN, ELLIOT AKEL, CAETANO LAGRASTA, SAMUEL JÚNIOR, URBANO RUIZ e PIRES DE ARAÚJO.

São Paulo, 27 de julho de 2011.

CARLOS DE CARVALHO
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
(ÓRGÃO ESPECIAL)

VOTO Nº 20.135

INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 0431908-64.2010
(990.10.431908-0)

COMARCA: SÃO PAULO

SUSCITANTE: 14ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO DO TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE

*– Contribuição para custeio do serviço de
iluminação pública - COSIP – Lei Municipal nº
13.479/2002, de São Paulo – Artigo 149-A da
Constituição Federal, inserido pela Emenda
Constitucional nº 39/02 – Constitucionalidade da
nova exação fiscal reconhecida pelo Supremo
Tribunal Federal – A Lei Municipal nº
13.479/2002 não fere a Constituição Federal –
Afastados os vícios de ilegalidade e
inconstitucionalidade – Incidente de
inconstitucionalidade julgado improcedente –
Determinação de retorno dos autos à Colenda
Câmara suscitante.*

1- Trata-se de incidente de inconstitucionalidade suscitado pela 14ª Câmara de Direito Público desta Corte, tendo por objeto a declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 13.479/2002, que instituiu a cobrança da Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública, na cidade de São Paulo.

O incidente foi suscitado nos autos do mandado de segurança interposto por Pedro A.D. Barros Incorporações S/C Ltda. e outros contra o Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura do Município de São Paulo, por alegada inconstitucionalidade da legislação local (Lei Municipal nº 13.479, de 30 de dezembro de 2002).

A r. sentença de fls. 50/54 denegou a segurança, por entender ser constitucional a exigência da COSIP.

A apelação interposta pelos impetrantes (fls. 56/64) foi distribuída à 14ª Câmara de Direito Público (fls. 87), que suscitou o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

presente incidente, questionando a constitucionalidade da Lei Municipal nº 13.479/2002 (fls. 94/98).

A ilustrada Procuradoria Geral de Justiça, em parecer da lavra do Exmo. Sr. Dr. Sérgio Turra Sobrane, foi pelo conhecimento da arguição de inconstitucionalidade e, no mérito, pela rejeição, declarando-se a constitucionalidade da Lei nº 13.479/2002 (fls. 110/121).

É o relatório.

2- O presente incidente questiona a constitucionalidade da Lei Municipal nº 13.479/2002, que estabeleceu a cobrança da contribuição para custeio de iluminação pública, compreendendo a iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos e a instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública, além de outras atividades a estas correlatas.

A COSIP é tributo de caráter *sui generis*, que não se confunde com imposto, porque sua receita se destina à finalidade específica, nem com taxa, por não exigir a contraprestação individualizada de um serviço ao contribuinte.

Outrossim, tal exação se amolda aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Com a edição da Emenda Constitucional nº 39 (19.12.2002) introduziu-se o artigo 149-A na Constituição Federal, que conferiu aos Municípios e ao Distrito Federal competência para instituírem Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública, facultando a sua cobrança mediante a fatura do consumo de energia elétrica, *in verbis*:

"Art. 149-A. Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, observado o disposto no art. 150, I e III.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Parágrafo único. É facultada a cobrança da contribuição a que se refere o caput, na fatura de consumo de energia elétrica".

O Supremo Tribunal Federal, em decisão publicada no D.J.E. de 11.04.08 reconheceu a repercussão geral da questão constitucional discutida e em sessão plenária realizada em 25.03.09, por maioria de votos, negou provimento ao RE nº 573.675-0/SC, relatado pelo Min. Ricardo Lewandowski, reconhecendo a constitucionalidade do artigo 149-A:

1 cu

"CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. RE INTERPOSTO CONTRA DECISÃO PROFERIDA EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE ESTADUAL. CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP. ART. 149-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. LEI COMPLEMENTAR 7/2002, DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, SANTA CATARINA. COBRANÇA REALIZADA NA FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA. UNIVERSO DE CONTRIBUINTES QUE NÃO COINCIDE COM O DE BENEFICIÁRIOS DO SERVIÇO. BASE DE CÁLCULO QUE LEVA EM CONSIDERAÇÃO O CUSTO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA E O CONSUMO DE ENERGIA. PROGRESSIVIDADE DA ALÍQUOTA QUE EXPRESSA O RATEIO DAS DESPESAS INCORRIDAS PELO MUNICÍPIO. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA. INOCORRÊNCIA. EXAÇÃO QUE RESPEITA OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO EXTRAORDINÁRIO IMPROVIDO.

I - Lei que restringe os contribuintes da COSIP aos consumidores de energia elétrica do município não ofende o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

princípio da isonomia, ante a impossibilidade de se identificar e tributar todos os beneficiários do serviço de iluminação pública.

II - A progressividade da alíquota, que resulta do rateio do custo da iluminação pública entre os consumidores de energia elétrica, não afronta o princípio da capacidade contributiva.

III - Tributo de caráter sui generis, que não se confunde com um imposto, porque sua receita se destina a finalidade específica, nem com uma taxa, por não exigir a contraprestação individualizada de um serviço ao contribuinte.

IV - Exação que, ademais, se amolda aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

V - Recurso extraordinário conhecido e improvido."

Portanto, com o reconhecimento da constitucionalidade do artigo 149-A da Constituição Federal, inserido pela EC nº 39/02, pelo Supremo Tribunal Federal, colocou-se uma pá de cal sobre o assunto.

Este Colendo Órgão Especial já se posicionou no sentido da constitucionalidade da nova espécie tributária introduzida pela Emenda Constitucional nº 39/02. (Incidente de Inconstitucionalidade de Lei nº 177.333.0/7-00, Rel. Des. Paulo Travain, j. 03.06.09 e Ação Direta de Inconstitucionalidade de Lei nº 177.388.0/7-00, Rel. Des. Walter de Almeida Guilherme, j. 04.11.09.).

Assim, diante da competência plena e privativa para legislar a respeito de contribuição de iluminação pública no âmbito de seus territórios, os Municípios e o Distrito Federal editaram leis instituindo e disciplinando a Contribuição para Custeio da Iluminação Pública, da mesma forma o fez o Município de São Paulo, com a edição da Lei Municipal nº 13.479/2002, que instituiu a Contribuição para o Custeio do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Serviço de Iluminação Pública.

A legislação Municipal em destaque se coaduna com a possibilidade prevista no artigo 149-A da Constituição Federal, que efetivou a participação do beneficiário no ressarcimento do serviço que lhe é disponível.

A palavra 'contribuição' não foi empregada no texto legal como sinônimo de contribuição de melhoria, que restringe a um pagamento extra, implementado pelo proprietário de imóvel valorizado pela obra pública específica.

A Contribuição de Iluminação Pública, retratada pelo legislador, é interpretada como permissivo legal para cobrança de determinada quantia, na própria conta de energia a título de auxílio para o custeio da iluminação pública.

A previsão constitucional possibilitou a instituição de uma contribuição que tem por base o consumo deste beneficiário, em sua residência, de forma que cada um contribuirá de acordo com a sua capacidade de utilização do benefício, configurando-se o princípio da capacidade contributiva, corolário da isonomia, prevista no artigo 145, § 1º da Constituição Federal, o que deve ser sempre perseguido para viabilizar a isonomia tributária, através da justiça fiscal.

De outro modo, a inexistência de fonte de custeio para a prestação dos serviços de iluminação pública, acarretaria, a precária prestação do serviço, endividamento dos erários municipais e a impossibilidade de ampliação de redes e melhoramentos dos mesmos serviços.

Não há afronta da Lei Municipal nº 13.479/2002, de São Paulo, à legislação Constitucional, restando afastados os vícios da ilegalidade e inconstitucionalidade.

Assim, o presente incidente deve ser desprovido.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

3- Pelo exposto, julgam improcedente o presente incidente e determinam o retorno dos autos à Colenda 14ª Câmara de Direito Público para o prosseguimento do julgamento da apelação interposta pelos impetrantes do mandado de segurança.


CARLOS DE CARVALHO
RELATOR

ANEXO 3

Acórdão nº 03532254 proferido pelo Tribunal de Justiça de
São Paulo em 26/04/2011



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

353

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA
REGISTRADO(A) SOB Nº

ACÓRDÃO



03532254

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 9151625-84.2007.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que é apelante ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S A sendo apelados SECRETARIO DE FINANÇAS DA PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SAO PAULO e DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RENDAS MOBILIARIAS DA SECRETARIA DE FINANÇAS DA PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SAO PAULO.

ACORDAM, em 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. V. U. SUSTENTOU ORALMENTE O DR. LUIZ ROBERTO PEROBA BARBOSA.", de conformidade com o voto do(a) Relator(a), que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores REGINA CAPISTRANO (Presidente sem voto), CASTILHO BARBOSA E RENATO NALINI.

São Paulo, 26 de abril de 2011.


VICENTE DE ABREU AMADEI
RELATOR



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
1ª Câmara de Direito Público

VOTO Nº 70

APELAÇÃO Nº 9151625-84.2007.8-26.0000

APELANTE: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

APELADOS: Secretário de Finanças da Prefeitura do Município de São Paulo e Outro

APELAÇÃO - Mandado de Segurança Preventivo - Contribuição para Custeio de Iluminação Pública (COSIP) - Natureza tributária da COSIP - Constitucionalidade da lei municipal que a instituiu - Regime de substituição tributária instituído pelo art. 4º da Lei nº 14.125/05 do Município de São Paulo - Constitucionalidade e sintonia com o Código Tributário Nacional - Inteligência dos arts. 121, II e 128, ambos do CTN, e do art. 149-A, parágrafo único, da CF. Recurso desprovido.

1. O pleno do C. STF, ao apreciar Recurso Extraordinário (RE nº 573.675-0), com repercussão geral reconhecida, decidiu pela constitucionalidade da exigência da COSIP.

2. Para a COSIP, a responsabilidade tributária por substituição, atribuída à empresa concessionária de serviço público de distribuição de energia pelo art. 4º da Lei nº 14.125/05 do Município de São Paulo, não ofende a Constituição Federal nem a legislação infraconstitucional, mas tem harmonia com o prescrito nos arts. 121, II, e 128, ambos do CTN e 149-A, parágrafo único, da Constituição Federal, observado os pressupostos jurídicos do instituto: (a) natureza jurídica tributária da COSIP, (b) expressa responsabilidade do terceiro decorrente de lei; (c) vinculação da empresa concessionária ao fato jurígeno do substituído, atento, no caso, ao especial regime jurídico do contribuinte.

Trata-se de apelação interposta por **Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.**, em mandado de segurança preventivo, com pedido de concessão de medida liminar, impetrado contrato ato do **Secretário de Finanças da Prefeitura do Município de São Paulo** e do **Diretor do Departamento de Rendas Mobiliárias da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura do Município de São Paulo**, em face da r. sentença (fls.215/217) que denegou a segurança requerida pela impetrante, que busca assegurar o direito de não efetuar a arrecadação de valores da COSIP nas faturas emitidas aos



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
1ª Câmara de Direito Público

consumidores com faturamento ativo de energia elétrica e repassá-los aos cofres públicos.

A apelante pretende o provimento do recurso para a reforma integral da r. sentença, arguindo, em resumo **(a) em preliminar:** nulidade da sentença recorrida, pois houve julgamento *ultra petita*, manifestando-se sobre o direito à obtenção de contribuição; **(b) no mérito:** **(b.1)** a relação jurídica existente com a municipalidade é contratual, não tributária, pois não está vinculada ao fato gerador da obrigação tributária. A novel legislação municipal (Lei Municipal nº 14.125/05 e Decreto Municipal nº 47.259/06) dispõe que o serviço prestado é de arrecadação e repasse da COSIP aos cofres públicos, e a condição atribuída, responsável tributária, é ilegal e inconstitucional; **(b.2)** o legislador municipal não observou o conceito técnico previsto no CTN e explorado pela jurisprudência pátria para caracterizar o instituto da responsabilidade tributária; **(b.3)** a alteração na sistemática de recolhimento da COSIP, pretende que a apelante seja a responsável tributária pela cobrança do tributo; **(b.4)** a apelante não integra o fato gerador da obrigação tributária; **(b.5)** o intuito da municipalidade é de se eximir do dever de remunerar a apelante pela prestação dos serviços de cobrança da COSIP utilizando, indevidamente, a figura de responsável tributário.

Interposto agravo de instrumento contra decisão que não concedeu a liminar, este não foi provido por esta C. 1ª Câmara de Direito Público (fls. 169/187).

Negado provimento aos embargos de declaração (fls. 224).

Recebido o apelo no efeito devolutivo (fls. 242), foi contrariado e o Ministério Público apresentou parecer. Os autos subiram a este E. Tribunal de Justiça.

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
1ª Câmara de Direito Público

É o relatório, em acréscimo ao da r. decisão recorrida.

Satisfeitos os pressupostos de admissibilidade do recurso.

Não há nulidade por julgamento *ultra petita*, pois, a rigor, o dispositivo da r. sentença é de mera denegação da ordem impetrada, operando-se aí o elo com a pretensão deduzida e a coisa julgada, observado o fato de que os fundamentos do julgado, em exame contextual, guardam pertinência com a demanda: não se pode extrair, de frase lançada nas razões de decidir como um dos argumentos, pinçada e encaminhada fora do contexto decisório, situação de julgamento além do pedido.

Trata-se mandado de segurança preventivo em que a impetrante requer a concessão da segurança com o fito de: **(a)** não ser compelida a efetuar a arrecadação de valores referente à Contribuição para Custeio de Iluminação Pública – COSIP, instituída no município de São Paulo, nas faturas emitidas aos consumidores com faturamento ativo de energia elétrica e repassá-los aos cofres públicos; **(b)** afastar eventuais penalidades que possam ser impostas pelas autoridades fiscais municipais.

A impetrante alega a inconstitucionalidade e a ilegalidade do art. 4º e seguintes da Lei Municipal nº 14.125/05 e do Decreto Municipal nº 47.259/09, e, assim, pretende não ser compelida a efetuar a arrecadação de valores de COSIP nas faturas emitidas aos consumidores com faturamento ativo de energia elétrica, e repassá-los aos cofres públicos.

Sabe-se da divergência de posições que a matéria relativa às instituições municipais da COSIP tem gerado, não faltando julgados, inclusive desta C. Câmara, para qualificar essa

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
1ª Câmara de Direito Público

contribuição como taxa disfarçada, a configurar a inconstitucionalidade da lei municipal (Ap. nº 990.10.180271-6, rel. **Des. Fraklín Nogueira**, j. 14 de setembro de 2010).

Entretanto, parece-me que a questão referente à cobrança da COSIP já se encontra definida pelo E. Supremo Tribunal Federal.

Com efeito, em precedente, com repercussão geral, do C. Supremo Tribunal Federal, ao apreciar o Recurso Extraordinário nº 573.675-0, decidiu-se pela constitucionalidade da lei municipal instituidora da COSIP:

*"EMENTA: CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. RE INTERPOSTO CONTRA DECISÃO PROFERIDA EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE ESTADUAL. CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP. ART. 149-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. LEI COMPLEMENTAR 7/2002, DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, SANTA CATARINA. COBRANÇA REALIZADA NA FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA. UNIVERSO DE CONTRIBUINTES QUE NÃO COINCIDE COM O DE BENEFICIÁRIOS DO SERVIÇO. BASE DE CÁLCULO QUE LEVA EM CONSIDERAÇÃO O CUSTO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA E O CONSUMO DE ENERGIA. PROGRESSIVIDADE DA ALÍQUOTA QUE EXPRESSA O RATEIO DAS DESPESAS INCORRIDAS PELO MUNICÍPIO. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA. INOCORRÊNCIA. EXAÇÃO QUE RESPEITA OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO EXTRAORDINÁRIO IMPROVIDO. I - Lei que restringe os contribuintes da COSIP aos consumidores de energia elétrica do município não ofende o princípio da isonomia, ante a impossibilidade de se identificar e tributar todos os beneficiários do serviço de iluminação pública. II - A progressividade da alíquota, que resulta do rateio do custo da iluminação pública entre os consumidores de energia elétrica, não afronta o princípio da capacidade contributiva. III - Tributo de caráter sui generis, que não se confunde com um imposto, porque sua receita se destina a finalidade específica, nem com uma taxa, por não exigir a contraprestação individualizada de um serviço ao contribuinte. IV - Exação que, ademais, se amolda aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. V - Recurso extraordinário conhecido e improvido. (RE 573675, Relator(a): **Min. RICARDO LEWANDOWSKI**, Tribunal Pleno, julgado em 25/03/2009, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-094 DIVULG 21-05-2009 PUBLIC 22-05-2009 EMENT VOL-02361-07 PP-01404 RTJ VOL-00211- PP-00536 RDDT n. 167, 2009, p. 144-157 RF v. 105, n. 401, 2009, p. 409-429)."*

Esse precedente, aliás, tem orientado julgados recentes desta Corte, como se pode colher na seguinte ementa:



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
1ª Câmara de Direito Público

“CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-COSIP – Mandado de Segurança – Admissibilidade da exigência – O Pleno do Supremo Tribunal, ao apreciar o Recurso Extraordinário nº 573.675-0, com repercussão geral reconhecida, decidiu pela constitucionalidade da referida contribuição – Sentença reformada para o fim de manter a exigibilidade – Recurso da Municipalidade provido. (Ap. nº 0151942-12.2005.8.26.000, rel. Des. Gonçalves Rostey, 14ª Câmara de Direito Público, j. 10 de fevereiro de 2011).”

Deste modo, atento ao apontado aresto do E. STF, com repercussão geral, superada a questão referente à constitucionalidade da lei paulistana de instituição da COSIP, pelos fundamentos condutores do resultado do RE nº 573.675-0.

Por outro lado, em relação à classificação do impetrante como responsável tributário por substituição da contribuição em foco, não há ofensa alguma à Constituição Federal, ao CTN ou à legislação infraconstitucional, mas plena sintonia com o prescrito nos arts. 121, II, e 128, ambos do CTN, na medida em que se afirma **(a)** a natureza jurídica tributária da COSIP, **(b)** a expressa responsabilidade decorrente de lei e **(c)** a vinculação da apelante com o fato gerador, atento, neste ponto, ao regime jurídico do contribuinte.

A COSIP, como já exposto, é tributo, na modalidade de contribuição especial, consoante definição do E. STF (RE nº 573.675-0), satisfazendo-se, deste modo, o primeiro requisito de substituição tributária: instituição de tributo, que, de fato, tem natureza jurídica tributária **(a)**.

Outrossim, a Lei nº 14.125, de 29 de dezembro de 2005, em seu art. 4º, é expressa na atribuição de responsabilidade por substituição tributária satisfazendo, com isso, o segundo requisito legal de que trata o art. 121, II, e 128, ambos do CTN **(b)**:



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
1ª Câmara de Direito Público

Art. 4º - *"Fica atribuída responsabilidade tributária à empresa concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, que deverá cobrar a Contribuição na fatura de consumo de energia e repassar o valor do tributo arrecadado para a conta do Tesouro Municipal especialmente destinada para tal fim, nos termos fixados em regulamento."*

Por fim, a vinculação entre o substituto e o fato gerador, decorre da ligação da empresa concessionária de serviço de distribuição de energia elétrica ao fato jurígeno do substituído, pelo fornecimento de energia e pela fatura do consumo, satisfazendo-se, com isso, o terceiro requisito legal da substituição tributária **(c)**.

Observe-se, neste último ponto, que a COSIP foi instituída, no Município de São Paulo, pela Lei nº 13.479, de 30 de dezembro de 2002, *"para fins do custeio do serviço de iluminação pública"* (art. 1º, *caput*), que compreende *"a iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos, e a instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública, além de outras atividades correlatas"* (art. 1º, parágrafo único), fixando-se, como contribuinte, *"todo aquele que possua ligação de energia elétrica regular ao sistema de energia"* (art. 3º).

Logo, no contexto do fato jurígeno do substituído, que o aponta como sujeito passivo da obrigação principal, está a sua condição de consumidor, por fornecimento da apelante, em ligação de energia elétrica regular.

Desbancar o vínculo da empresa concessionária (responsável por substituição) com o fato gerador, sem quebrá-lo em relação ao consumidor de energia elétrica por ligação regular ao sistema de energia (contribuinte) é, na hipótese legal, incongruente, e, em relação ao contribuinte, ou seja, no que tange ao molde da construção

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
1ª Câmara de Direito Público

construção jurídica da COSIP, o E. STF, repita-se, já reconheceu sua constitucionalidade, com repercussão geral (RE nº573.675-0).

E mais: a eleição do apontado contribuinte, com cobrança da COSIP na fatura de consumo de energia elétrica, não se operou apenas em lei municipal, mas tem *status* constitucional, no parágrafo único do art. 149-A da Constituição Federal (incluído pela EC nº 39, de 2002):

Art. 149-A *“Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, observado o disposto no art. 150, I e III”.*

Parágrafo único. *“É facultada a cobrança da contribuição a que se refere o caput, na fatura de consumo de energia elétrica”.*

Logo, realmente não se pode afirmar que não haja elo da apelante, empresa concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, com o fato jurígeno do substituído, lembrando-se que o vínculo do terceiro ao fato gerador, a autorizar a substituição tributária, é não apenas o econômico, mas, também, o jurídico.

Neste sentido, confira:


“A responsabilidade tributária (cujo principal escopo é facilitar o cumprimento da prestação pecuniária devida ao Fisco) tanto pode advir da prática de atos ilícitos (artigos 134, 135 e 137, do CTN), como também da realização de atos lícitos (artigos 129 ao 133, do CTN), sendo certo, contudo, que a sua instituição reclama o atendimento dos requisitos impostos pelo Codex Tributário, quais sejam: (i) a existência de previsão legal; (ii) a consideração do regime jurídico do contribuinte para fins de aferição da prestação pecuniária devida; e (iii) a existência de “vínculo jurídico entre o contribuinte e o responsável que permita a este cumprir sua função de auxiliar do Fisco no recebimento da dívida do contribuinte, sem ter seu patrimônio comprometido” (Octávio Bulcão Nascimento, in “Curso de Especialização em Direito Tributário: Estudos Analíticos em Homenagem a Paulo de Barros Carvalho”, Ed. Forense, Rio de Janeiro, 2007, pág. 818) (STJ, REsp. nº719350/SC, rel. Min. Luiz Fux, j. 16/12/2010, DJe 21/02/2011).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
1ª Câmara de Direito Público

Sem razão, pois, a apelante em seu inconformismo com a r. sentença.

Pelo exposto, **NEGO PROVIMENTO**, ao recurso.


VICENTE DE ABREU AMADEI
Relator

ANEXO 4

Representação junto ao Procurador Geral de Justiça do
Estado de São Paulo sobre a Inconstitucionalidade da
isenção da COSIP do Município de São Paulo

Protocolo

**SE SINDICATO DOS ENGENHEIROS
ESP NO ESTADO DE SÃO PAULO**

OF.PRE 2010/2013 nº 416/2013

GESTÃO 2010-2013



São Paulo, 13 de novembro de 2013.

Ao Senhor
Dr. Márcio Fernando Elias Rosa
Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo
Ministério Público Estadual
Rua Riachuelo, 115 - Centro
CEP 01007-904 - São Paulo – SP

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROTOCOLO: 0178027/13

Data : 22/11/2013

Hora: 10:09:36

Local de Entrada:

SUB-ÁREA DE APOIO ADMIN. - PROTOCOLO GERAL

14050502

Assunto:

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS

Interessado:

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Senhor Procurador-Geral,

O Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo – SEESP, com sede na Rua Genebra, 25, São Paulo – SP vem, com fulcro no art. 70, parágrafo único da Constituição Federal e, conforme disposições de seu Estatuto, preenchendo a condição de Interessado, de acordo com o disposto no inciso IV do artigo 9º da Lei n.º 9.784 de 29/01/2005 que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal (as pessoas ou as associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses difusos), ante os princípios que devem nortear a Administração Pública, oferecer

REPRESENTAÇÃO

Para que seja avaliada por esta Procuradoria-Geral a possível inconstitucionalidade do artigo 3º da Lei nº 14.125, de 29/12/2005 e do inteiro teor do Decreto de nº 47.072, de 13/03/2006, que dispõe sobre isenção da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP do Município de São Paulo e que, desta forma, pelas suas atribuições legais (art.116 VI da Lei Complementar Estadual nº 734/93 - Lei Orgânica do Ministério Público de São Paulo -; art.125, §2º e 129 IV da Constituição Federal; art.74, VI e art. 90 III da Constituição do Estado de São Paulo), possa promover perante o Tribunal de Justiça, se assim entender ser o caso, a competente Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Rua Genebra, 25 – CEP: 01316-901 – São Paulo – SP
Telefone: (11) 3113-2600 – Fax: (11) 3242-2368
www.seesp.org.br – seesp@seesp.org.br

9



O Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo – SEESP, sensibilizado com a dificuldade de muitos municípios do interior paulista de assumir os ativos de iluminação pública que vem sendo transferidos das Concessionárias de Distribuição de Energia, por imposição da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, bem como a de se capacitarem para prestar um serviço público adequado, tem promovido e participado de inúmeros eventos com o objetivo de disseminação de conhecimentos para preparação das equipes técnicas das prefeituras, como também para implementação dos avanços tecnológicos e ganho de eficiência energética, possíveis de serem obtidos com a modernização das instalações. Numa iniciativa pioneira, vem realizando o curso “Capacitação para Gestores em Iluminação Pública”, como os que já ocorreram em São Paulo nos dias 13 a 15 de agosto de 2013 (1ª Turma) e 17 a 19/09/2013 (2ª. Turma), através do Instituto Superior de Inovação Tecnológica – ISITEC (Credenciada pelo MEC pela Portaria nº 1.068, de 01/11/2013), da qual o SEESP é seu mantenedor.

Dentre os ensinamentos do Curso e conforme programação que se encontra no prospecto em anexo é desenvolvido o tema “*Lei da CIP (Custeio da IP) – aperfeiçoamentos possíveis – Jurisprudência do STF*”, com orientações, propostas e exemplos que se sugere serem seguidos pelos municípios para implantar ou aperfeiçoar a legislação municipal que trata da referida contribuição.

A presente Representação tem por objetivo corrigir uma gritante falha na legislação do Município de São Paulo que dispõe sobre isenção da contribuição de custeio dos serviços de iluminação pública. Adicionalmente e considerando que o Município de São Paulo é uma referência sempre lembrada pelos demais municípios do país, uma possível ação direta de inconstitucionalidade deverá ter um caráter pedagógico para aprimoramento e correto entendimento do significado tributário da contribuição para custeio dos serviços de iluminação pública.

1 – Da importância da Iluminação Pública

A iluminação pública é essencial à qualidade de vida nas cidades. Está diretamente ligada à segurança pois previne a criminalidade. Além disso, estimula o comércio, embeleza as áreas urbanas, destaca e valoriza monumentos, prédios, praças, paisagens e permite melhor aproveitamento das áreas de lazer.





Segundo o § 6º do artigo 5º da Resolução Normativa da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), de nº 414/2010:

A classe iluminação pública, de responsabilidade de pessoa jurídica de direito público ou por esta delegada mediante concessão ou autorização, caracteriza-se pelo fornecimento para iluminação de ruas, praças, avenidas, túneis, passagens subterrâneas, jardins, vias, estradas, passarelas, abrigos de usuários de transportes coletivos, logradouros de uso comum e livre acesso, inclusive a iluminação de monumentos, fachadas, fontes luminosas e obras de arte de valor histórico, cultural ou ambiental, localizadas em áreas públicas e definidas por meio de legislação específica, exceto o fornecimento de energia elétrica que tenha por objetivo qualquer forma de propaganda ou publicidade, ou para realização de atividades que visem a interesses econômicos.

Nos dias de hoje sobressai a iluminação pública como segurança pública, a qual se constitui em direito fundamental estabelecido na Constituição:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

A Iluminação Pública interfere na vida diária das pessoas que vivem nas cidades. Uma adequada iluminação pública favorece o trânsito dos trabalhadores que prestam serviços à noite; dos estudantes que precisam complementar seus estudos e que somente poderão fazê-lo à noite, pois trabalham durante o dia; do comércio que precisa manter visíveis suas casas comerciais e vitrines e protegidos seus estoques; das casas noturnas que precisam ter facilitada a circulação de transeuntes e assim por diante.

Desta importância para a sociedade e do clamor de inúmeros municípios no País que fez surgir a Emenda Constitucional nº 39/2002 que adicionou à Constituição Federal o art. 149-A e seu parágrafo único,





Art. 149-A Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, observado o disposto no art. 150, I e III.

Parágrafo único. É facultada a cobrança da contribuição a que se refere o caput, na fatura de consumo de energia elétrica.

2 – Do aprimoramento dos instrumentos legais

Se a Emenda Constitucional nº 39 trouxe a partir de 2002 um novo alento financeiro aos Municípios, ainda que a depender de aprovação e promulgação de lei municipal específica, foi a mesma Constituição que em 1988, com sua publicação, restou extinto o Fundo Único sobre a Energia Elétrica, que permitia repasse aos municípios para fazer frente às despesas com a manutenção da Iluminação Pública.

Após 1988, a criação da chamada TIP – Taxa de Iluminação Pública foi a saída para a crise os serviços públicos de iluminação pública que durou pouco face os questionamentos legais que foram surgindo quanto à sua constitucionalidade.

Observa-se que a fundamentação utilizada pelos tribunais para combater a instituição de tal taxa se baseou sempre na impossibilidade da divisibilidade do tributo e não na inocorrência da obrigação pelos serviços recebidos. A respeito da inconstitucionalidade de taxa de iluminação pública, assim se manifestou o STF:

EMENTA: TRIBUTÁRIO. TIP - TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA. MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE. INCONSTITUCIONALIDADE. A orientação do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que a Taxa de Iluminação Pública é inconstitucional, uma vez que seu fato gerador tem caráter inespecífico e indivisível. Agravo regimental conhecido, mas ao qual se nega provimento. (AI 479587 AgR, Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA, Segunda Turma, julgado em 03/03/2009, DJe-053 DIVULG 19-03-2009 PUBLIC 20-03-2009 EMENT VOL-02353-05 PP-00881)





Os tribunais de todo o país contestaram pela impossibilidade de estabelecer-se um valor exato a cada contribuinte pela extensão do serviço que lhe é oferecido, porém, em nenhum momento, contestaram a obrigação do beneficiário, de contribuir para o ressarcimento do custo do serviço, entendida que foi como Inconstitucional para a cobrança do custeio através de taxa.

A atual contribuição não se confunde com a taxa de iluminação pública que muitos Municípios instituíram. Como taxa somente poderiam ser contribuintes as pessoas efetiva ou potencialmente beneficiadas por serviço específico e divisível – na prática os moradores em vias dotadas de iluminação pública.

Exatamente porque o serviço de iluminação pública não é específico e divisível de forma que não beneficia apenas os moradores nas vias iluminadas, mas toda a população que transita por ela -, é que o Poder Judiciário declarou inconstitucionais as leis que criaram a obrigação de pagar como taxa. E é em razão disso que se buscou saída constitucional para a cobrança, que veio com a faculdade de instituir contribuição, cuja cobrança não pressupõe benefício direto e imediato ao contribuinte. Esse vai pagar, não para que tenha o serviço junto a sua residência, mas para custear o serviço em si.

Segundo Roberto Wagner Lima Nogueira:

“efetivamente, no caso das contribuições a Constituição não adota a materialidade do fato gerador para atribuir competência tributária com bem já notou Marco Aurélio Greco, o parâmetro é a finalidade.

(...)

Dentro desta premissa constitucional, a CIP tem como finalidade não um prestar serviços, mas sim, um custear serviço. O prius não é o fato do prestar serviços, mas sim o ter de custear serviços. Paga-se não porque realiza fato gerador, paga-se por que há que se custear serviços.”

Desse modo, não há, para a cobrança da contribuição de custeio de iluminação pública, qualquer vinculação à utilização autônoma do serviço. Trata-se de espécie tributária “sui generis”, em que basta a disponibilidade de iluminação (em ruas, praças, avenidas, jardins, estradas, e outros logradouros de domínio público, de uso comum e de livre acesso), para que seja autorizada a sua cobrança.





É muito importante a consolidação do entendimento da contribuição de custeio do serviço de iluminação pública para que os municípios consigam se utilizar de forma adequada e justa dos tributos arrecadados para este fim da população. Neste sentido, a decisão plenária do Supremo Tribunal Federal – STF dada no processo RE 573.675, relativa ao Município de São José do Estado de Santa Catarina, com repercussão geral, através do voto do Ministro Ricardo Lewandowski se constituiu num grande avanço, não apenas por ter pacificado algumas questões mas, principalmente, por ter caracterizado a contribuição de custeio do serviço de iluminação pública, como tributo, mas a diferenciado de imposto e taxa, tendo na Ementa constado:

III - Tributo de caráter sui generis, que não se confunde com um imposto, porque sua receita se destina a finalidade específica, nem com uma taxa, por não exigir a contraprestação individualizada de um serviço ao contribuinte.

Portanto, restou claro que, para sua cobrança não se exige contraprestação individualizada, mas sim prestação de serviços para a coletividade.

Entendemos ainda que todas as leis que desvirtuam conceitos fundamentais para a compreensão da contribuição para custeio de serviços de iluminação pública, notadamente aquelas feitas de forma demagógica e populista, devem sofrer reparos para que a sociedade como um todo possa avançar na questão.

O posicionamento dos tribunais tendo sido pacífico a este respeito:

0003698-28.2009.8.19.0023 - APELACAO

1ª Ementa

DES. RICARDO RODRIGUES CARDOZO - Julgamento: 10/04/2012 - DECIMA QUINTA CAMARA CIVEL

ILUMINAÇÃO PÚBLICA. COSIP. SERVIÇO UTI UNIVERSI. Ação de obrigação de fazer e não fazer com repetição de cobrança indevida c/c indenização por danos materiais e morais, ajuizada pelo autor em face do Município de Itaboraí e da AMPLA Energia e Serviços S/A, através da qual alega que os réus vêm efetuando cobranças indevidas da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública COSIP, tendo em vista que não há iluminação pública na rua onde reside.





*Sentença de improcedência. Em grau de apelo reclama pela condenação dos apelados ao fornecimento do serviço de iluminação pública. Quanto ao fornecimento 2 do serviço, tenho que não há como compelir os apelados ao fornecimento do serviço de iluminação pública, na medida em que a decisão acerca deste fato se insere no poder discricionário do ente administrativo, num contexto de política pública, que impede o Judiciário de se imiscuir, sob pena de afronta ao princípio da separação de poderes. **No mais, a contribuição denominada COSIP não se impõe apenas ao consumidor que diretamente aufera a vantagem. O serviço de iluminação pública é uti universi, prestado à coletividade.** Constitucionalidade da COSIP. A Ampla não é parte legítima para figurar na demanda que questiona a legalidade da contribuição de iluminação pública. A sentença deve ser mantida. Recurso desprovido.*

Íntegra do Acórdão - Data de Julgamento: 10/04/2012

Relatório de 26/03/2012

Voto Vencido - DES. HORACIO S RIBEIRO NETO

0003600-35.2008.8.19.0037 - APELACAO 1ª Ementa

DES. ROBERTO DE ABREU E SILVA - Julgamento: 20/03/2012 - NONA CAMARA CIVEL CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA INADIMPLENTO DO FORNECEDOR INOCORRENCIA DE DANO MORAL PRESTACAO DE SERVICOS A COMUNIDADE CONSTITUCIONALIDADE DA COBRANCA

*REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DANOS MORAIS. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP. ART. 149 - A DA CRFB/88. TRIBUTO CONSTITUCIONAL. SERVIÇO QUE NÃO É PRESTADO NO LOCAL ONDE RESIDE A AUTORA. NATUREZA JURÍDICA DE CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL. REMUNERAÇÃO DE SERVIÇO INDIVISÍVEL. PRESTAÇÃO EM FAVOR DA COLETIVIDADE. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. A autora pretende a restituição das quantias pagas a título de COSIP - contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública, **tendo como causa de pedir a ausência da prestação do serviço de iluminação pública na localidade onde reside.** A matéria trazida aos autos ultrapassa a questão tributária e*





*ingressa na seara administrativa porquanto diz também respeito à implementação de políticas públicas pela Municipalidade, porquanto a autora se insurge quanto à ausência da prestação do serviço de iluminação pública. Estritamente no que se refere à questão tributária, importa ressaltar, primeiramente que já se assentou perante o Eg. STF a constitucionalidade deste tributo, criado pela EC 39/2002 e inserto no art. 149-A da CRFB/88. Ultrapassada a premissa da constitucionalidade, é necessária a análise da natureza jurídica da COSIP. O art. 149-A da CRFB/88 conferiu aos Municípios a competência tributária privativa para instituir a contribuição de iluminação pública, criando nova modalidade de contribuição especial. Analisando-se o novo tributo previsto na Constituição infere-se que ele se destina a remunerar serviço público indivisível prestado em favor da coletividade. **O cerne da lide é que no caso concreto não havia a prestação do serviço, questionando-se, então, se é permitida a cobrança do tributo sem que haja a devida contraprestação. A iluminação pública se destina aos munícipes em geral e não a um morador ou a uma rua. Assim sendo, tendo em vista que a COSIP custeia um serviço destinado à coletividade, não há razão jurídica para a autora pretender a repetição do tributo, tão somente porque o serviço ainda não era prestado na rua em que residia, tendo em vista que este existia em outros locais do Município.** No que diz respeito aos danos morais, 5 não se vê nos autos situação que atente contra direito da personalidade da autora ocasionada pela falta do serviço público. DESPROVIMENTO DO RECURSO.*

Ementário: 16/2012 - N. 3 - 26/04/2012

Precedente Citado : STF RE 573675/SC, Rel.Min. Ricardo Lewandowski, julgado em 25/03/2009.

3 – Isenção de Contribuintes na Cidade de São Paulo

O Município de São Paulo, o mais populoso do país, possui legislação com previsão de isenção para contribuintes dotados de energia elétrica, mas que não se encontrem servidos de iluminação pública, como se observa no artigo 3º da Lei nº 14.125, de 29/12/2005 (cópia anexa):

Art. 3º Ficam isentos da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública, instituída pela Lei nº 13.479, de 30 de dezembro de





2002, s contribuintes residentes ou instalados em vias ou logradouros que não possuam iluminação pública.

Parágrafo único A isenção que trata o “caput” deste artigo:

I – cessará a partir do mês seguinte ao do início do fornecimento de iluminação pública.

II – não se aplica em casos de interrupção provisória do fornecimento de energia elétrica em virtude de instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública, ou decorrentes de qualquer outro fato que provoque a interrupção provisória.

Lamentável que se esteja na referida lei a confundir contribuição de custeio dos serviços de iluminação pública com a malfadada taxa de iluminação pública já extinta definitivamente no Judiciário.

No mesmo diapasão se encontra o Decreto nº 47.702, de 13/03/2006, que dispõe sobre a isenção da contribuição de custeio dos serviços de iluminação pública – COSIP (cópia em anexo).

Seria o equivalente de o Estado não disponibilizar a saúde pública e para os cidadãos que não tiverem acesso a ela, como compensação, terem possibilidade de deixar de contribuir para a Previdência Social, ou seja, o Estado se furtar de suas obrigações e promover um consolo aos não beneficiados.

O Município é livre para criar e arrecadar os tributos de sua competência mas não o pode fazer afrontando os princípios constitucionais, notadamente o que dispõe o art. 163, inciso II da Constituição Estadual, bem como o art. 150, inciso II que determina.

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

...

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;





Segundo Luciano Amaro (in Direito Tributário Brasileiro, 12. ed. ver. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 105-16_):

É tormentosa a pesquisa sobre a legitimidade do critério que discrimine em que o legislador possa ser apoiado para ditar a norma diferenciada, quando ele não deflue, diretamente, de comando constitucional. Celso Antônio Bandeira de Mello, além de sublinhar a necessidade de uma correlação lógica entre o fato discriminado e a desequiparação pretendida, registra ser imperioso que a razão invocada para dessemelhar seja pertinente com os valores resguardados pela Constituição.

Segundo Leandro Paulsen (in Direito Tributário, Constituição e Código Tributário a Luz da Doutrina e da Jurisprudência, 9. ed. ver. e atual. Porto Alegre: Livreria do Advogado; ESMAFE. P. 168 expõe:

A diferença de tratamento entre pessoas ou situações é absolutamente presente em qualquer ramo de Direito, assim como no Direito Tributário. A questão não a prescrição de tratamento diferenciado que, em si mesma, não evidencia qualquer vício. Há normas, inclusive, vocacionadas à diferenciação, como as normas de isenção, que identificam pessoas ou situações que de outro modo estariam normalmente sujeitas à imposição tributária e excluem, apenas quanto a elas, o respectivo crédito, desonerando-as. O problema está, pois, não em saber se há ou não tratamento diferenciado, mas em analisar a razão e os critérios que orientam a sua instituição. Identifica-se a ofensa à isonomia apenas quando sejam tratados diversamente contribuintes que se encontrem em situação equivalente, sem que o tratamento diferenciado esteja alicerçado em critério justificável de discriminação ou sem que a diferenciação leve ao resultado que a fundamenta.

Não há como não admitir que o critério de isenção da COSIP estabelecido pelo artigo 3º da Lei nº 14.125, de 29/12/2005 do Município de São Paulo esteja suportado na falta de conhecimento do significado tributário da contribuição para custeio dos serviços de iluminação pública, portanto, equivocadamente a confundir com taxa.





O art. 11 da Lei Complementar nº 101/03, elege como um dos requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal, a arrecadação de todos os tributos de competência constitucional do ente político, portanto, não permitindo renúncias fiscais sem o estabelecimento de um critério que possa ser aceito como justificável de discriminação.

4 – Conclusão e Pedido

Diante de todo o exposto, espera e requer que a Procuradoria-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, promova a ação declaratória, com o objetivo de ser reconhecida a inconstitucionalidade do artigo 3º da Lei nº 14.125, de 29/12/2005 e do inteiro teor do Decreto de nº 47.072, de 13/03/2006, ambos que dispõe sobre isenção da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP do Município de São Paulo, em função da falta de isonomia e afronta aos princípios constitucionais, notadamente o que dispõe o art. 163, inciso II da Constituição Estadual, bem como o que dispõe o art. 150, inciso II da Constituição Federal.

Termos em que,

P. Deferimento.

Atenciosamente,

Eng. Murilo Celso de Campos Pinheiro
Presidente



Anexos da Representação junto à Procuradoria-Geral de Justiça:

- 1 – Estatuto do SEESP
- 2 – Prospecto do Curso “Capacitação para Gestores em Iluminação Pública”
- 3 – Lei do Município de São Paulo de nº 14.125, de 29/12/2005.
- 4 – Decreto do Município de São Paulo de nº 47.259, de 05/05/2006.
- 5 – Lei do Município de São Paulo de nº 13.479, de 30/12/2002
- 6 – Acórdão STF nº 573.575/SC de 25/03/2009

ANEXO 5

Minuta de Edital

Indicativa de itens a serem incluídos

ANEXO 6

Minuta de Contrato de Concessão
Indicativa de artigos a serem incluídos